

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA REGIONAL E**  
**DESENVOLVIMENTO**

**DISSERTAÇÃO**

**Dois ensaios sobre o turismo: uma análise para o Estado do Rio de Janeiro.**

**DAYENNE GOMES BRANDÃO DE OLIVEIRA**

**2021**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA REGIONAL E  
DESENVOLVIMENTO**

**Dois ensaios sobre o turismo: uma análise para o Estado do Rio de Janeiro.**

**DAYENNE GOMES BRANDÃO DE OLIVEIRA**

*Sob a Orientação da Professora*

**Maria Viviana de Freitas Cabral**

*e Coorientação do Professor*

**Joilson de Assis Cabral**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Economia Regional e Desenvolvimento**, no Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Desenvolvimento, Área de Concentração em Economia Regional e Desenvolvimento.

Seropédica, RJ  
Abril de 2021

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

O48d Oliveira, Dayenne Gomes Brandão de, 1995-  
Dois ensaios sobre o turismo: uma análise para o  
Estado do Rio de Janeiro / Dayenne Gomes Brandão de  
Oliveira. - Seropédica, 2021.  
71 f.: il.

Orientadora: Maria Viviana de Freitas Cabral.  
Coorientador: Joilson de Assis Cabral.  
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Economia  
Regional e Desenvolvimento, 2021.

1. Turismo. 2. Insumo-produto. 3. Crime. 4. Turismo  
Rio de Janeiro. I. Cabral, Maria Viviana de Freitas,  
1985-, orient. II. Cabral, Joilson de Assis, 1984-  
coorient. III Universidade Federal Rural do Rio de  
Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Economia Regional  
e Desenvolvimento. IV. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA REGIONAL E  
DESENVOLVIMENTO**

**DAYENNE GOMES BRANDÃO DE OLIVEIRA**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre (a)**, no Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Desenvolvimento, Área de Concentração em Economia Regional e Desenvolvimento.

**DISSERTAÇÃO APROVADA EM 05/04/2021**

**Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020**, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC.

---

Maria Viviana de Freitas Cabral.  
Doutora em Economia. (UFRRJ)  
(Orientadora, Presidente da Banca)

---

Joilson de Assis Cabral.  
Doutor em Economia. (UFRRJ)  
(Coorientador, Membro Interno)

---

Everlam Elias Montibeler.  
Doutor em Economia. (UFRRJ)  
(Membro Interno)

---

Fernando Salgueiro Perobelli.  
Doutor em Economia. (UFJF)  
(Membro Externo)



Emitido em 05/04/2021

TERMO N° Folha de Aprovação/2021 - PPGER (11.39.00.14)  
(N° do Documento: 651)

(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 22/06/2021 18:52 )

EVERLAM ELIAS MONTIBELER  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptCEcon (12.28.01.00.00.00.09)  
Matrícula: 1793270

(Assinado digitalmente em 23/06/2021 10:34 )

JOILSON DE ASSIS CABRAL  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptCEcon (12.28.01.00.00.00.09)  
Matrícula: 1847490

(Assinado digitalmente em 22/06/2021 18:28 )

MARIA VIVIANA DE FREITAS CABRAL  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
PPGER (11.39.00.14)  
Matrícula: 1863173

(Assinado digitalmente em 22/06/2021 13:48 )

FERNANDO SALGUEIRO PEROBELLI  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 685.053.106-91

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número:  
**651**, ano: **2021**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **22/06/2021** e o código de verificação: **89ee14d842**

## **Agradecimentos**

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me fortalecido e guiado até aqui.

Aos meus queridos orientadores, Prof. Dra. Maria Viviana de Freitas Cabral e Prof. Dr. Joilson de Assis Cabral. Sou grata por todo apoio ao longo desses dois anos, trocas de conhecimento e amizade que se construiu nesta caminhada. Obrigada por tanto, por me fazerem acreditar no meu potencial e confiarem a mim esta pesquisa.

Aos professores do Programa em Pós-Graduação em Economia Regional e Desenvolvimento (PPGER/UFRRJ), obrigada por contribuírem com seus conhecimentos ao longo desses dois anos. Em especial aos professores Dr. Everlam Elias Montibeler e Dr. Thierry Molnar Prates pelas sugestões para o aprimoramento desta pesquisa na banca de qualificação. Ao professor Dr. Fernando Salgueiro Perobelli por participar da banca de defesa desta dissertação.

Aos meus colegas de turma, meu muito obrigada pelos dias e noites de estudo. Em especial, a minha amiga de longa data, Isa Bárbara, obrigada por compartilhar mais uma vez comigo esta jornada. Sou grata pela amizade, desde a época da graduação até aqui, aos momentos de alegrias e também de dificuldades. Obrigada por compartilhar comigo tantos momentos.

Aos meus pais, pelo suporte, inspiração, dedicação e amor incondicional. A minha mãe em especial, pelo exemplo de força, determinação e amor a vida! Obrigada por ser tanto para mim e por todo apoio em minhas escolhas.

Aos meus amigos de São Paulo, em especial a Bruna, por todo suporte no momento em que eu e minha família mais precisamos. Obrigada por todos anos de amizade.

Ao meu namorado Patrick, obrigada pelo companheirismo, compreensão e carinho.

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro por ter me proporcionado os melhores anos da minha vida, pelo ensino público de qualidade e por ter sido a minha casa durante estes anos.

A Capes, por ter financiado esta pesquisa, contribuindo para o melhor desenvolvimento deste trabalho.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

## RESUMO

OLIVEIRA, Dayenne Gomes Brandão. **Dois ensaios sobre o turismo: uma análise para o Estado do Rio de Janeiro.** 2021. 71 p. Dissertação (Mestrado em Economia Regional e Desenvolvimento). Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2021.

O setor de Turismo obteve uma participação média de 10% no PIB mundial na última década (WTTC, 2016). Seguindo a tendência mundial, o turismo no Brasil correspondeu a 8,5% do PIB nacional em 2016 (PLANO NACIONAL DO TURISMO, 2018-2022). Em termos de competitividade, o Brasil está classificado como a 28ª economia mais competitiva no turismo (EMBRATUR, 2016). No que se refere ao estado do Rio de Janeiro (ERJ), a economia fluminense é a segunda maior receptora de turistas, sendo o destino preferido dos turistas internacionais para o turismo de lazer. Desse modo, tem se ampliado as expectativas da atividade turística como uma alternativa de recuperação e promoção do desenvolvimento para a economia fluminense. No entanto, o aumento da criminalidade no estado pode ser visto como um enclave para a dinamização do mercado turístico fluminense. Dada a potencialidade turística do Rio de Janeiro e a melhoria da infraestrutura pós megaeventos, torna-se importante realizar uma análise sistêmica da estrutura produtiva do setor de turismo fluminense, bem como analisar os custos de oportunidade decorrentes da violência crescente no estado do Rio de Janeiro sobre o setor de turismo e seus desdobramentos para a economia fluminense e sua estrutura produtiva. Para alcançar tal objetivo, foi utilizada a matriz insumo-produto regional do estado do Rio de Janeiro para o ano de 2015 desagregada para o setor do turismo construída por Cabral e Oliveira (2020). A aplicação dos indicadores de insumo-produto permitiu a análise da estrutura produtiva do setor de turismo e suas interligações com os demais setores da economia do estado do Rio de Janeiro. Além de ser pioneira, a análise com o instrumental de insumo-produto para o setor de turismo fluminense constatou que, apesar das potencialidades do setor de turismo para a economia do ERJ, o mesmo ainda possui baixa participação no PIB do estado, poucos encadeamentos produtivos e alta dependência de produtos importados de outras regiões. Em termos do multiplicador, o multiplicador de emprego simples, apresentou uma relevante capacidade na geração de empregos através de variações na sua demanda final. Além disto, o turismo representa cerca de 3,57% de participação no PIB do estado do Rio de Janeiro e, dado o custo de oportunidade da atividade turística ocasionado pela criminalidade, o setor deixou de receber 23% de receitas adicionais, restringindo o crescimento do seu próprio PIB em 24,6%. Inibindo o crescimento do PIB fluminense em 0,85%. Estudos como este, são importantes em contextos de grandes expectativas em torno das reais capacidades de um setor para uma determinada economia. Todavia, observou-se poucos estudos na literatura a respeito das potencialidades e capacidades do turismo para a economia do Rio de Janeiro. Tais fatores, em um contexto de elevadas expectativas em relação ao setor de turismo, são importantes instrumentos para analisar, planejar e implementar políticas de fomento para a atividade turística.

**Palavras-chave:** Turismo; Crime; Insumo-produto.

## ABSTRACT

OLIVEIRA, Dayenne Gomes Brandão. **Two essays on tourism: an analysis for the State of Rio de Janeiro**. 2021. 71 p. Dissertation (Master in Regional Economics and Development). Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2021.

The tourism sector obtained an average share about 10% in world GDP in the last decade (WTC, 2016). Following the world tendency, tourism in Brazil corresponded to 8,5% of world GDP in 2016 (NATIONAL TOURISM PLAN, 2018-2022). In terms of competitiveness, Brazil is classified as 28<sup>th</sup> more competitive economy in tourism (EMBRATUR, 2016). As regards about the Rio de Janeiro state, its economy is the second largest tourism receiver, being the favorite destination to international leisure tourists. In this way, expectations about tourist activity as an alternative for recovery and development for the state's economy have been expanded. However, the increase in crime in RJ can be seen as an obstacle to the attractiveness of the tourist market. Presented the touristic potentiality of Rio de Janeiro and the improvement of infrastructure after mega events, it is important to make a systemic analysis of the productive structure of the tourism sector of the state, besides analyzing the costs of opportunity resulting from the increasing violence over the tourism sector and its developments to the economy and its productive structure. To achieve a certain purpose, it was used a regional input-output matrix of the state of Rio de Janeiro for the year 2015, dissociated for the tourism sector elaborated by Cabral and Oliveira (2020). The application of input-output indicators allowed the analysis of productive structure of the tourism sector and its interconnections to other economic sectors of the State of Rio de Janeiro. Besides being the first, the analysis using input-output to the tourism sector found that although the potentialities of it to the economy of the state, the tourism sector has low participation in the state GDP, few productive threads and high dependence to the products imported of other regions. Talking about the multiplier, the simple job multiplier presented a relevant capacity in the job creation through of variations in its final demand. Also, the tourism represents about 3,57% of GDP participation in the state of Rio de Janeiro and presented the cost of the opportunity of touristic activities due criminality, the sector stopped receiving 23% of revenue, restricting growth of its own GDP in 24,6%. Inhibiting the growth of Rio de Janeiro GDP in 0,85%. Studies like this are important in contexts of high expectations around the real capabilities of a sector for a given economy. Nevertheless, there have been few studies in the literature regarding the potential and capabilities of tourism for the economy of Rio de Janeiro. Such factors, in a context of high expectations in relation to the tourism sector, are important instruments to analyze, plan and implement policies to promote tourism.

**Keywords:** Tourism; Crime; Input-output.



## **LISTA DE SIGLAS**

ABIR-RJ - Associação Brasileira da Indústria de Turismo ABIR-RJ  
ACCARJ - Associação de Cama e Café e Albergues do estado do Rio de Janeiro  
ACRJ - Associação Comercial do Rio de Janeiro  
ACT – Atividades Características do Turismo  
CIUAT - Clasificación Internacional Uniforme de Actividades Turísticas  
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas  
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
CNC - Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo  
COB - Comitê Olímpico do Brasil  
CST - Conta Satélite do Turismo  
EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo  
ERJ - Estado do Rio de Janeiro  
FIFA - Federação Internacional de Futebol  
FIRJAN - Federação das Indústrias do estado do Rio de Janeiro  
ISIC - International Standard Industrial Classification  
ISP - Instituto de Segurança Pública  
JMJ - Jornada Mundial da Juventude  
MIP – Matriz Insumo-produto  
OMT - Organização Mundial do Turismo  
PNT - Plano Nacional de Turismo  
RIOTUR - Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro  
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
WTO - World Tourism Organization  
WTTC - World Travel & Tourism Council

## LISTA DE FIGURAS

|  |    |
|--|----|
| <b>Figura 1:</b> Estrutura de compras do setor de Turismo do estado do Rio de Janeiro. ....                            | 38 |
| <b>Figura 2:</b> Estrutura de vendas do setor de Turismo do estado do Rio de Janeiro. ....                             | 39 |
| <b>Figura 3:</b> Evolução do desembarque de turistas e criminalidade letal no estado do Rio de Janeiro, 2005-2018..... | 52 |

## LISTA DE QUADROS

|   |    |
|---|----|
| <b>Quadro 1:</b> Decomposição Atividades Características do Turismo.....          | 35 |
| <b>Quadro 2:</b> Estrutura Matriz Insumo-Produto do estado do Rio de Janeiro..... | 36 |

## LISTA DE TABELAS

|   |    |
|---|----|
| <b>Tabela 1:</b> Participação setorial no PIB fluminense .....  | 37 |
| <b>Tabela 2:</b> Índices de ligação e setores-chave da economia fluminense .....  | 40 |
| <b>Tabela 3:</b> Multiplicadores de Produção, Renda e Emprego .....   | 43 |
| <b>Tabela 4:</b> Estimação Renda Média gerada Copa FIFA 2014 .....  | 58 |
| <b>Tabela 5:</b> Custo de oportunidade dos setores produtivos da economia fluminense decorrente do recrudescimento da criminalidade. .... | 60 |

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO</b> .....   | <b>13</b> |
| <b>2. TURISMO E CRIME: ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS</b> .....   | <b>16</b> |
| 2.1. Motivação turística .....   | 16        |
| 2.2. Percepção ao risco e segurança .....  | 18        |
| 2.3. Criminalidade versus turismo .....  | 19        |
| 2.4. Teorias do crime aplicadas ao turismo .....   | 22        |
| <b>CAPÍTULO I - ANÁLISE DA ESTRUTURA PRODUTIVA DO SETOR DE TURISMO<br/>E SUAS INTER-RELAÇÕES COM OS DEMAIS SETORES DA ECONOMIA DO<br/>ESTADO DO RIO DE JANEIRO</b> ..... | <b>24</b> |
| 3. INTRODUÇÃO .....  | 25        |
| 3.1. Análise da importância do setor de turismo sob a abordagem de insumo-produto ...  | 26        |
| 3.2. Metodologia .....   | 29        |
| 3.2.1. Indicadores básicos de insumo-produto .....   | 31        |
| 3.2.2. Índices de interligação e setores-chave .....   | 31        |
| 3.2.3. Multiplicadores de produção .....   | 31        |
| 3.2.4. Multiplicadores de emprego .....  | 32        |
| 3.2.5. Multiplicadores de renda .....  | 32        |
| 3.3. Base de Dados .....   | 33        |
| 3.4. Análise e discussão dos resultados .....  | 36        |
| 3.5. Considerações finais e implicações de políticas .....   | 44        |
| 3.6. Referências Bibliográficas .....  | 46        |
| <b>CAPÍTULO II - OS CUSTOS DE OPORTUNIDADE DA CRIMINALIDADE SOBRE O<br/>TURISMO E OS DESDOBRAMENTOS SOBRE A CADEIA PRODUTIVA DO<br/>ESTADO DO RIO DE JANEIRO</b> .....   | <b>50</b> |
| 4. INTRODUÇÃO .....  | 51        |
| 4.1. Turismo x Crime .....   | 54        |
| 4.2. Metodologia e banco de dados .....  | 56        |
| 4.2.1. Metodologia .....   | 57        |
| 4.2.2. Banco de dados .....  | 58        |
| 4.3. Discussão dos resultados .....  | 59        |
| 4.4. Considerações finais e implicações políticas .....  | 62        |
| 4.5. Referências bibliográficas .....  | 63        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....  | <b>66</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....  | <b>69</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

As perspectivas para o desenvolvimento do mercado turístico a nível mundial e nacional mostram-se bastante promissoras. O Plano Nacional de Turismo (PNT) para o período de 2018 a 2022, apresenta alguns dados da Organização Mundial do Turismo (OMT, 2018), revelando que o turismo movimentou US\$ 7,6 trilhões em 2017, o que representa 10% de toda riqueza mundial. No Brasil, a participação direta do turismo na economia atingiu US\$ 56,8 bilhões em 2016, o equivalente a 3,2% do PIB. Já a contribuição total (direta e indireta) do setor somou US\$ 152,2 bilhões, ou seja, 8,5% do PIB. Quanto ao nível de emprego no País, segundo dados do World Travel & Tourism Council (WTTC), o setor gerou mais de 7 milhões de postos de trabalho em 2016, o que representa 7,8% do volume total de empregos gerados na economia brasileira.

No caso do Rio de Janeiro, segundo dados do estudo da WTTC (2016)<sup>1</sup>, o setor de turismo contribuiu em US\$ 6,5 bilhões para o PIB do Rio de Janeiro em 2016, o montante que representa 4,9% da economia da cidade e 11,5% do seguimento no Brasil. Segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC, 2018), o setor de turismo contribui com cerca de 9,9% dos postos de trabalho formais do estado. Neste contexto marcado pela visibilidade do setor de turismo sob uma perspectiva otimista do poder público na capacidade de geração de emprego e renda, o governo do Rio de Janeiro acredita na consolidação do estado como um polo turístico e como uma das principais atividades produtivas capaz de contribuir para a recuperação da economia fluminense. É incontestável que o Rio de Janeiro continua sendo o cartão postal do Brasil. Segundo os números da pesquisa realizada anualmente pelo Ministério do Turismo, o Rio de Janeiro é o principal destino dos turistas que procuram por lazer (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2018).

A atividade turística, em especial, após a Segunda Grande Guerra, se consolidou como uma atividade expressiva, em termos econômicos, devido a sua capacidade de geração de empregos, de lazer e entretenimento. Somado a um cenário de progresso do capitalismo, dos padrões de consumo e questões trabalhistas como a regulamentação de direitos dos trabalhadores, tal como as férias remuneradas (PANAZZOLO, 2005). Além destes fatores, o avanço da tecnologia, principalmente dos meios de transporte, contribuiu para disseminar o turismo de massa (REJOWSKI, 2002). No Brasil, as políticas desenvolvimentistas implementadas no governo Kubitschek a partir de 1955 ampliaram a malha rodoviária nacional e os transportes, impulsionando o mercado turístico nacional. Com a criação do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) em 1966, o turismo brasileiro passou a ter visibilidade como uma “indústria” que deveria ser fomentada (BECKER, 2001).

Medeiros e Castro (2013) também realçam o papel da EMBRATUR na década de 1960 e a discussão em torno de que economias periféricas deveriam utilizar-se do turismo como um meio de impulsionar o desenvolvimento econômico dos seus países. Caberia à EMBRATUR regular o setor de turismo e também promover o País como destino turístico. Foi durante os anos de 1970 que se intensificaram as propagandas em torno do Rio de Janeiro como principal destino turístico internacional do Brasil. Todavia, as taxas de homicídios no País têm um crescimento acima da média, a partir da década de 1980, cujo território nacional passa a ser conhecido como violento, descontruindo, assim, a imagem do Brasil como um destino turístico de qualidade perante a mídia internacional.

Nessa circunstância, o Rio de Janeiro também assume uma imagem de um local marcado pela crescente violência e criminalidade. De acordo com dados do Atlas da Violência,

---

<sup>1</sup> Disponível em: < <https://www.traveldailynews.com/post/latin-america-city-travel-tourism-impact-by-wttc> >  
Acesso em 18 de maio de 2020.

houve um crescimento de 115% na taxa de homicídios por cem mil habitantes no estado fluminense entre as décadas de 1980 e 1990. Cabe notar que a partir de 1988 há um recrudescimento da trajetória da violência letal no Rio de Janeiro. Neste mesmo ano, os dados da EMBRATUR mostram que 800 mil estrangeiros desembarcaram no Rio de Janeiro, entretanto, houve uma redução para a metade, isto é, cerca de 400 mil desembarques internacionais já em 1991. Medeiros e Castro (2013) associam esta queda no número de turistas ao aumento da violência no estado.

Na primeira década do século XXI, com o influxo de investimentos tanto do poder público quanto do setor privado para a promoção dos megaeventos a serem sediados na cidade do Rio de Janeiro, o turismo passa a ser reconhecido como um setor a ser estimulado na economia fluminense. Fratucci et al. (2016) destacam os efeitos positivos para o setor de turismo do Rio de Janeiro, beneficiado por uma série de políticas de planejamento e incentivo para o seu desenvolvimento e uma mudança da visão internacional de um destino marcado por sol, futebol, praia e sexo. As grandes obras de infraestrutura e transporte necessárias para a realização dos megaeventos na cidade trazem uma nova imagem para o Rio de Janeiro, como um destino turístico que, além das suas características de praia e sol, também passa a oferecer serviços e entretenimento de qualidade, de maneira a atender as expectativas dos turistas.

A discussão do trabalho se baseia nos indicadores do turismo internacional devido a justificativa que nos últimos anos tanto o Brasil quanto o Rio de Janeiro, adotaram uma série de políticas, cujo objetivo estava centrado em inserir o País na rota turística internacional, de modo que a realização de megaeventos garantiria a melhora da imagem externa do Brasil e a potencialização do mercado turístico do País. Segundo pesquisa elaborada pelo Ministério do Turismo por intermédio de entrevistas com turistas estrangeiros e domésticos durante as Olimpíadas de 2016 foi identificado que cerca de 87,7% dos turistas estrangeiros tinham a intenção de retornar ao País e cerca de 94,2% dos turistas nacionais tinham a intenção de retornar ao Rio de Janeiro<sup>2</sup>.

Mesmo com todos os investimentos realizados e infraestrutura criada para sediar os megaeventos, a taxa de ocupação de hotéis já estava muito abaixo do uso total de suas capacidades, logo após os grandes eventos esportivos. De acordo com as estatísticas da Associação Brasileira da Indústria de Turismo (ABIR-RJ, 2016), a taxa de ocupação das unidades habitacionais era de 69% em 2015 e de 52% no ano de 2016 (BARTHOLO et al., 2017). Similarmente ao ocorrido na década de 1990, a diminuição da procura turística internacional verificada pela redução do desembarque de turistas internacionais pode estar novamente relacionada à imagem negativa decorrente da crescente violência no Rio de Janeiro.

Apesar de o setor de turismo ter se mostrado uma atividade produtiva competitiva e da grande expectativa criada pós-megaeventos, a atratividade internacional do turismo do estado do Rio de Janeiro não se mostrou consolidada. Conforme levantamento do número de desembarques internacionais do Anuário Estatístico do Turismo entre o período de 2005 a 2018 mostram que os anos de maior desembarque internacional no Rio de Janeiro coincidiram com os grandes eventos realizados em 2014 e 2016. Todavia, as estatísticas relacionadas a taxa de homicídios do estado para o mesmo período mostram que em momentos de alta das chegadas internacionais, as taxas de criminalidade estavam mais baixas. Entretanto, já em 2015 ocorre uma elevação nas taxas de violência e em contrapartida, há uma queda no número de desembarques internacionais no estado.

Cabe observar que, após um período de queda registrada nas taxas de homicídios por cem mil habitantes com redução de 36,4% entre 2005 e 2015, a partir de então foi observado o recrudescimento da criminalidade no estado do Rio de Janeiro. Conforme o diagnóstico dos

---

<sup>2</sup> Disponível em: < <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/ultimas-noticias/2633-turistas-aprovam-a-olimp%C3%ADada-e-querem-voltar-ao-brasil.html>> Acesso em 10 de maio de 2020.

homicídios no Brasil, elaborado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP, 2015), o Rio de Janeiro é o segundo estado com maior concentração de homicídios em termos absolutos, ficando atrás apenas do estado da Bahia. Em termos de mortes de policiais, o Rio de Janeiro também é o segundo estado com maior registro de óbitos (152). Junto com São Paulo que registrou 207 policiais mortos, os dois estados responderam por cerca de 42% de óbitos de policiais no País em 2013.

Diante do exposto, torna-se um importante instrumento empreender uma análise da estrutura produtiva do setor de turismo fluminense e suas intra e inter-relações com os demais setores da economia do Rio de Janeiro bem como, da capacidade do setor na geração de produto, emprego e renda. A partir do conhecimento sistêmico da estrutura produtiva fluminense com o auxílio da matriz insumo-produto, será possível compreender a importância econômica da atividade turística para o Rio de Janeiro e as potencialidades de desenvolvimento deste setor. Nesse sentido, com a mensuração do custo de oportunidade decorrente do aumento dos índices de criminalidade letal no estado, aplicado sobre o setor de turismo, será possível visualizar os desdobramentos diretos e indiretos deste choque sobre os demais setores da economia fluminense. A partir do conhecimento prévio da cadeia produtiva do Rio de Janeiro, somado a relevância da atividade turística para a economia fluminense, será possível interpretar os impactos da diminuição da demanda turística causada pelos índices de criminalidade sobre o setor turística e demais setores relacionados ao desenvolvimento e manutenção desta atividade.

Com este tipo de análise, se compreenderá as implicações da não escolha do Rio de Janeiro como alternativa de destino turístico devido a sensação de insegurança por parte dos turistas, podendo resultar em perda de arrecadação pelo estado, gerando assim, uma capacidade ociosa na estrutura turística planejada para atender as necessidades turísticas pós-megaeventos esportivos. Nesse sentido, a renda que deixou de ser recebida com esta capacidade ociosa seria um custo de oportunidade para a economia fluminense. Entende-se por custo de oportunidade, como, o custo pela não escolha do agente econômico, assim como, os benefícios que poderiam ser obtidos a partir desta escolha renunciada. Portanto, caso o Rio de Janeiro, tivesse mantido os mesmos níveis de turistas no período dos megaeventos, poderia, pelo menos, gerar o mesmo montante de renda daquele ano para a atividade turística e evitar problemas com capacidade ociosa em sua economia.

Para constatar se a diminuição da procura pelo turismo fluminense e a respectiva queda da atividade turística se deve, principalmente, ao fato do aumento da criminalidade no estado, foi necessário dividir esta pesquisa em dois capítulos. Antes, porém, é realizado um levantamento bibliográfico a respeito do tema segurança e seus efeitos sobre a indústria de turismo, tendo como foco a análise da motivação turística, fatores de risco e insegurança. Assim, a partir deste levantamento bibliográfico é possível ter o entendimento teórico sobre a relevância deste tema, através de trabalhos seminais, que corroboram com a temática dos impactos da criminalidade sobre a indústria do turismo. Em seguida, são realizadas a aplicação da metodologia de insumo-produto, cujo objetivo é realizar uma análise sistêmica da estrutura produtiva do setor de turismo fluminense, assim como, analisar os custos de oportunidade decorrentes da violência crescente no estado do Rio de Janeiro sobre o setor de turismo e seus desdobramentos para a economia fluminense e sua estrutura produtiva.

O primeiro capítulo se propõe a realizar um estudo sistêmico da importância da estrutura produtiva do setor de turismo do estado do Rio de Janeiro e suas principais interdependências com os demais setores do estado por meio do método de insumo-produto. De modo a implementar a análise, foi necessário desagregar o setor de turismo na matriz de insumo-produto do ERJ (MIP-RJ) do ano de 2015 disponibilizada por Cabral e Oliveira (2020). O setor de turismo foi desagregado em três atividades características do turismo, posteriormente tais setores foram agregados, tendo desta forma, o setor de turismo. Os resultados obtidos revelaram que o turismo não é um setor-chave na economia fluminense, no entanto, o turismo tende a ser



uma atividade com capacidade de demandar das demais atividades produtivas acima da média. Os demais indicadores constataram que apesar do setor turístico não apresentar o maior desempenho para geração de empregos e renda para a economia do estado, o turismo fluminense, ainda assim, demonstrou resultados satisfatórios para o multiplicador de emprego simples.

O segundo capítulo buscará simular e mensurar o impacto do custo de oportunidade decorrente do aumento da criminalidade sobre o setor de turismo e seus desdobramentos sobre os demais setores da economia do Rio de Janeiro. Desta maneira, após o cálculo da renda média gasta pelos turistas em 2014, definiu-se o montante do choque negativo aplicado à atividade turística. Sendo possível constatar os impactos sobre o próprio setor, além dos efeitos encadeados sobre os demais setores da economia do estado. Os resultados comprovaram que o desempenho do setor de turismo ficou aquém do seu potencial, caso a demanda turística se mantivesse, pelo menos, nos patamares de 2014, tendo como consequência na redução produtiva dos demais setores, especialmente aqueles ligados à atividade turística.

Diante dos resultados encontrados, os altos índices de criminalidade observados no estado do Rio de Janeiro aliados à percepção de insegurança dos turistas podem ter arrefecido a demanda turística fluminense, apesar de todos os atrativos turísticos e investimentos realizados em infraestrutura no estado. De outro modo, o potencial de contribuição do setor de turismo para a economia do Rio de Janeiro pode estar limitado devido as condições adversas de violência e criminalidade no estado. Agravando assim, a situação de crise e alta taxa de desemprego, sendo de grande importância políticas de fomento para o desenvolvimento e atração do turismo fluminense.

## **2. TURISMO E CRIME: ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS**

### **2.1. Motivação turística**

A prática de viajar desde o início do século XIX tornou-se um ato comum para o mundo ocidental. Foi através do aprimoramento da tecnologia que tornou os meios de comunicação uma ferramenta propícia para o conhecimento de novas culturas e locais. Contudo, com a evolução dos meios de transporte e o seu barateamento, a possibilidade de viagens menos longas e perigosas além da ascensão de uma classe média tornou o ato de viajar algo de mais fácil acesso para um vasto grupo de pessoas (COHEN, 1972).

Em uma perspectiva sociológica, Cohen (1979) atribuiu o ato de viajar como sendo uma fuga temporária do “centro” de um indivíduo, no qual este indivíduo está em busca de uma satisfação temporária que possa motivá-lo a dar continuidade em sua rotina e atividades cotidianas. O turismo moderno tornou-se um turismo em massa, com base em diferentes culturas, costumes, estilos de vida e ambientes. O turismo moderno na visão de Cohen (1979) é o ato de apreciar aquilo que é tido como novo e diferente para a cultura de um determinado indivíduo.

Cooper et al. (2007) definem o turismo como “uma atividade multidimensional, multifacetada, que influencia muitas vidas e muitas atividades econômicas diferentes”. Já na visão de Beni (2007), a existência de diversas interpretações sobre o turismo tende a gerar uma extrema dificuldade para estabelecer uma definição abrangente e precisa do seu significado. O autor define o turismo como:

Tenho conceituado o turismo como um elaborado e complexo processo de decisão sobre o que visitar, onde, como e a que preço. Nesse processo intervêm inúmeros fatores de realização pessoal e social, de natureza

motivacional, econômica cultural, ecológica e científica que ditam a escolha dos destinos (BENI, 2007, p. 50).

Por ter diversas definições em diferentes áreas do conhecimento, cabe à Organização Mundial do Turismo (OMT) compilar os diferentes entendimentos a respeito do significado do turismo. Nessa perspectiva, em uma abordagem mais técnica, a OMT descreve o turismo como um conjunto de pessoas que viajam e estão distantes de suas residências e desenvolvem atividades relacionadas ao lazer, negócios e demais atividades. Os principais fundamentos do turismo são baseados em viagens para locais diferentes da residência do turista, cuja visita deve ter duração inferior a 12 meses consecutivos e o principal objetivo da viagem não seja o exercício de uma atividade remunerada no local visitado (OMT 1995). O turismo é, portanto, um fenômeno social, cultural e econômico relacionado ao movimento de pessoas para lugares fora de seu local de residência habitual, sendo o prazer a motivação usual (OMT, 2008).

A compreensão da definição do turismo para a OMT é, antes de tudo, um conceito baseado na demanda (OMT, 1995). Os estudos relacionados à motivação turística procuram explicar o comportamento do turista em diferentes momentos, isto é, no processo pré-viagem, durante a viagem e pós viagem. O momento anterior a viagem é caracterizado pela tomada de decisão do turista, no qual, surge a necessidade e o turista responde a essa necessidade elaborando critérios de escolha, desde a busca por informações e realizando comparações de diferentes destinos. Durante o momento da viagem, será destacado o comportamento do turista relacionado a sua estadia no destino visitado. Por último, o comportamento do turista depois da viagem é caracterizado pelos critérios de satisfação, intenção de retorno, construção de memória e demais fatores. Nesta perspectiva, o conceito relativo à motivação turística é abordado por um conjunto de diferentes disciplinas, das quais destacam-se a sociologia, economia, psicologia, marketing e geografia (SANTOS et al., 2014).

Do ponto de vista da microeconomia *mainstream*, os bens são objetos diretos da utilidade, cujas características individuais ou combinadas dos bens que resultarão em maior utilidade. Lancaster (1966) rompeu com esta tradicional teoria do consumidor, sendo que as suposições da nova abordagem podem ser resumidas da seguinte forma: i) o bem, por si só, não dá utilidade ao consumidor; possui características, e essas características dão origem à utilidade; ii) em geral, um bem possuirá mais de uma característica e muitas características serão compartilhadas por mais de um bem; iii) os produtos combinados podem possuir características diferentes daquelas relativas aos produtos separadamente.

No caso de um produto turístico, a maximização da utilidade e satisfação do consumidor estão atreladas não apenas às particularidades deste produto, mas às motivações e características dos diferentes grupos de turistas. A existência de diferentes turistas, com diferentes características e motivações, também gera distintos graus de satisfação do consumidor (ANDRADE, 2001). Pela ótica do turista, o turismo é uma ação em resposta às necessidades, sendo considerados os fatores temporais, espaciais, sociais e econômicos. Quando as necessidades se transformam no desejo em viajar, a motivação que levou a esse desejo torna-se um parâmetro para a formação de expectativas que, por sua vez, determinarão as percepções de desempenho de produtos e serviços, logo, a satisfação do consumidor. O turismo promove a busca pelo prazer, conseqüentemente, muitas atitudes são formadas para satisfazer as normas pessoais e não as sociais (GNOTH, 1997).

Mansfeld (1992) afirma que podem existir duas abordagens teóricas distintas para definir o processo de tomada de decisão do consumidor. A primeira é caracterizada pelo indivíduo ou grupo ser economicamente racional, isto é, seu critério de decisão será por aquilo que lhe traga maior utilidade. A segunda abordagem é baseada na teoria da probabilidade aleatória, na qual a escolha de diferentes destinos turísticos se dá devido aos fatores probabilísticos. Nesta visão, a utilidade é composta por elementos racionais e irracionais, sendo que o critério de decisão do turista pode ser influenciado por fatores de impulso e atração. O

impulso será o determinante da motivação para que o turista tenha o desejo de viajar enquanto os fatores de atração, estão ligados às próprias características do destino, que também é relevante para o processo de decisão.

Crompton (1979) elaborou um estudo que buscou identificar as motivações dos turistas que influenciam a escolha de determinado destino turístico. O impulso seria determinado por fatores sociais e psicológicos enquanto fatores de atração, seriam representados pelas motivações despertadas pelo próprio destino. Tradicionalmente, os motivos de impulso são considerados úteis para explicar o desejo de sair de férias enquanto os motivos de atração são considerados úteis para explicar a escolha do destino.

## **2.2. Percepção ao risco e segurança**

A partir do século XX, os critérios de segurança foram atrelados ao turismo, uma vez que tanto os destinos quanto os turistas são diretamente afetados pela percepção de segurança, proteção e risco. Acontecimentos ligados a crimes, terrorismo e segurança nacional são preocupações naturais para a indústria do turismo. Questões sociais, ambientais e de saúde tornaram-se também critérios de risco para a escolha turística. Desse modo, serão essas preocupações ligadas ao risco que gerarão efeitos negativos que podem influenciar o sistema turístico (HALL et al., 2004).

Plog (1974) foi um dos autores seminais na discussão sobre as tipologias de turistas de acordo com suas percepções ao risco. Existem turistas mais propensos ao risco, dispostos a se aventurar e aqueles que são mais conservadores, dispostos a escolher um turismo que seja do tipo familiar. Dessa maneira, viajantes que utilizam a oferta de serviços por agências de turismo, buscando um padrão de turismo que tenha como critérios a segurança, ambientes familiares, viagens planejadas e rotina, desfrutar das acomodações de hotéis, restaurantes e demais atividades, serão considerados turistas do tipo psicocêntrico. Do lado oposto, o turista que busca novas experiências, contato com novas culturas e pessoas é chamado de aloocêntrico.

Cohen (1972) também estabeleceu uma tipologia para diferentes tipos de turistas, na qual explicita que a experiência turística é a procura por uma combinação entre familiaridade e novidade. Os diferentes tipos de turistas são divididos em duas funções, sendo que a primeira função é atribuída a turistas com um padrão institucionalizado enquanto a segunda é atribuída a turistas com um padrão não institucionalizado. O primeiro grupo pertence aos turistas de massa, divididos entre organizados e individuais. Basicamente, ambos irão usufruir dos confortos e rotas oferecidos pela estrutura da indústria turística nos destinos pelos quais viajam. No entanto, os turistas organizados irão preferir mais familiaridade; já os turistas individuais não, necessariamente, terão um roteiro pré-planejado. O grupo de turistas não institucionalizados é atribuído aos tipos de turistas que Cohen (1972) chama de exploradores e nômades. Tanto o turista explorador quanto o turista nômade experimentam sensações de novidades mais amplas que os turistas de massa, isto é, no sentido de se envolverem mais com a cultura, costumes e pessoas locais. Entretanto, o explorador ainda procura por meios de transporte e acomodações confiáveis. Já o tipo nômade, geralmente não utiliza da infraestrutura oferecida pela indústria turística, não tem uma viagem planejada em termos de rotas, passeios, horários e, muitas vezes, com limitações financeiras.

Roehl e Fesenmaier (1992) classificaram os turistas em três grupos com base em sua percepção de risco: risco neutro, risco funcional e risco local. Para a formação destes grupos, sete componentes ou tipos de risco foram identificados ao comportamento do consumidor, especialmente para viagens de lazer: risco de equipamento, risco financeiro, risco físico, risco psicológico, risco de satisfação, risco social e risco de tempo. O grupo neutro ao risco considerou a sua última viagem como algo seguro, apesar de o comportamento de viagem desse grupo ser o mais arriscado dos três grupos. O grupo de risco funcional considerou a

possibilidade de problemas mecânicos, de equipamentos como a principal fonte de risco relacionado ao turismo. O grupo de risco local considerou as férias bastante arriscadas e o destino das férias mais recentes como muito arriscado.

Korstanje (2009) considerou que a segurança nas viagens está enraizada na crença de que os processos de tomada de decisão da escolha do destino são múltiplos. Sete tipos diferentes de riscos podem ser identificados: financeiros, sociais, psicológicos, físicos, funcionais, situacionais e de viagens. Os riscos associados às viagens estão frequentemente relacionados a preocupações com a saúde, terrorismo, crime ou desastres naturais em destinos turísticos.

No entanto, autores como Lepp e Gibson (2003) acreditam que estudos em relação ao risco percebido e o turismo internacional ainda é uma área pouco explorada pelas pesquisas acadêmicas. Em face desse cenário, os autores buscaram responder a hipótese de que turistas que procuram por familiaridade tendem a ser mais atentos a questões de riscos. Tendo como base a tipologia definida por Cohen (1972), o estudo identificou alguns fatores de risco, como: saúde, instabilidade política, terrorismo, comida estranha, barreiras culturais, dogma político e religioso de uma nação e crime. Critérios como saúde, guerra e instabilidade política, terrorismo e comida estranha são todos percebidos como arriscados para turistas que optam por familiaridade, como os turistas em massa, organizados ou independentes, assim como o grupo de turistas exploradores e nômades. Turistas que buscam por novidades tendem a ser menos perceptíveis ao fator risco. Os fatores barreiras culturais, dogma político e religioso de uma nação e crime não se mostraram como fatores de influência para os turistas, o que pode ser justificado pelas características do grupo de entrevistados escolhidos.

Mawby (2000) também realizou uma pesquisa através da aplicação de um questionário para turistas britânicos, cujo objetivo foi observar questões sobre a vitimização e medo entre os turistas com base em suas experiências. O questionário distribuído em 1998 teve cerca de 47% de respostas coletadas, com perfil majoritário do sexo masculino, idoso e com alta renda. Quase metade dos entrevistados relatou não ter escolhido determinado destino turístico por fatores de insegurança. Assim como o resultado encontrado por Lepp e Gibson (2003), o fator segurança relacionado a crimes não foi considerado como o critério mais importante na escolha de um destino de férias. A conclusão do estudo é que apesar de algumas pessoas adotarem critérios de segurança como parâmetro para escolha de um destino de férias, muitas não consideram crime e insegurança como fatores determinantes em sua escolha.

Conforme o aumento de fatores de riscos e crises que tem por característica afetar o setor de turismo, torna-se necessária a compreensão de origens destes fatores e prever seus possíveis impactos para o setor. Kozak et al. (2007) argumentam que em tais circunstâncias, deve-se conhecer as necessidades básicas de segurança e garantir que os turistas e potenciais turistas sintam-se seguros. As questões relacionadas à segurança dependem de cada destino, sendo que a percepção de segurança terá impacto na tomada de decisão dos turistas.

### **2.3. Criminalidade versus turismo**

Em um contexto turístico, o crime “é simplesmente definido como uma ação que é contrária à jurisprudência ou à lei escrita no país gerador ou no país receptor” (RYAN, 1993), tendo em vista que atos ilegais em um país podem não ser em outro. Cabe ressaltar que esta divergência na definição de crime entre os países pode motivar o turista a se envolver com um tipo de comportamento ilegal ou quase ilegal (BRUNT e HAMBLY, 1999).

Moore e Berno (1995) argumentam que as diferenças culturais atribuem grande complicação a questões ligadas à interpretação dos atos considerados ilícitos, além do fato de também existir critérios subjetivos a individualidade neste entendimento, isto é, um indivíduo pode não compreender que um determinado ato seja considerado como criminoso. Do mesmo

modo, as diferenças culturais podem também ter diferentes interpretações sobre crimes como assédio sexual e prostituição, por exemplo.

Poucos estudos acadêmicos se dedicaram a empreender a análise da relação do crime com a demanda turística. Os estudos nessa área se concentram em: i) análise geral do impacto do turismo no crime, a estrutura do crime nas áreas de recepção, a interdependência de ambos os fenômenos; ii) impacto potencial do crime nas áreas de recepção dos turistas dos países que vivem da indústria do turismo sobre o desenvolvimento econômico; iii) percepção do turista sobre segurança e risco de criminalidade e percepção dos lugares que são atraentes.

Ryan (1993) ao relacionar as questões de turismo e criminalidade apontou que tanto o turismo quanto atos criminosos estão envolvidos em uma estrutura social urbana, na qual as motivações sociais e psicológicas que levam um indivíduo a praticar o turismo ou crimes estão atreladas a fatores que passam por uma rede complexa de estrutura familiar, amigos, trabalho e demais grupos. Ambos movimentos são derivados dos costumes sociais, econômicos e culturais, que revelam uma procura por fuga da realidade.

O autor elaborou uma análise intrínseca e extrínseca ao turismo para observar esta relação entre crime e turismo, onde, de um lado, o turista pode ser visto uma vítima deliberada ou acidental e, de outro, os determinantes do crime originados a partir do turismo. De forma matricial, o turista como vítima potencial pode ser entendida em quatro seguimentos. Um primeiro segmento é dedicado às características particulares de uma demanda turística motivada por uma fuga da responsabilidade diária e uma liberação de restrições sociais normais que levam a uma demanda por serviços que são criminosos ou quase criminosos. O segundo segmento representa uma situação em que a demanda intrínseca ao relaxamento gera uma situação em que, ao tomar menos cuidado, o turista pode se tornar mais facilmente vítima de um crime. O terceiro segmento representa um caso em que a natureza da zona turística cria a oportunidade para a atividade criminosa. Por último, representa possíveis sentimentos anti-turísticos, pelos quais, o turismo é percebido por questões destrutivas o que, no extremo, justificaria ações violentas contra os turistas e suas instalações.

Quanto à existência de determinantes inerentes à estrutura turística que possam motivar e originar atos criminosos, Ryan (1993) acredita que as motivações para o turismo são também os agentes para a criminalidade. As categorias analisadas, no entanto, são apenas simplificação de um padrão complexo de forças sociais, na medida em que observa que, tanto a natureza da demanda turística quanto as atitudes extrínsecas em relação ao turismo só podem fazer sentido dentro de um contexto social mais amplo.

Até a década de 1970, somente as externalidades positivas do turismo eram consideradas, especialmente a capacidade da atividade turística em promover o desenvolvimento da região turística. A partir de então, houve uma mudança nesta concepção com estudos com uma visão mais crítica em relação aos possíveis efeitos negativos da atividade turística. Entretanto, estabelecer a causalidade entre turismo e criminalidade é uma tarefa difícil (LISOWSKA, 2017). O turismo pode ser um catalisador para o crime. Por outro lado, o crime pode impactar negativamente a atividade turística. Na visão turismo causa crime, entende-se que, pelo fato de o turismo ser um meio de expor padrões de consumo e valores de diferentes culturas, os anfitriões podem utilizar de meios ilegais para alcançar o nível de consumo semelhante ao turista. Como o turista pertence a um grupo externo, ele não é considerado como membro da comunidade anfitriã, tornando-o uma vítima permissível (MOORE e BERNO, 1995). Nesta mesma perspectiva, Lisowska (2017) identifica que, como uma das características do turismo de massa é o agrupamento de grandes grupos de pessoas, em áreas relativamente pequenas, isto resulta, muitas vezes, em maior incidência de crimes por causa do maior contingente de vítimas potenciais.

Na perspectiva crime causa turismo, Pizam e Mansfield (2006) subdividiram em três grupos o possível impacto da segurança sobre o turismo. O grupo A é direcionado aos conceitos

que relacionam a natureza da insegurança e turismo às suas motivações e objetivos. A crise de segurança pode ser causada por motivos de guerras, terrorismo, agitação civil/política e crimes. Os destinos turísticos estarão sujeitos a diferentes níveis da gravidade de insegurança. Guerras e terrorismo, que tem como característica a destruição em massa, possui um maior impacto sobre o turismo, seguido por atos contra a vida, danos corporais e, por último, crimes contra propriedade, que podem, inclusive, resultar em impacto insignificante no turismo receptivo. O grupo B é direcionado aos impactos de incidentes e crises de segurança na indústria do turismo, turistas e no destino. Todas as formas de insegurança possuem uma relação negativa para a imagem do destino turístico, mais evidente no longo prazo. Além disto, será a frequência dos casos de insegurança, e não a gravidade, que mais impacta o turismo. Cabe ao grupo C tratar das reações à crise de segurança. Destinos turísticos que utilizam bom marketing com o objetivo de se afastar de uma imagem negativa advinda da falta segurança, tendem a obter menor impacto sobre a procura turística. Por fim, também cabe aos setores público e privado assegurar que existe uma magnitude exagerada por parte da mídia em relação à divulgação dos atos criminosos. Seria necessário que esses agentes elaborassem um gerenciamento de imagem, a fim de diminuir os impactos negativos causados pelos meios de comunicação.

O papel da mídia é um fator que é destacado por muitos estudiosos que investigam a relação existente entre segurança e turismo. Geralmente, é atribuído aos meios de informação um caráter de gerar notícias tendenciosas que não retratam a realidade e os fatos de forma clara. Pizam e Mansfield (2006) afirmaram que este comportamento midiático tem como principal resultado o declínio da demanda turística, cujo destino foi afetado por fatores de insegurança. Outro fator apontado sobre o papel da imprensa em noticiar casos de violência é que a mídia tende a relatar não apenas a ocorrência de crimes e seus impactos reais no turismo, mas também assume o papel de intérprete e avaliadora do risco envolvido em viajar para os destinos afetados.

Sobre a relação turismo e crime em destinos turísticos, Ryan (1993) elaborou uma classificação dividida em cinco tipos: i) turistas são vítimas incidentais e presença de turistas não é o fator específico que atrai o crime; ii) a atividade criminal é atraída pela natureza da localização turística, mas as vítimas são turistas e residentes; iii) a atividade criminal é atraída pela presença de turistas porque são vítimas mais fáceis do que residentes; iv) o crime se organiza para atender a certos tipos de demanda turística, como a demanda por bens e serviços ilegais, por exemplo; v) turistas e instalações turísticas são os alvos específicos da ação terrorista local por razões políticas ou religiosas.

Sobre a relação turismo e crime, muito se especula acerca da responsabilidade das autoridades locais das regiões turísticas e seu relacionamento com a indústria do turismo. Pizam et al. (1997) observaram que há um compromisso formal das autoridades em reduzir crimes contra os turistas, tendo em vista a criação das unidades policiais destinadas a atender somente turistas nos destinos onde o turismo é um importante setor da economia, como é o caso de Orlando, Nova Orleans e Cidade do Cabo. Nesse sentido, é necessária a colaboração integrada dos policiais junto com a comunidade, com a indústria do turismo e com as demais forças policiais existentes no destino. Os autores também destacaram a integração com a mídia, uma vez que os veículos de comunicação possuem um papel fundamental de divulgação dos casos de violência, o que leva a uma imagem negativa do destino resultando na diminuição da procura turística.

Em muitos casos, existe uma preocupação do crime em destinos turísticos concentrando-se no turista como vítima, especialmente casos envolvendo turistas internacionais ganham ampla divulgação, dado o peso que um ato contra um turista possui por representar uma cultura diferente. Caso haja uma dependência econômica do país receptor com relação ao setor de turismo (MOORE e BERNO, 1995), o impacto econômico da violência contra o turista é ainda maior. Entretanto, independente do grupo que seja atingido por atos criminosos ou as motivações para o crime, violência e criminalidade implicarão em uma imagem negativa para

o destino turístico, logo redução da demanda turística. No caso extremo, se o destino não for seguro para seus próprios residentes, os turistas não o escolherão (PIZAM, 1999).

Por fim, a relação existente entre crime e turismo pode gerar impactos em níveis macro e micro. Em um nível micro, pode ser considerada a escolha do turista em visitar e revisitar um destino turístico com elevados índices criminosos. A criminalidade geraria, portanto, redução da procura por este destino turístico. Sob o prisma macro, isso geraria a diminuição de receitas arrecadadas, aumento do desemprego, queda dos investimentos no setor, além da obsolescência da infraestrutura existente para atender a demanda turística (MATAKOVIĆ e MATAKOVIĆ, 2019).

#### **2.4. Teorias do crime aplicadas ao turismo**

Na visão de Baker (2014) compreender as motivações de atos criminosos além de ser relevante para áreas da sociologia e criminologia também é fundamental para a indústria do turismo e seu funcionamento. Não é uma tarefa simples elaborar teorias que descrevam o comportamento humano, principalmente quando se diz respeito do comportamento criminoso, levando em consideração diferentes comportamentos, características e contextos sociais. Baker (2014) enfatiza que muitos estudos tiveram mais atenção nos motivos que levam indivíduos a cometerem crimes, no entanto, mais recentemente destaca-se a procura para explicar os crimes. No tocante ao setor turístico, esta abordagem se aplica ao turismo, uma vez que enfatiza os destinos turísticos como possíveis alvos de alta criminalidade.

Em uma análise diferente de outros trabalhos, Crotts (1996), Cohen (1997), Burton e Crotts (2015) relacionaram as teorias em criminologia com ideias da sociologia do turismo, e assim, confrontaram tais teorias com as características do turismo. As duas principais teorias de vitimização destacadas por esses autores são: Teoria da Atividade Rotineira e Teoria do *Hot Spot*. Cohen (1997) relaciona a Teoria das Atividades Rotineiras com a sociologia do turismo, pelo fato de uma das suas premissas definir que as taxas de vitimização são uma função dos fatores de risco inerentes às situações inseridas pelas vítimas em potencial no cotidiano de suas atividades rotineiras, como trabalho e lazer. Cohen e Felson (1979) abordam a Teoria Ecológica Humana para explicar as violações criminais como atividades rotineiras interdependentes de outras atividades rotineiras. A interdependência entre agressores e vítimas pode ser vista como uma relação predatória entre indivíduos ou grupos funcionalmente diferentes. Os infratores cooperam para aumentar sua eficiência em violações predatórias enquanto as vítimas em potencial, organizam sua resistência a essas violações. Ambos os grupos aplicam o princípio simbiótico para melhorar sua posição.

Cohen e Felson (1979) argumentam que mudanças estruturais nos padrões de atividades rotineiras podem ser catalizadoras para o aumento da atividade criminosa. Dessa maneira, existem três fatores que influenciam a ação criminosa: i) infratores motivados; ii) alvos adequados e iii) ausência de tutela, isto é, responsáveis que possam evitar o crime. Será a presença de qualquer um destes fatores que determinará que o crime aconteça. Mesmo que a proporção de criminosos motivados ou alvos adequados permaneçam estáveis em uma comunidade, mudanças nas atividades rotineiras podem alterar a probabilidade de sua convergência no espaço e no tempo, criando assim, mais oportunidades para a ocorrência de crimes. Embora pareça contraditório, o turismo pode ser considerado como uma atividade rotineira, afinal a estrutura em si do turismo, as atividades ligadas ao turismo e sua prestação de serviços seguem determinada rotina. O turismo de massa em termos de rotas, atividades, uso de acomodações e outras instalações, os fluxos turísticos seguem uma rotina e o comportamento dos turistas em massa é previsível.

A Teoria do *Hot Spot* tem sido uma das teorias mais utilizadas no estudo da relação entre desempenho da atividade turística e criminalidade. *Hot spots* são áreas geográficas com

altas incidência de crimes. Crotts (1996) utiliza-se da Teoria Ecológica Humana desenvolvida por Hawley (1959) para explicar os motivos que uma respectiva comunidade desenvolve mais atos criminosos. A sociedade irá evoluir pelas associações de indivíduos funcionalmente homogêneos, no entanto, também haverá uma dependência entre indivíduos por suas diferenças funcionais, chamada por Hawley (1959) de simbiose. O crime predatório é um tipo de simbiose em que envolve uma relação interdependente entre predador e vítima em seus esforços para se adaptar e obter subsistência do meio ambiente. Nesse sentido, a própria comunidade irá oferecer o ambiente para que atividades criminosas aconteçam.

No caso dos destinos turísticos, há locais para onde convergem as atrações turísticas que são particularmente propensas à vitimização de turistas (CROTTS, 1996). Ryan e Kinder (1996) denominam estas áreas por lugares crimogênicos para onde convergem os turistas e os criminosos, havendo maior exposição ao risco e insegurança. Esta teoria argumenta que regiões com aglomeração de crimes tendem a aumentar o seu policiamento. Para alguns policiais, isto resolve o problema apenas a curto prazo, uma vez que, na maioria dos casos, há um número insuficiente de policiais para garantir a segurança dos turistas, além do fato que a criminalidade pode migrar para outras regiões com ausência de uma “tutela” eficiente.

Para Burton e Crotts (2015), a Teoria do *hot spot* está ligada à teoria das atividades rotineiras, uma vez que os turistas são alvos naturalmente adequados, geralmente carregando grandes quantias de dinheiro, cartões de crédito e bens valiosos. Ainda deve ser levado em consideração o fato do conhecimento limitado do destino no sentido de que os turistas podem visitar um *hot spot* do crime acidentalmente. Por outro lado, ter um *hot spot* do crime como um dos locais a ser visitado durante a estadia no destino turístico tem sido uma das escolhas dos turistas, especialmente os internacionais. Trata-se do turismo comunitário, feito por guias de turismo das próprias favelas.

Com relação à Teoria da Oportunidade, Cohen (1997) define que a relação com o turismo está no fato da seleção das vítimas pelos criminosos e a sua facilidade de acesso, os riscos e recompensas em cometer o ato criminoso. Os turistas em massa se adequam a essas características como potenciais vítimas, visto que em sua maioria, são facilmente reconhecidos devido a seus comportamentos. Além disso, também tendem a ser fáceis de acessar, já que geralmente frequentam ambientes bastantes conhecidos e com rotas já definidas, podendo também frequentar locais considerados mais arriscados, como cassinos e bordeis. Outro fator que merece destaque é que a recompensa do crime tende a ser alta, pois turistas são mais relutantes em denunciar crimes cometidos contra eles.

Crotts (1996) enfatiza que essas teorias fornecem um contexto útil para explorar como os destinos expõem os turistas ao risco de vitimização e o que pode ser feito de maneira viável. Por fim, Brás e Rodrigues (2010) destacam algumas medidas relevantes para assegurar a segurança e o bem-estar dos turistas, entre as quais podem ser citadas: i) o compartilhamento de responsabilidades através das diferentes competências do setor público e privado; ii) o cumprimento e adoção de padrões e medidas práticas de segurança por parte dos equipamentos e instalações turísticas (por exemplo, hotéis), tendo em conta a prevenção de incêndios, a segurança sanitária, alimentar, entre outros; iii) a implementação de uma política de informação que permita uma comunicação clara e objetiva a todos os interessados quanto à identificação de eventuais problemas de segurança, bem como o controle de possíveis riscos inerentes à prática turística e informação sobre a oferta de serviços de apoio em casos de emergência; iv) a existência de forças de segurança, do setor público e/ou privado, prontas a intervir e a solucionar os problemas dos turistas sempre que necessário; v) o reforço da comunicação entre a polícia local, as entidades turísticas, os representantes da indústria turística e hoteleiros, para que, em conjunto, possam tomar medidas de segurança e tornar os destinos mais atrativos.



## **CAPÍTULO I - ANÁLISE DA ESTRUTURA PRODUTIVA DO SETOR DE TURISMO E SUAS INTER-RELAÇÕES COM OS DEMAIS SETORES DA ECONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**Resumo:** O constante fluxo turístico no Rio de Janeiro é motivado por fatores que passam por suas características naturais, culturais, eventos, realizações técnicas e científicas. Entre o período de 2010 e 2015 houve o aumento de 40% nas chegadas de turistas internacionais no Rio de Janeiro (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO TURISMO, 2010; 2016). O Rio de Janeiro, é historicamente conhecido como o cartão postal do País (MEDEIROS e CASTRO, 2013). Dadas as potencialidades turísticas do ERJ, este trabalho realizou um estudo sistêmico da estrutura produtiva do setor turístico fluminense em relação à produção, emprego e renda, bem como análise da interdependência com os demais setores da economia por meio do método de insumo-produto. Para tanto, a partir da matriz de insumo-produto do ERJ (MIP-RJ) do ano de 2015 disponibilizada por Cabral e Oliveira (2020), o setor de turismo foi desagregado em três atividades características do turismo, resultando em uma MIP-RJ com tecnologia setor x setor disposta em dezessete setores produtivos. Os resultados obtidos revelaram que o turismo possui encadeamentos produtivos abaixo da média não sendo um setor-chave na economia fluminense. À mercê deste resultado, os multiplicadores de emprego e renda mostraram que o setor de turismo é importante em termos de geração de emprego e renda para a economia do ERJ, com maior destaque para o multiplicador de emprego. Pelo fato de o turismo ter se revelado como um setor demandante de outros setores acima da média, tornam-se necessárias políticas públicas para completar a cadeia produtiva deste setor no ERJ de modo que as receitas geradas permaneçam na economia fluminense e não ocorra o vazamento de renda para demais regiões do País.

**Palavras-chave:** Turismo; Rio de Janeiro; Insumo-produto.

**Abstract:** The constant tourist flow in Rio de Janeiro is motivated by factors that pass its natural and cultural characteristics, events and technical and scientific realizations. Between the period of 2010 and 2015 there was a growth of 40% in international touristic arrivals in Rio de Janeiro (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO TURISMO, 2010; 2016). The Rio de Janeiro is historically known as the postcard of the country (MEDEIROS e CASTRO, 2013). Described the touristic powers of Rio de Janeiro state, this job performed a systemic research about the productive structure of its touristic sector related to production, employment and income, as well as the analysis about the interdependence with others economy sectors by the Input-Output method. Therefore, from Input-Output matrix of Rio de Janeiro state of 2015, made available by Cabral and Oliveira (2020), the tourism sector was separated in three characteristic tourism activities, resulted in an Input-Output matrix with the sector x sector technology divided in seventeen productive sectors. The results obtained revealed that the tourism has productive connections below average, it is not a key sector in the state economy. At the mercy of this result, the job and income multipliers showed the importance of the tourism sector in job and income creation to the economy of the state, emphasizing the job multiplier. Because of the fact the tourism be revealed as a sector which needs other sectors above average, public policies are necessary to complete the production chain of this sector in the state, in a way that the revenues keep in the Rio de Janeiro economy, avoiding the leakage of income to other parts of the country.

**Keywords:** Tourism; Rio de Janeiro; Input-Output.

### 3. INTRODUÇÃO

O segmento de viagens e turismo é considerado, segundo o Conselho Mundial de Viagens e Turismo, “a maior indústria em termos mundiais, qualquer que seja o parâmetro econômico adotado” (THEOBALD, 2002, p.28). E de fato, nas últimas seis décadas, o turismo experimentou expansão e diversificação tornando-se um dos maiores setores econômicos e de crescimento mais rápido no mundo (UNWTO, 2015). Espera-se que as chegadas de turistas internacionais em todo o mundo aumentem em 3,3% ao ano entre 2010 e 2030 para atingir 1,8 bilhões em 2030, de acordo com a previsão de longo prazo da OMT (UNWTO, 2015). O Brasil seguindo a tendência mundial de crescimento do setor de turismo, entre os anos de 2010 e 2015, presenciou o aumento do número de turistas que visitaram o País na ordem de 22%, passando de um total de 5,1 para 6,3 milhões de turistas, respectivamente. (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE TURISMO, 2010; 2016).

Diante do cenário de crescimento do setor de turismo brasileiro, cabe destacar o desempenho do turismo no estado do Rio de Janeiro (ERJ). Entre o período de 2010 e 2015 houve o aumento de 40% nas chegadas de turistas internacionais no Rio de Janeiro (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO TURISMO, 2010; 2016). O Rio de Janeiro, historicamente conhecido como o cartão postal do País (MEDEIROS e CASTRO, 2013), é o destino preferido dos turistas que procuram por lazer. Nos últimos anos, as potencialidades turísticas fluminenses estiveram em evidência sob uma perspectiva otimista por parte do poder público, em relação a sua capacidade de geração de emprego e renda. A expectativa por parte do Governo fluminense é que a atividade turística poderia se consolidar e tornar o Rio de Janeiro um importante polo turístico, sendo o turismo uma das principais atividades produtivas capaz de contribuir para a recuperação da economia do estado.

À vista disto, o desenvolvimento da atividade turística tem capacidade de induzir e catalisar o crescimento e desenvolvimento econômico de uma região possuidora do atrativo turístico. Barbosa (2005), aponta que os gastos turísticos possuem um efeito multiplicador sobre a economia de uma determinada região. Este efeito multiplicador tem início com os turistas gastando com bens e serviços específicos do turismo e estes gastos transbordam para os demais setores da economia (bens e serviços não-específicos do turismo). Entretanto, como ressalta Cooper et al. (2001), os impactos positivos esperados da atividade de turismo só serão possíveis conhecendo de forma detalhada a estrutura produtiva deste setor. Os atrativos turísticos, assim como as potencialidades turísticas existentes no ERJ podem ser aproveitadas e dinamizadas por meio de políticas públicas, de modo a gerar externalidades positivas para o estado.

No entanto, o setor de turismo é capaz de gerar externalidades positivas e negativas por ser uma atividade local-específica e transformadora do espaço. Entre as possíveis externalidades negativas, podem ser citados o aumento da taxa de inflação e do custo de vida, o aumento da importação de produtos para atender as necessidades dos turistas, além do aumento da informalidade da força de trabalho (COOPER et al., 2001). Já entre os impactos positivos da atividade turística estão a criação de novos mercados, aumento das receitas do estado, diversificação da estrutura produtiva da região, melhoria das condições econômicas da população, entrada de divisas, geração de empregos, redução da desigualdade e consequente crescimento econômico (TADINI, 2011; MELIANI e GOMES, 2010).

Blake et al. (2008) ressaltam que as atividades de turismo podem ser capazes de propiciar a distribuição de renda, amenizando a pobreza de uma região. Enquanto que Meliani e Gomes (2010) apontam que a magnitude das externalidades negativas e positivas depende do nível de desenvolvimento da cadeia produtiva do setor de turismo da região receptora. Em outras palavras, se a cadeia produtiva do setor de turismo da região receptora for incipiente, a

região receptora terá as externalidades negativas potencializadas. Por outro lado, se o setor for desenvolvido, os impactos negativos são mitigados e as externalidades positivas são potencializadas.

Assim, o objetivo deste trabalho é realizar um estudo sistêmico da estrutura produtiva do setor de turismo do estado do Rio de Janeiro e suas principais interdependências com os demais setores do estado. Conforme apontado por Cooper et al. (2001), deve-se utilizar uma metodologia que consiga mensurar os efeitos diretos, indiretos e induzidos e o efeito multiplicador da atividade de turismo de modo a viabilizar uma análise completa do setor. Diante desta ressalva, será utilizado o método de insumo-produto por meio de seus indicadores para alcançar o objetivo proposto.

Conforme ressaltado por Cunha et al. (2008), a matriz de insumo-produto é uma ferramenta que permite visualizar as articulações entre o turismo e o restante da economia, bem como, avaliar os efeitos do crescimento do setor sobre a renda e o emprego gerados. Já, Mitchell e Ashley (2010) apontam que a análise de insumo-produto é capaz de verificar a importância do setor de turismo na economia e seus impactos macroeconômicos. Diante disso, a metodologia utilizada possui aderência à análise proposta por ser capaz de verificar os encadeamentos intra e inter setoriais, os multiplicadores de produção, renda e a geração de empregos.

Como base de dados será utilizada a matriz de insumo-produto do ERJ (MIP-RJ) do ano de 2015 construída por Cabral e Oliveira (2020) com o setor de turismo desagregado. Por meio do procedimento de desagregação, o setor de turismo resultou em três Atividades Características do Turismo (ACT), quais sejam: i) hospedagem e alimentação, ii) transporte, e iii) outros bens e serviços turísticos. No entanto, devido a grande heterogeneidade existente entre as ACTs, preferiu-se trabalhar com estas ACTs agregadas e assim, realizar as análises dos indicadores básicos da matriz insumo-produto. Com isso, a base de dados utilizada neste estudo resultou em uma MIP com tecnologia setor x setor disposta em dezessete setores produtivos.

Por meio da análise empreendida, torna-se possível mensurar a contribuição do setor turístico para a economia fluminense no PIB, na geração de emprego e renda. Além disso, os resultados revelarão os encadeamentos produtivos intra e inter setoriais do setor de turismo com o restante da economia fluminense. Desta forma, os resultados obtidos neste trabalho irão descortinar para os formuladores de política e atores do setor de turismo as potencialidades do setor bem como, poderá contribuir para a formulação de políticas de dinamização do setor no estado do Rio de Janeiro.

Além desta seção introdutória, este capítulo está subdividido da seguinte maneira: inicialmente é apresentado uma revisão da literatura a respeito de estudos sobre a aplicação do método de insumo-produto no setor de turismo em diferentes estruturas produtivas. Em seguida, será apresentado a metodologia de insumo-produto que foi utilizada como ferramenta para mensurar os indicadores econômicos que auxiliam no conhecimento a respeito da estrutura produtiva do ERJ, além da base de dados. Em uma nova seção serão analisados e discutidos os resultados e, por fim, as considerações finais e implicações políticas são tecidas ao final do capítulo.

### **3.1. Análise da importância do setor de turismo sob a abordagem de insumo-produto**

Estudos como de Archer e Owen (1971), foram pioneiros na aplicação do multiplicador turístico regional para examinar o impacto do turismo em toda a economia. Posteriormente novos estudos com o uso da insumo-produto para diferentes países foram lançados, estudando os impactos do setor de turismo para as suas economias. Assim, trabalhos como o de Lin e Sung (1983) concentraram sua atenção nos requisitos de fatores associados ao turismo em Hong Kong; Archer (1995) usou o modelo de insumo-produto para traduzir a importância do turismo

para a economia de Bermudas; Kweka, Morrissey e Blake (2001) conduziram um estudo na Tanzânia usando análise de insumo-produto; Albqami (2004) estimou a produção, o emprego e os multiplicadores de renda da economia da Arábia Saudita; Munjal (2013) mediu o impacto econômico da indústria do turismo na Índia usando a Conta Satélite do Turismo; Huang et al. (2014) avaliaram o impacto econômico de três grandes eventos esportivos na China, Lamonica e Mattioli (2015) avaliaram o papel e a posição ocupada pelo setor de turismo nos sistemas econômicos dos países mais industrializados.

O modelo de insumo-produto de Archer (1976) construído para análise específica do setor de turismo tornou-se a ferramenta padrão para investigar os efeitos multiplicadores dos gastos turísticos. No modelo, as despesas turísticas, que podem ser separadas em domésticas e estrangeiras, são tratadas como um vetor de demanda final. A partir de então, a análise de insumo-produto tem sido um instrumental metodológico utilizado na literatura internacional para descrever e avaliar os impactos econômicos do setor de turismo em determinada economia. O modelo de Archer (1976) foi aplicado para avaliar o impacto do setor de turismo sobre a economia de vários países (Archer, 1977 e 1995; Archer e Fletcher, 1996; Archer e Wanhill, 1981; Curry, 1986; Liu, 1986; Heng e Low, 1990; Dieke, 1991 e 1993; Diamond, 1979).

Archer (1995) realizou a comparação de diferentes tabelas de insumo-produto para analisar o setor de turismo nas Bermudas, sendo as análises para os anos de 1985, 1987 e 1992. O intuito de tal estudo foi mensurar a contribuição relativa do turismo para a geração de receitas, exportações e empregos para a economia no país. Dessa maneira, foram analisados os efeitos diretos, indiretos e induzidos das exportações tanto do setor de turismo como também, de demais setores que passaram a ter elevada importância para as exportações das Bermudas. Os resultados apresentaram que o turismo diminuiu sua importância frente a setores, como o financeiro, no entanto, ainda é o principal empregador de mão de obra no país e um gerador altamente significativo de renda e receita.

Liu (1986) avaliou a qualidade dos visitantes do Havaí por suas contribuições relativas à economia, utilizando o modelo regional de matriz insumo-produto e multiplicadores de emprego e renda. De modo, a examinar as propensões de diversos grupos turísticos em gerar renda e emprego. A principal origem dos visitantes do Havaí vem dos EUA, seguido pelo Japão e Canadá. Os resultados obtidos com o estudo, mostraram que os visitantes domésticos, que representam mais da metade do total de visitantes, têm a maior contribuição geral para a economia. Em comparação, os visitantes japoneses e canadenses têm contribuições relativas mais altas para a economia em uma base percentual. O impacto dos altos gastos diários dos visitantes japoneses é mitigado pelo curto período de permanência. Em contraste, os canadenses, que gastam menos diariamente, têm impactos relativos maiores do que proporcionais, porque permanecem por mais tempo. Portanto, o tempo de permanência compensa de forma que, as variações nos gastos por visita não são tão grandes quanto o esperado.

De modo semelhante, Archer e Fletcher (1996), mediram o impacto econômico do turismo na República das Seychelles, levando em consideração a contribuição do país de origem dos visitantes. Os autores concluíram que, tendo o objetivo de maximizar o impacto do turismo sobre a renda, emprego e receita do setor público, o turismo em Seychelles deve se concentrar em aumentar o número de visitantes com altos gastos de países de longa distância, como Alemanha, Suíça, Itália, Reino Unido e Irlanda, uma vez que, a análise mostrou que estes países geraram o maior impacto sobre o emprego por visitante. A longo prazo, o mercado sul-africano também oferece um potencial considerável de crescimento, visto que atrai turistas com altos gastos, gerando um impacto acima da média na renda e no emprego.

Heng e low (1990) realizaram um estudo com o objetivo de analisar o impacto econômico do turismo na economia de Singapura, avaliando as perspectivas e implicações de

seu desenvolvimento futuro. O artigo também apresenta uma análise mais aprofundada do impacto econômico do setor de turismo através da metodologia de insumo-produto. Desta maneira, foi aplicado um estudo de multiplicador de renda e emprego diferencial. Os resultados mostraram que, os multiplicadores de renda foram maiores no comércio correspondendo às compras (item de despesas turísticas), e menores no transporte. Os multiplicadores de emprego foram maiores em recreação e também menores em transporte. A análise do multiplicador mostrou, que não há evidências de que os visitantes de países desenvolvidos contribuam mais do que os de países em desenvolvimento. Portanto, fazer a distinção entre turistas de “alto valor” e turistas de “baixo valor”, em termos de padrões de gastos, não é muito significativo. Em termos estritamente de valor agregado, as mudanças na composição dos visitantes não importariam, já que os turistas de “baixo valor” dos países em desenvolvimento gastam mais em compras para compensar seus gastos mais baixos em hospedagem e alimentos e bebidas.

Importante ressaltar a observação feita por Fletcher (1989) sobre a importância da matriz insumo-produto para mensurar os impactos econômicos do turismo. O autor elaborou um levantamento bibliográfico com exemplos de diferentes países que utilizaram do método de insumo-produto como um instrumento de análise das relações setoriais, tendo o turismo como foco de estudo. Os estudos evidenciaram a importância econômica do setor de turismo para Gibraltar (Fletcher et al., 1981), para Coreia (Song e Ahn, 1983), para Filipinas (Santos et al., 1983), para Hong Kong (Lin e Sung, 1983), para Jamaica (Fletcher, 1985), para Singapura (Khan et al., 1990) e para a economia peruana (Arabsheibani et al., 2002).

Na literatura nacional, podem ser citados os estudos de Casimiro Filho e Guilhoto (2003), Takasago et al. (2010) e Cunha et al. (2008). No contexto regional, Takasago e Mollo (2011) para o Distrito Federal, Ribeiro et al. (2014) para o estado de Sergipe e Souza et al. (2015) para a região Nordeste são alguns dos estudos que analisam a importância do setor de turismo.

Casimiro Filho e Guilhoto (2003) buscaram compreender as contribuições do turismo à economia brasileira a partir da matriz insumo-produto do Brasil para o ano de 1999. A partir da desagregação da matriz em dois setores turísticos e não-turísticos, os autores calcularam os indicadores clássicos de insumo-produto. Dentre os resultados obtidos, ressalta que o setor turístico detém elevados multiplicadores setoriais tanto para produção quanto para renda, apesar de o multiplicador de emprego ter se apresentado relativamente baixo. O turismo doméstico mostrou-se mais eficiente que o internacional em termos de unidades de emprego e de impostos indiretos líquidos, renda familiar e valor adicionado no consumo turístico. Os autores destacam a importância da implementação de políticas e programas para promover o desenvolvimento do setor de turismo no Brasil, tendo em vista a contribuição do turismo para o crescimento da economia nacional.

Utilizando a mesma abordagem, Takasago et al. (2010) dimensionaram o turismo e sua importância para a economia brasileira, verificando os encadeamentos para frente e para trás do setor. Os autores identificaram o turismo como potencial gerador de renda e emprego para o País. Já Cunha et al. (2008), por meio da estimação da matriz de insumo-produto para o setor de turismo no Brasil para o ano de 2004, evidenciaram que investimentos no setor turístico teriam um efeito multiplicador induzido grande, gerando benefícios para todos os setores da economia não somente para os setores diretamente relacionados ao complexo turístico no País.

No contexto regional, a análise feita por Takasago e Mollo (2011) utilizando a matriz de insumo-produto do Distrito Federal (DF), calcularam os encadeamentos para trás e para frente e os multiplicadores de produção, emprego e renda. Os resultados indicaram que, o turismo tem elevado potencial de geração de empregos e renda no DF, quando comparado com o conjunto de setores da economia, especialmente no que se refere à renda. Assim, para os

autores, políticas públicas direcionadas ao setor de turismo podem ter consideráveis impactos sobre o crescimento da economia do DF.

Ribeiro et al. (2014), por sua vez, analisaram os gastos turísticos efetuados em 2009 no estado do Sergipe e no Brasil por meio do modelo inter-regional de insumo-produto, tomando como base o ano 2004. Os resultados indicaram incremento no PIB de Sergipe equivalente a 2,97%, com subjacente geração de R\$413,1 milhões adicionais à economia sergipana. Ademais, 46.743 novos postos de trabalho foram criados. Expansão no emprego e produção também foi encontrada para o Brasil.

De forma mais agregada, Souza et al. (2015) analisaram as participações das atividades turísticas na economia da região Nordeste e suas relações intersetoriais a partir de uma matriz insumo-produto inter-regional de 2009. Os resultados obtidos evidenciaram que o setor de turismo correspondia a 2,77% do PIB do Nordeste frente a uma participação de 2,27% no Brasil para o ano de 2009. Em termos de emprego e renda, o setor de turismo também possuía um peso maior para o Nordeste quando comparado ao Brasil. Os autores indicam que há evidências de uma especialização da economia nordestina no setor de turismo no País.

Apesar da potencialidade do estado do Rio de Janeiro no que se refere ao setor de turismo, não foram encontrados estudos que se dedicam à análise sistêmica do setor. Diante do exposto, percebe-se que o estado fluminense carece de informações que permitam um maior entendimento acerca do setor de turismo e das relações deste setor com os demais setores da cadeia produtiva fluminense. Dessa maneira, compreender as relações do segmento turístico e suas interdependências com as demais atividades econômicas do estado é urgente. Portanto, o presente trabalho contribui para a literatura, uma vez que a análise da estrutura produtiva turística da economia fluminense permite identificar os impactos do turismo fluminense para a sua economia, assim como, verificar a importância deste segmento para o crescimento e desenvolvimento do estado como um todo.

### **3.2. Metodologia**

Em 1758, quando publicou a *Tableau Économique*, o fisiocrata François Quesnay forneceu importantes contribuições ao desenvolvimento do modelo de insumo-produto, quando desde então, se preocupava com as interações sistêmicas das atividades econômicas. Entretanto, somente em 1930, quando Wassily Leontief (1941) desenvolveu a “tabela de transação” dos setores produtivos que se constituiu o modelo de insumo-produto inter-setorial (MILLER e BLAIR, 2009). Segundo Leontief (1986, p. 5) “a análise de insumo-produto é uma extensão prática da teoria clássica de interdependência geral, que vê a economia inteira de uma região, de um país ou inclusive do mundo como um só sistema e se propõe interpretar todas as suas funções em termos das propriedades específicas mensuráveis de sua estrutura”.

A estrutura analítica matricial do modelo de insumo-produto, desenvolvida por Leontief (1941), fornece a descrição completa das interdependências ou interações (sobre a ótica de compra e venda) dos setores produtivos em um determinado tempo e localidade (nação, região, estado) (MILLER e BLAIR, 2009). Tal método parte da hipótese de equilíbrio, no qual a quantidade demandada é idêntica à quantidade produzida de bens e serviços.

Cabe destacar que apesar do uso em diversos trabalhos e reconhecidas vantagens da aplicação da metodologia de insumo-produto, o modelo não deixa de apresentar algumas limitações. Carvalheiro (1998) aponta algumas dessas limitações ao uso do modelo: i) Retornos constantes de escala: o modelo assume retornos constantes de escala, ou seja, para qualquer quantidade produzida serão utilizadas as mesmas combinações relativas de fatores produtivos; ii) Coeficientes técnicos fixos: o que significa que não são considerados quaisquer efeitos em termos de mudanças de preços ou avanços tecnológicos; iii) oferta de recursos produtivos

infinita e perfeitamente elástica, assim como o uso desses recursos seja feito com máxima eficiência; iv) eficiência na alocação de recursos; v) equilíbrio geral na economia a um dado nível de preços; vi) inexistência de ilusão monetária por parte dos agentes econômicos e preços constantes; vii) restrições quanto à elaboração das matrizes de insumo-produto, que vão desde hipóteses simplificadoras sobre a natureza dos produtos e dos insumos utilizados nos processos de produção até a defasagem decorrida entre a coleta e a publicação ordenada dos dados.

Apesar das desvantagens apresentadas relacionadas a aplicação da técnica de insumo-produto, esta ferramenta não deixa de ocupar um espaço de importância para elaboração e planejamento de políticas econômicas e regionais, oferecendo recursos para a alocação eficiente em diferentes setores. Além disto, diversos trabalhos apontam as vantagens do uso desta ferramenta, justificando sua aplicação (RIBEIRO et al., 2013). Desta maneira, como argumentado por Richardson (1978), a respeito de qualquer que sejam as limitações da abordagem de insumo-produto, esta ferramenta não deve ser desconsiderada por nenhum “economista regional”.

No tocante a problemática deste trabalho, a metodologia de insumo-produto possui aderência à análise proposta, uma vez que Cooper (2001), aponta que para se empreender uma análise completa do setor de turismo deve-se utilizar uma metodologia que consiga mensurar os efeitos diretos, indiretos e induzidos e o efeito multiplicador a atividade de turismo.

A equação chave do modelo de insumo-produto é descrita como segue<sup>3</sup>:

$$X = (I - A)^{-1}Y \quad (1)$$

A Equação (1) será baseada na tecnologia de produção setor x setor, ou seja, todas as análises empreendidas neste trabalho serão analisadas em nível setorial.  $X$  é um vetor que denota o valor bruto da produção (VBP) dos  $n$  setores da economia;

Enquanto que o termo  $(I - A)^{-1}$  é uma matriz  $n \times n$  de coeficientes de interdependência. Esta matriz também é conhecida na literatura como matriz  $B$  ou matriz inversa de Leontief e denota os requerimentos diretos e indiretos.  $I$  é uma matriz identidade  $n \times n$ ;

Na matriz inversa de Leontief,  $A$  representa matriz de coeficientes técnicos ou coeficiente de requerimento direto ( $A = Z(\hat{X})^{-1}$ ).  $Z$  é uma matriz  $n \times n$  que representa os coeficientes de relações intra e inter-setoriais mais conhecido na literatura como consumo intermediário.  $\hat{X}$  é a matriz diagonal do valor bruto da produção.

Para construção da matriz  $A$ , deve-se obter a relação fixa entre a produção de um setor e os seus insumos ( $z_{ij}/x_j$ ), isto é, os coeficientes técnicos ( $a_{ij}$ ). Definindo os termos:

$z_{ij}$  = fluxo de insumos do setor  $i$  para o setor  $j$ ;

$x_j$  = produção bruta total do setor  $j$ ;

$a_{ij}$  = razão de insumo-produto ou coeficiente técnico;

Dessa forma, a matriz de coeficientes técnicos ( $A$ ) pode ser descrita da seguinte maneira:

$$A = \begin{bmatrix} a_{11} & \cdots & a_{1n} \\ \vdots & \ddots & \vdots \\ a_{n1} & \cdots & a_{nn} \end{bmatrix} \quad (2)$$

Por fim, o vetor  $Y$  representa a demanda final dos  $n$  setores da economia. No modelo de insumo-produto, a demanda final é composta pelos vetores  $n \times 1$  de formação bruta de capital fixo (FBKF), exportações (E), consumo do governo (G) e consumo das famílias (C). No

<sup>3</sup> Uma análise pormenorizada da metodologia de insumo-produto pode ser encontrada em Miller e Blair (2009).

modelo de insumo-produto  $Y$  é exógeno, conhecido e fixo. De tal maneira, por meio da Equação 1, o modelo de insumo-produto parte de um modelo de fluxos comerciais intra e inter-setoriais ( $Z$ ).

### 3.2.1. Indicadores básicos de insumo-produto

Esta subseção tem como objetivo apresentar alguns dos indicadores que podem ser utilizados a partir da matriz insumo-produto e, por conseguinte, serão aplicados nesta análise. A matriz insumo-produto permite que uma série de indicadores e análises estruturais e de impactos possam ser realizadas, visando desenvolver a atividade econômica.

### 3.2.2. Índices de interligação e setores-chave

A ideia de dependência setorial, *linkages* setoriais e interdependência regional é tratada pela literatura de insumo-produto de várias formas. Rasmussen (1956) e Hirschman (1958) utilizam os índices de ligação para trás e para frente para estabelecer os setores que teriam o maior poder de encadeamento dentro da economia. Os *linkages* para trás (poder de dispersão) determinam o quanto um setor demanda dos demais setores da economia e os *linkages* para frente (sensibilidade da dispersão) determinam o quanto esse setor é demandado pelos demais setores da economia. Se um determinado setor apresentar um poder de dispersão e sensibilidade de dispersão superior à unidade, isto significa que o mesmo é considerado setor-chave na economia de uma determinada região, visto que provoca um efeito de encadeamento de compra e venda acima da média.

Por assim, os índices de Hirschman e Rasmussen visam mensurar o encadeamento de um determinado setor com o restante da economia. De modo, que identifique e direcione investimentos para setores que apresentam maior efeito em relação a investimentos. Portanto, este indicador é relevante ao estabelecer prioridades na alocação de recursos, nas estratégias e políticas de estímulo a atividades econômicas.

Para o cálculo dos efeitos de encadeamento para trás e para frente, deve-se utilizar a matriz inversa de Leontief, dada por  $B = (I - A)^{-1}$ . Os índices são formalizados abaixo:

Índice de ligação para trás:

$$U_j^R = \frac{b_{.j}/n}{B^*} \quad (3)$$

Índice de ligação para frente:

$$U_i^R = \frac{b_i/n}{B^*} \quad (4)$$

Onde  $B^*$  representa a média de todos os elementos de  $B$  enquanto  $b_j$  e  $b_i$  representam a soma das colunas e linhas de  $B$ , respectivamente.

### 3.2.3. Multiplicadores de produção

A análise dos multiplicadores setoriais é uma abordagem tradicional derivada das matrizes de insumo-produto. Os multiplicadores complementam a análise da importância de determinado setor na economia, pois permitem avaliar os impactos sobre determinado sistema econômico resultantes de choques exógenos (RODRIGUES et al., 2007). Os multiplicadores mais utilizados são aqueles que estimam os efeitos de uma mudança exógena na demanda final.

O multiplicador de produção para cada setor é a soma da sua respectiva coluna na matriz inversa de Leontief. Ele corresponde a uma variação direta e indireta da produção total da economia de todos os setores e regiões decorrente da variação exógena de uma unidade monetária da demanda final de determinado setor de uma região (MILLER e BLAIR, 2009).



Assim, o multiplicador do produto para o setor  $j$  é definido como o valor total da produção adicional em todos os setores da economia que são necessários para satisfazer uma unidade monetária adicional da demanda final do produto do setor  $j$ . Em termos formais, o multiplicador de produção simples para o setor  $j$  da região  $R$ ,  $O_j^R$ , será dado por:

$$O_j^R = \sum_{i=1}^n b_{ij} \quad (5)$$

Onde,  $O_j^R$  é o multiplicador de produção para o setor  $j$  e  $b_{ij}$  representa os elementos da matriz inversa de Leontief.

### 3.2.4. Multiplicadores de emprego

O multiplicador do emprego estima os efeitos de uma mudança exógena na demanda final, ou seja, quanto é gerado de emprego na economia, direta e indiretamente, devido a uma variação na demanda final suficiente para causar o aumento de um emprego no setor  $j$ . Para calcular o multiplicador de emprego deve-se, em primeiro lugar, estimar a relação entre o valor da produção de um determinado setor e o emprego neste setor (PEROBELLI et al., 2010).

Em termos formais, pode ser determinado como:

$$w_{n+1,j} = \frac{e_j}{X_j} \quad (6)$$

Onde, o termo  $e_j$  corresponde ao pessoal ocupado no setor  $j$  e o termo  $X_j$  corresponde ao valor bruto da produção do setor  $j$ .

Para uma economia com  $n$  setores, tem-se:

$$W_R = [w_{n+1,1}, w_{n+1,2}, \dots, w_{n+1,n}] \quad (7)$$

Portanto, o multiplicador simples de emprego será dado por:

$$E_j = \sum_{i=1}^n w_{n+1,i} b_{ij} \quad (8)$$

Dado que  $i$  é um determinado setor da economia e  $w_{n+1,i}$  é o coeficiente de trabalho físico (número de empregos) por unidade monetária produzida.

Enquanto que o multiplicador de emprego do Tipo I relaciona o efeito total no emprego devido a variações no emprego no setor analisado, logo, não há relação com variações na demanda final ou produto. Dessa forma, o multiplicador de emprego do tipo I indica o total de empregos gerados, direta e indiretamente, em todos os setores da economia para cada emprego gerado diretamente no setor  $j$ . Assim, seu cálculo é realizado da seguinte forma:

$$W_j = \frac{E_j}{w_{n+1,j}} = \sum_{i=1}^n \frac{w_{n+1,i} b_{ij}}{w_{n+1,j}} \quad (9)$$

Onde:  $E_j$  corresponde ao multiplicador simples de emprego.

### 3.2.5. Multiplicadores de renda

O multiplicador de renda visa analisar o impacto da variação, em valor, da demanda final sobre a renda recebida pelas famílias. Esse indicador consegue captar o quanto essas variações na demanda final resultarão em elevação da renda e capacidade de consumo. A interpretação do multiplicador direto e indireto de renda é dada pelo impacto de um aumento unitário na demanda final da atividade  $j$  sobre os salários pagos por todas as atividades encadeadas direta e indiretamente com essa atividade.

O multiplicador de renda total, para matriz de Leontief aberta, é dado por:

$$H_j = \sum_{i=1}^n (a_{n+1,i} b_{ij}) \quad (10)$$

Onde  $a_{n+1,i}$  é o coeficiente de renda do setor e  $b_{ij}$  o elemento da matriz inversa de Leontief aberta.

### 3.3. Base de Dados

Para aplicação da metodologia insumo-produto será utilizada a matriz regionalizada para o estado do Rio de Janeiro com tecnologia setor x setor distribuída em dezesseis setores produtivos. A matriz foi construída por Cabral e Oliveira (2020) sendo o ano de referência 2015. Para estimação da matriz regionalizada para o ERJ foram utilizados os dados da matriz insumo-produto nacional referente ao ano de 2015. Para adequação à realidade estadual, também foi usado como fonte as Contas Regionais do Brasil, que apresentam uma abertura para dezesseis atividades econômicas, a serem compatibilizadas com a matriz nacional de 2015. As Contas Regionais permitem acesso aos dados de valor bruto de produção bem como do consumo intermediário dos estados brasileiros.

A partir da compatibilização das Contas Regionais com a matriz nacional, foram aplicados os métodos de Quociente Locacional (QL) e o método de bипroporcionalidade RAS. Ribeiro (2013) aponta que o método de cálculo do QL considera o ajuste dos coeficientes técnicos a partir da relação entre duas economias, a regional e a nacional, considerando se um determinado setor tem comparativamente uma concentração maior na região ou fora dela. Já o método RAS, utiliza as proporções de uma matriz nacional, através de estatísticas regionais, ajustando linhas e colunas para garantir o equilíbrio das identidades de contabilidade social.

Com a aplicação do método de regionalização, foi possível obter a matriz insumo-produto para a economia fluminense composta por seus dezesseis setores produtivos. Cabe destacar, que nesta matriz o setor de turismo não se encontrava desagregado. Desta maneira, foi necessário construir um procedimento capaz de desagregar o setor de turismo. A forma encontrada foi utilizar a definição de Atividades Características do Turismo (ACT).

Exposto isto, segundo o IBGE (2008), define-se uma atividade econômica como Característica do Turismo a partir da identificação, em sua produção principal, de produtos classificados como característicos do turismo, isto é, produtos que são bastante sensíveis ao consumo de visitantes. A OMT desenvolveu a Classificação Internacional Uniforme das Atividades Turísticas - *Clasificación Internacional Uniforme de Actividades Turísticas* (CIUAT) compatível com a terceira revisão da *International Standard Industrial Classification* (ISIC), elaborada pelas Nações Unidas, utilizando integralmente a mesma estrutura, de forma a garantir a compatibilidade internacional das estatísticas de turismo. No Brasil, a classificação de atividades econômicas é oficialmente adotada pelo Sistema Estatístico Nacional e pelos cadastros e registros da Administração Pública é a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). A CNAE guarda compatibilidade com a ISIC, o que permite garantir a comparabilidade internacional das estatísticas produzidas no País.

Nesse sentido, a classificação de uma atividade econômica fundamenta-se no reconhecimento de seguimentos iguais quanto à semelhança dos processos de produção das características dos bens e serviços. A OMT (2001) separou e classificou as atividades turísticas como:

- Atividade característica: quando na sua produção, o produto típico seja um produto característico direcionado ao visitante, ou seja, quando as empresas produzem pelo menos um produto característico do turismo para os turistas, é de fato direcionado quase exclusivamente apenas ao turismo;
- Atividade conexa: quando na sua produção, o produto em questão é ou pode ser associado com o turismo em um determinado local, podendo ser consumido tanto pelo visitante quanto pela população local;

- Atividade específica: consistem na junção duas atividades anteriores, que são subconjunto desta.

Apesar desta classificação para as ACTs e sua importância para a analisar o turismo, existe uma dificuldade no Brasil em se conseguir dados mais precisos destas atividades, devido à ausência de uma Conta Satélite do Turismo (CST). A CST é uma ferramenta estatística, que inclui conceitos, definições, classificações e tabelas, que é comparável com as diretrizes de contas nacionais e internacionais, o que permite comparações entre regiões e países (OMT, 2001). Desta maneira, a partir da CST é possível se obter i) informações fidedignas e consistentes dos impactos socioeconômicos desse setor; ii) comparar os impactos entre países; iii) avaliar a importância do turismo na economia nacional e estabelecer relações e comparações com outros setores de atividade (FIPE, 2011).

Dada a importância desse instrumento de análise da atividade turística, os principais países que desenvolveram o sistema de CST, entre estes destacam-se o Canadá, Estados Unidos, República Dominicana, México e Austrália. No caso do Brasil, Andrade (2009) destaca que no ano de 1988, o Brasil, seguindo o exemplo de outros países, iniciou o desenvolvimento das Contas Satélites do Turismo. No entanto, tal projeto não teve continuidade, o que tornou sua metodologia e dados defasados.

Diante do exposto, para se alcançar o objetivo de desagregar o setor turístico para a economia do Rio de Janeiro, foram utilizados dados de fontes alternativas, para que assim, fosse possível realizar análises sistêmicas do setor. Assim, para o desenvolvimento deste trabalho, utilizou-se dados relacionados ao gasto turístico do visitante do Rio de Janeiro durante a realização dos megaeventos esportivos, mais precisamente, retirou-se tais dados do Relatório da Copa do Mundo FIFA Brasil de 2014, o que tornou possível a desagregação do setor de turismo na matriz insumo-produto fluminense.

Deve-se alertar, conforme apontado por Frechtling (1999) a dificuldade em diferenciar aquilo que é vendido para o turista ou para a população local, uma vez que, os serviços oferecidos nas ACTs são usufruídos por ambos, isto é, moradores e visitantes. Andrade (2009) também realiza esta ressalva em relação a identificação dos gastos turísticos, enfatizando que esta tem sido uma das principais discussões na economia do turismo. Desta maneira, foi definido pela OMT trabalhar apenas com atividades que produzem serviços turísticos, como, serviços de restaurantes, que são consideradas uma atividade prestadora de serviços em alimentos e bebidas, por exemplo (ANDRADE, 2009).

Nesse sentido, é embasado a preocupação em construir um setor turístico, a partir de dados que considerem os gastos turísticos em serviços destinados ao seu consumo. Para tanto, este trabalho se utilizou da pesquisa realizada pela Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro S.A. (RIOTUR) em parceria com o Sistema Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa (SEBRAE), Observatório do Turismo da Universidade Federal Fluminense (UFF), Associação Brasileira de Hotéis (ABIH/RJ) e Associação de Cama e Café e Albergues do estado do Rio de Janeiro (ACCARJ), onde foi empreendido um estudo que buscava mapear os gastos dos turistas e o tempo de permanência dos mesmos no ERJ.

Na pesquisa concluiu-se que os principais gastos apontados pelos turistas foram nos itens de: Alimentos e bebidas; Hospedagem; Transporte; Outros bens e serviços. Lembrando que para realizar tal análise, não será possível considerar todas as ACTs consideradas pelo IBGE. Abaixo segue os componentes das atividades consideradas nesta análise, segundo IBGE:

## Quadro 1: Decomposição Atividades Características do Turismo

| Alimentos e bebidas  |
|--|
| 55.13-1 Restaurantes e estabelecimentos de bebidas, com serviço completo |
| 55.22-0 Lanchonete e similares   |
| 55.29-8 Outros tipos de serviços de alimentação.                         |
| Hospedagem   |
| 55.13-1 Estabelecimentos hoteleiros                                      |
| 55.19-0 Outros tipos de alojamento                                       |
| Transporte   |
| 60.29-1 Transportes ferroviário e metroviário                            |
| 60.24-0 Transporte rodoviário de passageiro regular                      |
| 60.25-9 Transporte rodoviário de passageiro não regular                  |
| 61.11-5 Transporte aquaviário de cabotagem                               |
| 61.12-3 Transporte marítimo de longo curso                               |
| 61.21-2 Transporte por navegação interior de passageiros                 |
| 62.10-3 Transporte aéreo regular   |
| 62.20-0 Transporte aéreo não regular                                     |
| 63.21-5 Serviços auxiliares dos transportes                              |
| 63.23-1 Atividades auxiliares dos transportes aéreos                     |

**Fonte:** IBGE, 2012.

Nota: Outros bens e serviços não foi definido em que respectivamente seriam estes gastos. Posto isto, não foi possível realizar a comparação e compatibilidade com o restante das ACTs definidas pelo IBGE.

De posse do gasto médio dos turistas nas principais atividades, ainda se buscou no relatório RIOTUR (2015) o tempo médio de permanência do turista e no anuário estatístico o número de turistas que visitou o ERJ no ano de 2015. Com base nestas informações foi possível estimar o gasto turístico para as atividades de Alimentos e bebidas; Hospedagem; Transporte; Outros bens e serviços. O procedimento aplicado é formalizado abaixo:

$$Gasto\ turístico_i = gasto\ médio * \% de\ gasto\ turístico_i * tempo\ de\ permanência\ (11)$$

Onde: *Gasto turístico<sub>i</sub>* é o gasto do turista na atividade *i*; *% de gasto turístico<sub>i</sub>* denota o percentual do gasto médio gasto na atividade *i*. Por fim, segundo RIOTUR (2015), o *gasto médio* dos turistas foram de R\$ 4.639,52 reais e o tempo médio de permanência foi de 8,7 dias.

Os valores encontrados pela aplicação da Equação 11, foram compatibilizados com a matriz de insumo-produto da seguinte maneira: as atividades relacionadas as atividades de alimentos e bebidas e hospedagem foram compatibilizadas com o setor de Alimentos e Hospedagem, a atividade de transportes foi compatibilizada com o setor de Transporte e, por fim, outros bens e serviços foi compatibilizado com o setor de Comércio. Assim, com a desagregação do setor de turismo, a MIP utilizada para empreender as análises passou a ter dezessete setores produtivos com tecnologia setor x setor. No Quadro 2 é possível visualizar a estrutura da matriz insumo-produto fluminense, os setores que a compõe e a desagregação dos setores que formaram o setor de turismo.

A desagregação do setor de turismo adotou a premissa que a tecnologia produtiva das ACTs são as mesmas dos setores que foram compatibilizados na matriz. Desta forma, para realizar a desagregação destas atividades turísticas dos setores da MIP, realizou-se uma distribuição proporcional dos gastos turísticos dos setores citados acima, isto é, Alimentos e Hospedagem, Transportes e Comércio. Após aplicação do procedimento de desagregação, o setor de turismo do Rio de Janeiro é formado pelos seguintes setores: Alimentos e Hospedagem, Outros bens e serviços e Transportes. De modo a encontrar o setor de turismo do estado do Rio de Janeiro na MIP, estes três setores foram agregados constituindo um setor de turismo homogêneo e passível de análise.

**Quadro 2:** Estrutura Matriz Insumo-Produto do estado do Rio de Janeiro

| <b>Setor</b>  | <b>Setores desagregados</b>           | <b>Setores da Matriz</b>  |
|---|---------------------------------------|---|
| Agropecuária  |                                       | Agropecuária  |
| Indústria Extrativa   |                                       | Indústria Extrativa   |
| Indústria de Transformação  |                                       | Indústria de Transformação  |
| Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação        |                                       | Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação        |
| Construção  |                                       | Construção  |
| Informação e Comunicação  |                                       | Informação e Comunicação  |
| Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados                                  |                                       | Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados                                  |
| Atividades Imobiliárias   |                                       | Atividades Imobiliárias   |
| Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares |                                       | Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares |
| Administração pública, defesa e seguridade social   |                                       | Administração pública, defesa e seguridade social   |
| Educação e saúde privadas   |                                       | Educação e saúde privadas   |
| Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços                         |                                       | Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços                         |
| Serviços domésticos   |                                       | Serviços domésticos   |
|   |                                       | Comércio  |
|   |                                       | Transporte  |
|   |                                       | Alojamento e Alimentação  |
| <b>Comércio</b>   | <b>Outros bens e serviços</b>         |   |
| <b>Transporte</b>   | <b>Transporte</b>                     |   |
| <b>Alojamento e Alimentação</b>   | <b>Alimentos e bebidas/hospedagem</b> | <b>Turismo</b>  |

Fonte: Elaboração própria.

Na próxima seção serão discutidos os principais resultados obtidos através da aplicação dos indicadores básicos do modelo de insumo-produto, sendo possível verificar as potencialidades desta atividade em comparação com as demais atividades produtivas para a economia fluminense.

### 3.4. Análise e discussão dos resultados

De modo a empreender uma análise sistêmica da importância do setor turístico para a estrutura produtiva do estado do Rio de Janeiro, foi realizada uma análise descritiva do setor em relação à estrutura de compras e vendas e participação percentual no PIB fluminense. Os multiplicadores de produção, renda, emprego simples e do tipo I também foram calculados. Além da análise dos *linkages* para frente e para trás de Rasmussen-Hirschmann para detectar os setores-chave da economia do Rio de Janeiro.

Na Tabela 1 é possível verificar os setores que compõem a estrutura produtiva fluminense e suas respectivas participações no PIB do estado. Ademais, ressalta-se que a própria construção da MIP com o setor de turismo desagregado pode ser entendida como uma contribuição do trabalho para a literatura.

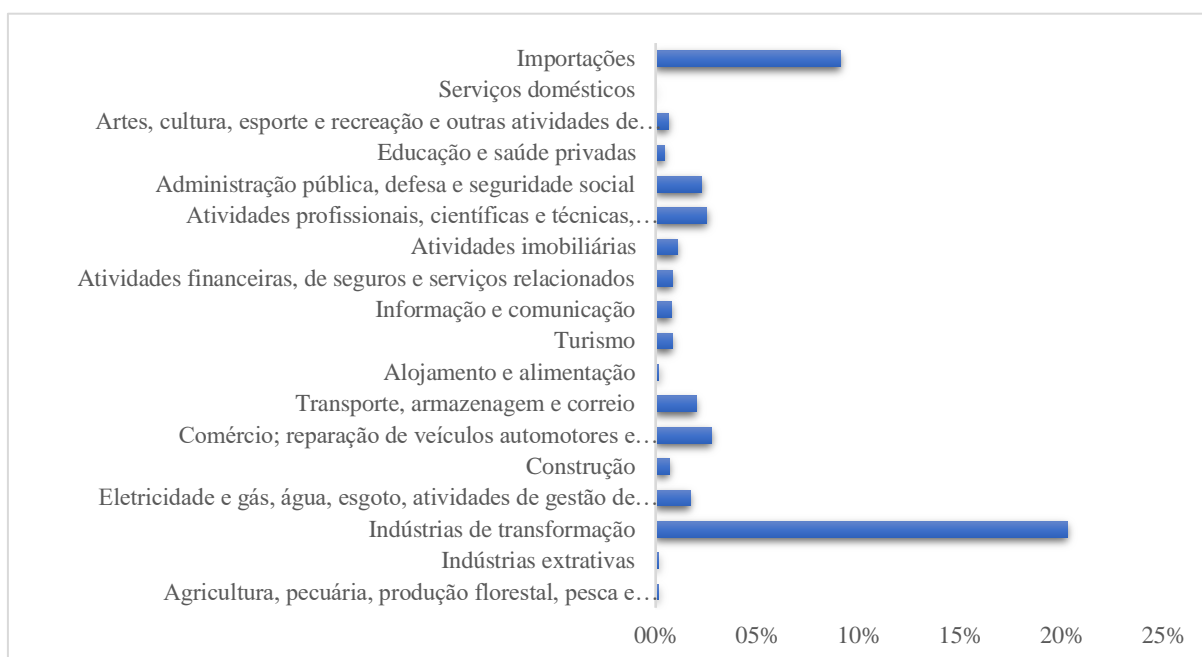
**Tabela 1:** Participação setorial no PIB fluminense

| Setor   | Participação % PIB fluminense |
|---|-------------------------------|
| Agropecuária  | 0,39                          |
| Indústria Extrativa   | 10,65                         |
| Indústria de Transformação  | 17,19                         |
| Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação        | 3,49                          |
| Construção  | 6,33                          |
| Comércio  | 7,67                          |
| Transporte  | 5,44                          |
| Alojamento e Alimentação  | 1,10                          |
| Turismo   | 3,57                          |
| Informação e Comunicação  | 5,06                          |
| Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados                                  | 4,23                          |
| Atividades Imobiliárias   | 5,33                          |
| Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares | 9,13                          |
| Administração pública, defesa e seguridade social   | 13,98                         |
| Educação e saúde privadas   | 3,61                          |
| Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços                         | 2,24                          |
| Serviços domésticos   | 0,69                          |

**Fonte:** Elaboração própria.

A partir da tabela acima, observa-se que são os setores ligados a indústria que possuem maior participação no PIB fluminense, além disto, atividades ligadas a administração pública, científicas, administrativa e serviços e comércio possuem participações relevantes para o PIB do estado. Quando se analisa o setor de turismo, percebe-se que o turismo representa 3,57% do PIB do estado fluminense no ano de 2015. Apesar de o setor de turismo fluminense se mostrar importante no PIB do estado, a participação relativa no PIB estadual fica muito aquém dos 8,5% da participação do setor sobre o PIB nacional.

Outra análise realizada foi por meio da estrutura de compras e vendas do setor de turismo, sendo possível verificar a relação produtiva do setor de turismo fluminense, de modo a evidenciar as relações do setor com os demais setores da economia do estado do Rio de Janeiro. A Figura 1 apresenta a estrutura de compras do setor.



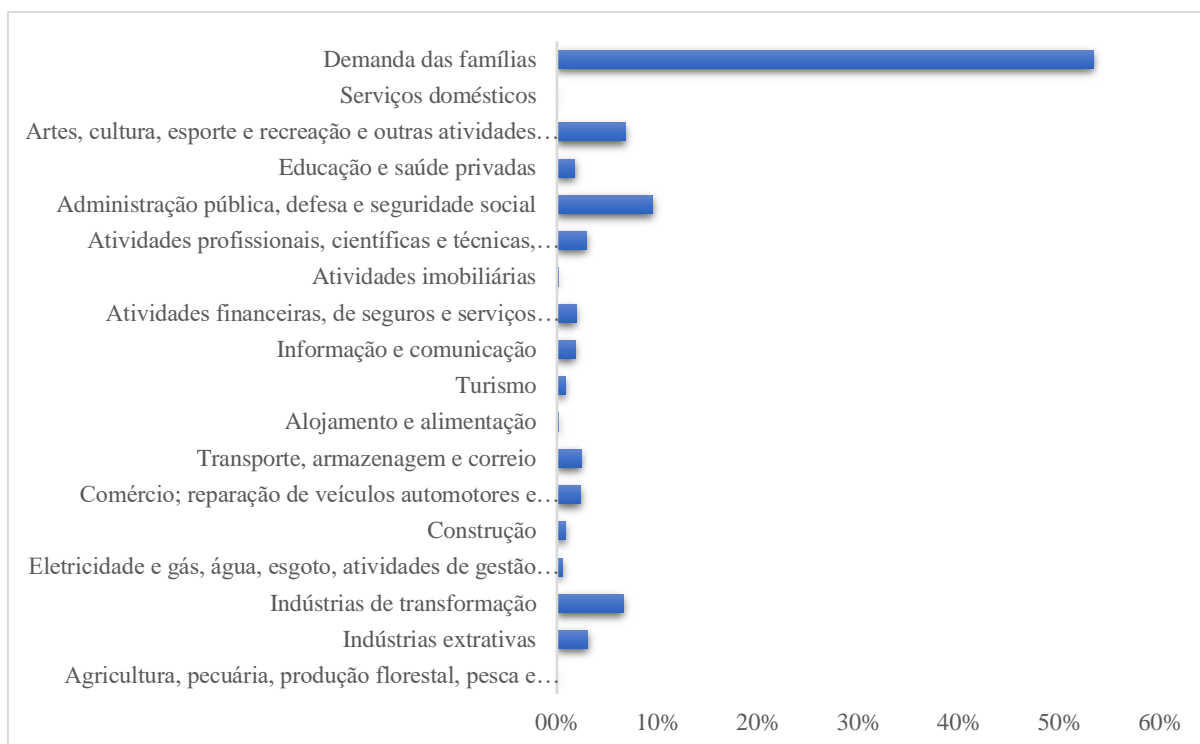
**Figura 1:** Estrutura de compras do setor de Turismo do estado do Rio de Janeiro.

**Fonte:** Elaboração própria.

Como é perceptível, a Indústria de transformação possui alta participação sobre a estrutura produtiva do setor de turismo. Takasago et al. (2010), ao dimensionar o turismo no Brasil, a partir da estimação da matriz de insumo-produto do turismo para o ano de 2006, também chegaram ao resultado de que a estrutura de compras da atividade turística depende principalmente, para produzir, de insumos provenientes da indústria de transformação. Mapeando a cadeia produtiva do turismo, é possível apontar que o setor utilize da indústria de transformação produtos oriundos das atividades de fabricação de alimentos, bebidas, máquinas e equipamentos, veículos, móveis entre outros.

Outro resultado interessante explicitado na Figura 1 é a participação das importações no setor. Este resultado revela que o setor de turismo fluminense importa de outras regiões brasileiras, e/ou outros países, 9,1% de seus bens e serviços. Isso demonstra que parte da renda gerada pelo setor de turismo no estado fluminense “vaza” para outras regiões.

Pelo fato de atividade turística ser local-específica, torna-se importante também analisar a estrutura de vendas do setor de modo a verificar quais os setores são os maiores demandantes do turismo. A estrutura de vendas pode ser identificada na Figura 2.



**Figura 2:** Estrutura de vendas do setor de Turismo do estado do Rio de Janeiro.

**Fonte:** Elaboração própria.

Pela estrutura de vendas, é possível verificar que as famílias são as grandes demandantes do setor, representando 56,4% das vendas do turismo. Este resultado já era esperado, visto que o turismo é uma atividade orientada para a demanda final, sendo destinada para o consumo de famílias. Assim, tal resultado é compatível com o encontrado por Takasago et al. (2010), que também concluiu que o turismo é um importante item no consumo das famílias brasileiras. Este resultado aponta que o setor de turismo possui poucos encadeamentos produtivos para frente. A estrutura de vendas ainda revela que os setores de indústria extrativa e de transformação; artes, cultura, esporte e recreação; atividades profissionais e científicas e administração pública são importantes demandantes do setor. Ainda que o estado do Rio de Janeiro seja o maior receptor de turistas de lazer, este resultado evidencia que o turismo de negócios, de eventos científicos e esportivos também são importantes para o setor de turismo fluminense.

De modo a concluir a análise sistêmica do setor de turismo do estado do Rio de Janeiro, foram implementados indicadores clássicos de insumo-produto, tais como: análise dos *linkages* para frente e para trás para detectar os setores-chave da economia fluminense. Além dos multiplicadores de produção, renda, emprego simples e do Tipo I. Dessa maneira, através dos índices Rasmussen-Hirschmann é possível detectar setores da estrutura produtiva fluminense que apresentam maior nível de encadeamento na economia.

Pode-se observar na Tabela 2 os índices de ligações, tanto para frente quanto para trás dos setores que compõe a estrutura produtiva fluminense e os setores que são considerados como chave. Entre as dezessete atividades que formam a cadeia produtiva do ERJ, nove setores apresentam encadeamentos para trás superiores a unidade, sendo eles, os setores de Agropecuária; Indústria extrativa; Indústria de transformação; Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação; Construção; Comércio; Transporte; Alojamento e Alimentação e Turismo possuem a característica de demandarem acima da média insumos dos demais setores produtivos fluminenses, logo, são considerados importantes compradores de matéria-prima produzida por outras atividades.



**Tabela 2:** Índices de ligação e setores-chave da economia fluminense

| <i>Linkages</i>   |           |             |             |
|---|-----------|-------------|-------------|
| Setor   | Para trás | Para Frente | Setor-chave |
| Agropecuária  | 1,55      | 0,57        |             |
| Indústria Extrativa   | 1,37      | 1,58        | Setor-chave |
| Indústria de Transformação  | 1,21      | 2,88        | Setor-chave |
| Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação        | 1,12      | 1,02        | Setor-chave |
| Construção  | 1,09      | 0,99        |             |
| Comércio  | 1,08      | 1,00        |             |
| Transporte  | 1,05      | 0,96        |             |
| Alojamento e Alimentação  | 1,04      | 0,64        |             |
| Turismo   | 1,02      | 0,80        |             |
| Informação e Comunicação  | 0,92      | 0,91        |             |
| Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados                                  | 0,91      | 0,77        |             |
| Atividades Imobiliárias   | 0,89      | 0,61        |             |
| Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares | 0,84      | 1,12        |             |
| Administração pública, defesa e seguridade social   | 0,83      | 1,09        |             |
| Educação e saúde privadas   | 0,83      | 0,73        |             |
| Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços                         | 0,64      | 0,74        |             |
| Serviços domésticos   | 0,55      | 0,55        |             |

**Fonte:** Elaboração própria.

Em relação aos setores que apresentaram encadeamentos para frente superiores a unidade, os setores de Indústria extrativa; Indústria de transformação; Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação; Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; Administração pública, defesa e seguridade social mostraram-se como demandados acima da média pelos demais setores da cadeia produtiva do ERJ.

A partir da compreensão do que são os setores-chave para uma determinada economia, observa-se que apenas três setores se mostraram com índices de ligação para frente e para trás acima da média, simultaneamente. Nesse sentido, as atividades de Indústria extrativa, Indústria de transformação, Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação apresentam-se como setores-chave na estrutura produtiva fluminense.

O setor de indústria extrativa é um importante setor para a economia fluminense devido a exploração de óleo e gás no estado, tendo o Rio de Janeiro um papel de destaque nessa atividade para a economia nacional como um polo energético para o País. No final de 2015, as reservas totais de petróleo do Brasil foram contabilizadas em 24,4 bilhões de barris, volume 21,6% menor que em 2014. Uma vez que, no ano de 2014, o Brasil ocupou a 15ª posição no ranking mundial de países com as maiores reservas provadas de petróleo. No ano de 2015 todos os estados brasileiros apresentaram redução em suas reservas, enquanto o estado do Rio de Janeiro se manteve como o maior detentor de reservas provadas, contabilizando 81,2% do total. Todas as reservas provadas do estado do Rio de Janeiro localizam-se no mar. Dentre os estados, o Rio de Janeiro é o destaque, cujas reservas provadas alcançaram 256,2 bilhões de m<sup>3</sup>. O Rio

de Janeiro ampliou seu percentual no volume de reservas provadas de gás natural de 58,3% em 2014 para 59,6% em 2015 (ANP, 2016).

Além da indústria extrativa, a indústria de transformação também revelou ser um setor-chave para a economia fluminense. Conforme apontado pelo relatório Decisão Rio elaborado pela Federação das Indústrias do estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), o período entre 2014 e 2016 foi marcado pelo anúncio de vultosos investimentos na economia fluminense. O segmento da Indústria de transformação receberia investimentos em torno de R\$ 40,5 bilhões, sendo as atividades de petroquímica, naval e automotiva com maior investimento dentro do setor.

O setor de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação também é considerado pela análise de encadeamentos da insumo-produto como um setor-chave da economia fluminense. O destaque desse setor deve-se ao setor energético por conta das reservas de óleo e gás existentes no território fluminense, fazendo com que o estado tenha destaque neste setor comparado a outras unidades da federação. Segundo o balanço energético para 2015-2016 elaborado pela Subsecretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, a capacidade instalada de geração de energia elétrica no Rio de Janeiro, em dezembro de 2016, era de 8.451,9 MW, segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL, 2017b). Esse valor equivale a, aproximadamente, 5% da capacidade instalada do Brasil. No estado também se destacam as usinas nucleares de Angra I e Angra II, com capacidade de 640 MW e 1.350 MW, respectivamente. diferentemente do resto do País, em que predomina a fonte hidrelétrica, no estado do Rio de Janeiro, aproximadamente 85% da capacidade instalada corresponde a usinas termelétricas, já incluindo as centrais nucleares. A fonte predominante nessas usinas é o gás natural. Quanto às usinas hidrelétricas, as principais do estado estão localizadas na bacia do rio Paraíba do Sul, incluindo os tributários Lajes e Piraí. A capacidade instalada total das usinas despachadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) é de 1.011 MW (RIO DE JANEIRO, 2017).

Por fim, o setor turístico não se mostrou como um setor-chave para a economia fluminense. No entanto, pelos resultados encontrados, o turismo apresenta poder de dispersão acima da unidade, portanto, é uma atividade que tende a demandar de demais setores acima da média, o que revela a importância de uma estrutura produtiva sem vazamentos. Nesse sentido, é de grande importância uma cadeia produtiva que seja estruturada de forma interna ao ERJ e que evite a dependência de insumos de outras regiões do país para o desenvolvimento deste segmento, assim como, dos demais setores de sua estrutura produtiva.

Dessa maneira, para continuar a análise da estrutura produtiva no ERJ e analisar a importância do setor de turismo no que tange a geração de emprego, renda e produção, foram calculados também os multiplicadores de produção, renda e multiplicadores simples de emprego e do tipo I do emprego. Os respectivos resultados encontram-se na Tabela 3. A análise dos multiplicadores é importante para verificar o impacto da variação exógena de uma unidade monetária adicional na demanda final sobre produto, emprego e renda.

A partir da análise do multiplicador de produção é possível constatar em unidades monetárias, o impacto de um investimento na demanda final e o quanto isto acrescenta para a produção da economia, em termos monetários. Portanto, tal análise tem por objetivo identificar quais são os setores que geram maior estímulo para a produção após a variação na demanda final. Por exemplo, o setor de transporte, a cada R\$1,00 de aumento em sua produção é gerado para a economia fluminense R\$ 1,96.

Nesse sentido, observa-se que as atividades que trazem maior impacto para a economia, são: Indústria de transformação (2,79); Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (2,47) e Indústria extrativa (2,19). Em sentido oposto, as atividades que menos trazem retornos para a economia fluminense, são: Serviços domésticos (1,00); Atividades imobiliárias (1,15) e Educação e saúde privada (1,50). Com tais resultados, pode-se evidenciar que setores ligados a indústria trazem maior dinamismo para a economia do Rio de

Janeiro, uma vez, que o estado possa se beneficiar dos seus recursos naturais e melhor explorar os investimentos nesses setores de modo que agregue maior valor para a produção fluminense.

Estendendo as análises, observa-se que setor de turismo não está entre os setores com maior retorno econômico para o ERJ, no entanto, o turismo consegue estar acima da média comparado com os resultados dos demais setores produtivos fluminenses, ficando acima até mesmo do setor de comércio. A cada unidade monetária gasta na demanda final, o setor de turismo gera 1,86 em termos de produção para a economia do estado como um todo. Dessa maneira, por meio do multiplicador de produção foi possível verificar que o setor de turismo possui um potencial de crescimento do produto da economia fluminense em comparação com os demais setores de sua estrutura produtiva.

Em relação ao multiplicador de renda, este multiplicador permite a visualização do montante de renda que é gerado na economia para cada unidade monetária que é investida na demanda final. Como pode-se observar na tabela 3 o setor com maior retorno em nível de renda é o setor de administração pública, onde, a cada unidade monetária investida na demanda final, são geradas, direta e indiretamente, 26,56 unidades monetárias de renda adicional para a economia do Rio de Janeiro. Seguido deste, novamente, os setores-chave da estrutura produtiva fluminense são os que apresentam maior capacidade na geração de renda. De tal modo, a indústria extrativa gera 7,27 unidades monetárias de renda para a economia fluminense. Enquanto que o setor de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação, gera 5,94 unidades monetárias de renda para o estado. E, por fim, o setor de indústria de transformação, gera 3,68 de unidades monetárias de renda para o Rio de Janeiro.

Como pode ser observado, pela ótica deste multiplicador, o setor de turismo ficou aquém dos setores-chaves, onde, a cada unidade monetária investidos na demanda final, são gerados, o adicional de 1,33 unidades monetárias de renda para a economia fluminense. Apesar do baixo valor gerado de renda para o estado, o seu resultado não é tão distante dos demais setores que compõe a cadeia produtiva fluminense, retirando aqueles que foram mencionados acima.

**Tabela 3:** Multiplicadores de Produção, Renda e Emprego

| Setores   | Multiplicador de Produção | Posição         | Multiplicador da Renda | Posição         | Multiplicador Simples do Emprego | Posição         | Multiplicador do Emprego do Tipo I | Posição         |
|---|---------------------------|-----------------|------------------------|-----------------|----------------------------------|-----------------|------------------------------------|-----------------|
| Agropecuária  | 1,614                     | 12 <sup>a</sup> | 1,456                  | 11 <sup>a</sup> | 6,957                            | 11 <sup>a</sup> | 1,355                              | 14 <sup>a</sup> |
| Indústria Extrativa   | 2,190                     | 3 <sup>a</sup>  | 7,2765                 | 2 <sup>a</sup>  | 4,493                            | 15 <sup>a</sup> | 11,417                             | 1 <sup>a</sup>  |
| Indústria de Transformação  | 2,795                     | 1 <sup>a</sup>  | 3,682                  | 4 <sup>a</sup>  | 7,550                            | 8 <sup>a</sup>  | 3,774                              | 2 <sup>a</sup>  |
| Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação        | 2,474                     | 2 <sup>a</sup>  | 5,946                  | 3 <sup>a</sup>  | 5,668                            | 13 <sup>a</sup> | 3,590                              | 3 <sup>a</sup>  |
| Construção  | 1,978                     | 5 <sup>a</sup>  | 1,468                  | 10 <sup>a</sup> | 7,236                            | 9 <sup>a</sup>  | 1,793                              | 7 <sup>a</sup>  |
| Comércio  | 1,531                     | 13 <sup>a</sup> | 1,227                  | 16 <sup>a</sup> | 11,282                           | 3 <sup>a</sup>  | 1,242                              | 15 <sup>a</sup> |
| Transporte  | 1,962                     | 6 <sup>a</sup>  | 1,706                  | 8 <sup>a</sup>  | 8,608                            | 7 <sup>a</sup>  | 1,770                              | 8 <sup>a</sup>  |
| Alojamento e Alimentação  | 2,030                     | 4 <sup>a</sup>  | 1,362                  | 13 <sup>a</sup> | 10,972                           | 4 <sup>a</sup>  | 1,405                              | 12 <sup>a</sup> |
| Turismo   | 1,861                     | 9 <sup>a</sup>  | 1,332                  | 14 <sup>a</sup> | 10,873                           | 5 <sup>a</sup>  | 1,363                              | 13 <sup>a</sup> |
| Informação e Comunicação  | 1,912                     | 7 <sup>a</sup>  | 2,266                  | 7 <sup>a</sup>  | 5,941                            | 12 <sup>a</sup> | 3,133                              | 4 <sup>a</sup>  |
| Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados                                  | 1,657                     | 11 <sup>a</sup> | 2,555                  | 6 <sup>a</sup>  | 4,878                            | 14 <sup>a</sup> | 2,453                              | 6 <sup>a</sup>  |
| Atividades Imobiliárias   | 1,159                     | 16 <sup>a</sup> | 3,382                  | 5 <sup>a</sup>  | 0,824                            | 16 <sup>a</sup> | 2,907                              | 5 <sup>a</sup>  |
| Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares | 1,670                     | 10 <sup>a</sup> | 1,364                  | 12 <sup>a</sup> | 9,107                            | 6 <sup>a</sup>  | 1,452                              | 10 <sup>a</sup> |
| Administração pública, defesa e seguridade social   | 1,504                     | 14 <sup>a</sup> | 26,562                 | 1 <sup>a</sup>  | 7,118                            | 10 <sup>a</sup> | 1,409                              | 11 <sup>a</sup> |
| Educação e saúde privadas   | 1,503                     | 15 <sup>a</sup> | 1,277                  | 15 <sup>a</sup> | 14,860                           | 1 <sup>a</sup>  | 1,207                              | 16 <sup>a</sup> |
| Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços                         | 1,880                     | 8 <sup>a</sup>  | 1,546                  | 9 <sup>a</sup>  | 12,044                           | 2 <sup>a</sup>  | 1,516                              | 9 <sup>a</sup>  |
| Serviços domésticos   | 1,00                      | 17 <sup>a</sup> | 1,00                   | 17 <sup>a</sup> | 0,0439                           | 17 <sup>a</sup> | 1,00                               | 17 <sup>a</sup> |

**Fonte:** Elaboração própria.

No que tange ao multiplicador simples de emprego, seu cálculo é capaz de mensurar o número de postos de trabalho gerados no setor observado devido a uma variação de uma unidade monetária em sua demanda final. Em complementação a análise do multiplicador simples, foi calculado o multiplicado de emprego do tipo I, de modo a se mensurar não mais o impacto na demanda final sobre o nível de emprego, mas sim, o impacto do próprio emprego no setor analisado na geração de postos de trabalho, isto é, a capacidade de geração de empregos devido a uma variação na quantidade de empregos de um determinado setor.

Como pode ser visualizado por meio da Tabela 3, os setores com maior capacidade na geração de postos de trabalho não são os setores-chave da economia e muito menos, os setores com maior retorno de investimentos para o produto fluminense. São os setores de Educação privada; Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços e Comércio, que ocupam as primeiras posições em geração de emprego devido a variações na demanda final.

Cabe destaque para a atividade de artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços, devido a característica do Rio de Janeiro apresentar uma forte potencialidade em sua indústria de entretenimento, sendo este setor muito relacionado com atividades turísticas e a atratividade do turismo para o estado. O Rio é conhecido pela produção de entretenimento para televisão e cinema nacional, além disto, este setor também é composto por atividades de eventos, como, shows, palestras, encontros científicos e mais recentemente, o Rio também foi sede de grandes eventos esportivos.

Assim sendo, verifica-se que a cada investimento de uma unidade monetária na demanda final, gera em média, 12 postos de trabalho para a economia fluminense. Também é possível verificar, que os setores alojamento e alimentação, e o próprio setor de turismo também apresentam retornos satisfatórios na criação de postos de trabalho, sendo a capacidade deles de criar em média, 10 novos postos de trabalho a cada investimento na demanda final.

Analisando os resultados para o Multiplicador de Emprego do Tipo I, verifica-se um resultado diferente do encontrado pelo multiplicador simples. Os setores com maior capacidade de geração de emprego através da variação no próprio emprego são os setores-chave da economia fluminense. Nesse sentido, a indústria extrativa é o setor com maior multiplicador do tipo I. A cada emprego criado neste setor, 11,41 empregos são gerados na economia fluminense.

Por fim, pela análise deste multiplicador o que se visualizou é que os setores com maior capacidade de criação de postos de trabalho, isto é, através de uma variação na demanda final, possuem uma fraca capacidade de criar empregos através do efeito do próprio aumento de emprego no seu setor. Assim sendo, os setores ligados a indústria e ao setor energético apresentam melhor desempenho por esta ótica.

Através das análises dos indicadores da insumo-produto, foi alcançado alguns resultados que são importantes para a compreensão da estrutura produtiva do ERJ e além disto, o conhecimento das suas relações de interdependências com os demais setores produtivos. Apesar de a atividade turística não aparecer como um setor-chave para a economia, o setor revelou-se ter boa capacidade de geração de produto e empregos. Desse modo, o setor de turismo destaca-se como uma atividade com potencial de crescimento na estrutura produtiva fluminense. Para tanto, é de grande importância que a cadeia produtiva do setor turismo seja estruturada internamente no ERJ, evitando a dependência de insumos de outras regiões. Sendo assim, uma cadeia produtiva madura e completa do setor de turismo poderia impulsionar o crescimento dos demais setores de sua estrutura produtiva e, assim, da economia do ERJ como um todo.

### **3.5. Considerações finais e implicações de políticas**

A aplicação dos indicadores de insumo-produto permitiu a análise da estrutura produtiva do setor de turismo e suas interligações com os demais setores da economia do estado do Rio de Janeiro. A partir desses resultados gerais tanto para o setor turístico, quanto para o restante

dos setores que compõem a cadeia produtiva do estado, utilizando indicadores econômicos, como os índices de interligação setorial e os multiplicadores de produção, renda e emprego, possibilitou o entendimento a respeito da estrutura produtiva do ERJ. O uso desses indicadores revelou os setores com maior relevância em termos de impacto de produção, renda e empregos gerados na cadeia produtiva fluminense.

Em relação ao índice de interligação entre os setores da cadeia produtiva fluminense, o turismo, de fato, não se constitui como um setor-chave para o Rio de Janeiro. Entretanto, os resultados revelam que, o setor turístico possui uma relação de interdependência com os demais setores produtivos, demandando insumos acima da média, isto é, o turismo se caracteriza por ser uma atividade que tem potencialidade de alavancar outros setores de uma cadeia produtiva, visto sua alta demanda por insumos para continuar operando. Tal resultado evidencia a necessidade de uma estrutura produtiva interna ao estado, de modo, a evitar importações de produtos de outras regiões, diminuindo as possibilidades de vazamentos de renda da economia do Rio de Janeiro para outros estados/países.

Nessa perspectiva, com a aplicação dos multiplicadores de produção, renda e emprego pôde-se verificar que o turismo, é uma atividade com capacidade de retornos satisfatórios a investimentos na demanda final da estrutura produtiva fluminense, tendo um resultado na média, comparado ao restante dos setores que compõem esta estrutura e além disto, apresentando maiores níveis de produção do que setores considerados tradicionais, como o setor de comércio. Em vista do multiplicador de emprego simples e do Tipo I, verificou-se que a atividade turística também apresenta uma relevante capacidade na geração de empregos através de variações na sua demanda final, no entanto, a capacidade não é a mesma para empregos criados através da própria variação do número de postos de trabalho no setor. Este resultado não demonstra que o turismo não seja um setor de relevância para a economia fluminense ou que não consiga ser um importante gerador de empregos.

Em termos gerais, além do turismo, verificou-se que as atividades ligadas ao setor de petróleo alcançam melhores resultados em termos de produção e emprego, o que demonstra que tais setores são catalisadores para o crescimento e desenvolvimento do ERJ. No entanto, esta dependência do Rio de Janeiro ao setor petrolífero pode se tornar um problema para a economia do estado, caso não sejam implementadas políticas de valorização e desenvolvimento de tecnologias que consigam melhor explorar as capacidades dos setores-chave da cadeia produtiva fluminense, além de também poder se estender tais melhorias para o restante dos setores produtivos, tornando a estrutura produtiva do Rio de Janeiro mais interligada.

Desta forma, faz necessário que ocorram políticas que possam fomentar esta atividade. Dada as dificuldades de análise do setor de turismo, tanto para a economia nacional quanto para economias regionais, se faz necessário, políticas que perpassem pela ideia de construção de um banco de dados ou até mesmo, a elaboração de uma consta satélite para o turismo, que poderia ser no âmbito estadual, visto a importância do Rio de Janeiro, como um grande atrativo de turistas para o País. Ademais, políticas que fomentem a regionalização do turismo dentro do território fluminense, garantindo a descoberta e a manutenção de destinos turísticos que não sejam concentrados apenas na capital fluminense. Portanto, o desenvolvimento de um Plano Estratégico ou mesmo um Plano Diretor para o turismo, com objetivo de promover o diálogo entre diferentes municípios, em vista de contemplá-los no desenvolvimento desta atividade econômica e assim, poder propagar as belezas naturais do território fluminense a nível nacional e internacional.

Em resumo, apesar de ser pioneira, a análise com o instrumental de insumo-produto para o setor de turismo fluminense constatou que, apesar das potencialidades do setor de turismo para a economia do Rio de Janeiro, o mesmo ainda possui baixa participação no PIB do estado, poucos encadeamentos produtivos e alta dependência de produtos importados de outras regiões. Contudo, o setor de turismo pode potencializar e dinamizar a economia em termos de geração

de emprego e produção para todo o estado. Por fim, será com políticas sérias e com ações por parte do poder público que sejam mantidas, em conjunto com ações do setor privado, que garantirá a ampla divulgação do turismo fluminense, promovendo todo o território e impulsionando o desenvolvimento do setor para demais cidades, que possam se beneficiar desta atividade.

### 3.6. Referências Bibliográficas

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP. **Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis: 2016**. Rio de Janeiro: ANP, 2008.

ALBQAMI, R. **Economic Impact of Tourism Sector on Saudi Arabian Economy**, 2004. Disponível em: <<http://www.iioa.org/pdf/Intermediate-2004/501.pdf>> acesso em 27 de novembro de 2020.

ANDRADE, M. R. P. **Conta Satélite do Turismo: Estrutura, análise e desafios para implementação no caso brasileiro**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 2009.

ARABSHEIBANI, G. R.; LABARTHE, A. D. A. Tourism multiplier effects on Peru. **RBBE**, v. 2, n. 3, p. 31-43, 2002.

ARCHER, B.H.; OWEN, C. Towards a tourist regional multiplier. **Regional Studies**, v. 5, p. 289-294, 1971.

ARCHER, B. H. The uses and abuses of multipliers. *In*. GEARING, C.; SWART, W.; VAR, T. **Planning for tourism development: quantitative approaches**. New York: Praeger, 1976.

ARCHER, B. H.; WANHILL, S. R. C. The economic impact of tourism in Mauritius. **Washington D.C.:** World Bank, 1981.

ARCHER, B. H. Importance of tourism for the economy of Bermud. **Annals of Tourism Research**, v. 22, n. 4, p. 918-930, 1995.

ARCHER, B. H.; FLETCHER, J. The economic impact of tourism in the Seychelles. **Annals of Tourism Research**, v.23, n.1, p. 32-47, 1996.

BARBOSA, F. F. Turismo como um fator de desenvolvimento local e/ou regional. **Caminhos da Geografia**, v. 10, n.14, p. 107-114, 2005.

BLAKE, A.; ARBACHE, J. S.; SINCLAIR, M. T.; TELES, V. Tourism and poverty relief. **Annals of Tourism Research**, v. 35, n. 1, p. 107-126, 2008.

CABRAL, J. A.; OLIVEIRA, D.G.B. Uma Análise da Estrutura Produtiva Fluminense sob a abordagem de Insumo-Produto. Working paper, **PPGER/UFRRJ**, 2020.

CARVALHEIRO, N. Observações sobre a elaboração da matriz de insumo-poduto. **Pesquisa & Debate**, v. 9, n. 2, p. 139-157, 1998.

CASIMIRO, F. F.; GUILHOTO, J. J.M. Matriz de insumo-produto para a economia turística brasileira: construção e análise das relações intersetoriais. **Revista Análise Econômica**, v. 21, n. 40, 2003.

COOPER, C.; FLETCHER, J.; FYALL, A.; GILBERT, D.; WANHILL, S. **Turismo – Princípios e Práticas**. Bookman, São Paulo, 2001.

CUNHA, F.; TAKASAGO, M.; GUILHOTO, J. J. M.; FARIAS, A. R. de; IMORI, D.; MOLLO,

- M. L. R.; ANDRADE, J. P. de. O turismo e a economia brasileira: uma discussão da matriz de insumo-produto. **14th APDR Congress**, v. 14, n. 14, p. 1-16, 2008.
- CURRY, S. The economic impact of the tourist industry in the United Republic of Tanzania: an input-output analysis. **Industry and Development**, v. 19, p. 55-75, 1986.
- DIAMOND, J. The economic impact of international tourism on the Singapore economy. Harvard Institute for International Development, n.77, **Cambridge: Harvard University Press**, 1979.
- DIEKE, P. Policies for tourism development in Kenya. **Annals of Tourism Research**, v.18, 269-294, 1991.
- DIEKE, P. Tourism and development policy in the Gambia. **Annals of Tourism Research**, v. 20, p. 423-449, 1993.
- EMPRESA DE TURISMO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO S.A. – RIOTUR. **Relatório da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: < <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/7145888/4196121/RELATORIODACOPADOMUND O2014PESQUISADERECEPATIVOTURISTICO.pdf>> Acesso em 30 junho de 2020.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FIRJAN. **Decisão Rio 2014-2016**. Disponível em < <https://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/default.htm>> Acesso em 30 junho de 2020.
- FLETCHER, J. E. **The Economic Impact of International Tourism on the National Economy of Jamaica**. A Report to the Government of Jamaica, WTOIUNDP JAM/84/007, 1985.
- FLETCHER, J. E. Input-Output Analysis and Tourism Impact Studies. **Annals of Tourism Research**, v. 16, n, 4, p. 514-529, 1989.
- FRECHTLING, D. C. The tourism satellite account: foundations, progress and issues. **Tourism Management**, 1999.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS – FIPE. **Conta Satélite do Turismo (CST) no Brasil: um estudo preliminar**. FORNATUR, Campos do Jordão, 2011.
- HENG, T. M., LOW, L. Economic impact of tourism in Singapore. **Annals of Tourism Research**, v.17, p. 246-269, 1990.
- HIRSHMAN, A. O. **The strategy of economic development**. Yale University Press, New Haven, 1958.
- HUANG, H.; MAO, L. L.; KIM, S-K.; ZHANG, J. J. Assessing the Economic Impact of Three Major Sport Events in China: The Perspective of attendees. **Tourism Economics**, v. 20, n. 6, p. 1277 – 1296, 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2000 - 2005**. Rio de Janeiro, 2008
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003 - 2009**. Rio de Janeiro, 2012
- KHAN, H., SENG, C.F. & CHEONG, W. K. Tourism Multiplier Effects on Singapore. **Annals of Tourism Research**. v. 17, n. 3, p. 408-418, 1990.
- KWEKA, J.; MORRISSEY, O.; BLAKE, A. Is tourism a key sector in Tanzania? Input-output analysis of income, output, employment and tax revenue. Nottingham University TTRI



**Discussion Paper**, 1001/1, 2001.

LAMONICA, G. R.; MATTIOLI, E. Research Note: The Impact of the Tourism Industry on the World's Largest Economies - An Input-Output. **Analysis. Tourism Economics**, v. 21, n. 2, p. 419 – 426, 2015.

LEONTIEF, W. **The Structure of American Economy, 1919-1929**. Harvard University Press, Cambridge, 1941.

LEONTIEF, W. **A economia do insumo-produto**. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 226p., 1986.

LIN, T. B.; SUNG, Y. W. Hong Kong, *ln Tourism in Asia: The Economic Impact*. PYE, E. A.; LIN, T. (Eds.), p. 1-100. Singapore: Singapore University Press, 1983.

LIU, J. C. Relative economic contributions of visitor groups in Hawaii. **Journal of Travel Research, Summer**, v. 2, n. 9, 1986.

MEDEIROS, B. F.; CASTRO, C. O turismo no Rio de Janeiro. *In*. CASTRO, C.; GUIMARÃES, V. L.; MAGALHÃES, A. M. (Orgs.), **História do turismo no Brasil**, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013

MELINI, P. F.; GOMES, E. T. A. Contradições entre a importância do trabalhador e a precarização das relações de trabalho no turismo: notas primeiras de uma pesquisa de tese para doutoramento. **Revista Turismo e Desenvolvimento**, v.13/14, n.1, p. 177-126, 2010.

MILLER, R. E.; BLAIR, P. D. **Input-output analysis: foundations and extensions**. Cambridge University Press, Cambridge, 2009.

MITCHELL, J; ASHLEY, C. **Tourism and poverty reduction: pathways to prosperity** Earthscan, London, 2010.

MUNJAL, P. Measuring the Economic Impact of the Tourism Industry in India Using the Tourism Satellite Account and Input-Output. **Analysis Tourism Economics**, v. 19, n. 6, 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO – OMT. **The Tourism Satellite Account as an Ongoing Process: Pass, Present and Future Developments**, 2001.

PEROBELLI, F. S.; ANDRADE, M. V.; DOMINGUES, E. P.; SANTIAGO, F. S.; CABRAL, J. A.; RODRIGUES, L. B.; Análise da Estrutura do Setor Saúde no Setor Produtivo Nacional Utilizando a Matriz de Insumo Produto 2000-2005. **Mimeo**, 2010.

RASMUSSEN, P. **Studies in intersectorial relations**. Amsterdam: North Holland, 1956.

RIBEIRO, L. C. S; MONTENEGRO, R. L. G; PEREIRA, R. M. Estrutura econômica e encadeamentos setoriais de minas gerais: Uma contribuição para as políticas de planejamento. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, n. 41, p. 261-290, 2013.

RIBEIRO, L. C. S., ANDRADE J. R. L.; MOTTA, G. P. Impactos Económicos de los Gastos Turísticos en Sergipe y sus Efectos Colaterales en el Resto de Brasil. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 23, n. 3, p. 447-466, 2014.

RICHARDSON, H. W. **Insumo-produto e economia regional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

RIO DE JANEIRO, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços. **Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro 2015-2016**. Rio de Janeiro, 2017.

RODRIGUES, R. L.; PARRÉ, J. L.; MORETTO, A. C.; ALVES, A. Transformações na estrutura produtiva da economia paranaense nos anos 80 e 90. **Revista de Economia Aplicada**, v. 11, n. 1, p. 73-93, 2007.

- SANTOS, J. S. D.; ORITZ, E. M.; HUANG, E.; SECRETARIO, F. Philippines, *In Tourism in Asia: The Economic Impact*, Pye, E. A.; Lin, T. (Eds.), p. 173-240. Singapore: Singapore University Press, 1983.
- SONG, B. N.; CHOONG-YONG, A. Korea. *In Tourism in Asia: The Economic Impact*, PYE, E. A.; LIN, T. (Eds.), p. 101-173. Singapore: Singapore University Press, 1983.
- SOUZA, P. I. A.; SILVEIRA NETO, R. M.; GUILHOTO, J. J. M. O setor de turismo na região nordeste: medidas e impactos a partir da matriz insumo-produto inter-regional. *In: 43º ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA*, 2015, Florianópolis.
- TADINI, R. F. Impactos socioeconômicos no turismo. *In: TADINI, R. F.; MELQUIADES, T. (Eds.), Fundamentos do Turismo*. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2011.
- TAKASAGO, M.; GUILHOTO, J. J.M.; MOLLO, M. L. R.; J. P. ANDRADE. O potencial criador de emprego e renda do turismo no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE)*, p. 431-460, 2010.
- TAKASAGO, M.; MOLLO, M. O potencial gerador de crescimento, renda e emprego do turismo no Distrito Federal – Brasil. *Revista Turismo Em Análise*, v. 22, n. 2, p. 445-469, 2011.
- THEOBALD, W. **Significado, Âmbito e Dimensão do Turismo**. Turismo Global, Editora SENAC/SP, São Paulo, 2002.
- UNITED NATIONS, WORLD TOURISM ORGANIZATION - UNWTO **Recommendations on Tourism Statistics**, Series M, n. 83, New York: United Nations, 1994.
- WORLD TOURISM ORGANIZATION - WTO **Recommendations on Tourism Statistics 2008**. United Nations, New York, 2010
- WORLD TOURISM ORGANIZATION - WTO. **Tourism Highlights**. 2015.
- WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL – WTTC. **Travel & Tourism: Economic Impact 2016 World**. 2016. Disponível em < <http://sp.wttc.org/-/media/files/reports/economic-impact-research/regions-2016/world2016.pdf>> Acesso em 30 junho de 2020.

## **CAPÍTULO II - OS CUSTOS DE OPORTUNIDADE DA CRIMINALIDADE SOBRE O TURISMO E OS DESDOBRAMENTOS SOBRE A CADEIA PRODUTIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**Resumo:** No estado do Rio de Janeiro (ERJ), segundo maior receptor de turistas e destino preferido do turismo de lazer, o governo do estado sugere que o “turismo é o nosso novo petróleo!” (RICKLY, 2019). No entanto, o desembarque de turistas internacionais não manteve trajetória de crescimento nos últimos anos, apesar da visibilidade internacional pós-megaeventos. A “antipropaganda” ocasionada pelo recrudescimento da criminalidade a partir de 2015 pode ter comprometido o desempenho do setor. Diante disso, o objetivo deste estudo consistiu em verificar os impactos da criminalidade sobre o turismo e seus transbordamentos para os demais setores da economia fluminense. Utilizando a metodologia de insumo-produto, os achados deste estudo comprovaram que o desempenho do setor de turismo ficou 24,6% aquém do seu potencial, caso a demanda turística se mantivesse, pelo menos, nos patamares de 2014. Ainda, o custo de oportunidade de receitas do setor foi de 23%. Setores como indústria de transformação; eletricidade, gás, tratamento de água e esgoto; indústria extrativa e transportes tiveram seu desempenho comprometido decorrentes do choque negativo sobre o setor de turismo. Tendo em vista as potencialidades do setor de turismo, faz-se necessária uma política de segurança que promova a imagem do Rio de Janeiro de forma positiva como destino turístico seguro a nível internacional. Assim, o setor poderá contribuir para a economia fluminense, gerando emprego e renda.

**Palavras-chave:** Setor de turismo, criminalidade, insumo-produto.

**Abstract:** The State of Rio de Janeiro, the second largest tourist destination and a favorite destination for leisure tourism. The state government suggests that “tourism is our new oil!” (RICKLY, 2019). However, the landing of international tourists has not maintained a growth trajectory in recent years, despite the post-mega-events international visibility. The “anti-propaganda” caused by the rise in crime from 2015 undermined the performance of the sector. Given this, the objective of this paper was to verify the impacts of crime on tourism and its spillovers to other sectors of the economy of Rio de Janeiro. Using the input-output methodology, the findings of this study proved that the performance of the tourism sector was 24,6% below its potential, if tourist demand remained at least at 2014 levels. Still, the opportunity cost of revenue from the sector was 23%. Sectors such as the manufacturing industry; electricity, gas, water and sewage treatment; mining and transport industry had their performance compromised due to the negative shock on the tourism sector. Given the potential of the tourism sector, a security policy is needed to make it possible to spread a positive image of Rio de Janeiro as a tourist destination internationally. Thus, the sector can increase its contribution to the economy of Rio de Janeiro, generating jobs and income.

**Keywords:** Tourism sector, crime, input-output.

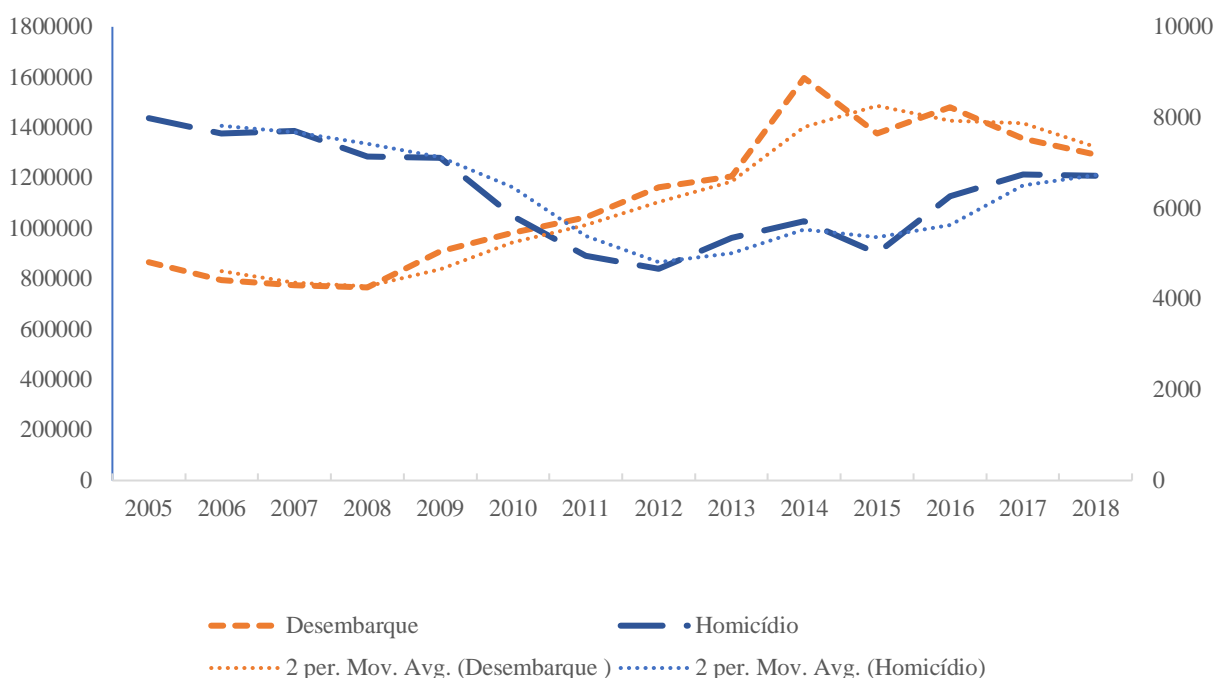
#### 4. INTRODUÇÃO

Durante os anos 2000, o Brasil se encontrava em um ambiente interno e externo favorável para sua inserção e projeção internacional, assim discutir e planejar a realização de megaeventos tornaria-se um instrumento para atrair maior protagonismo internacional para o País. Dessa maneira, em 2003, o Brasil se candidata a sediar a Copa do Mundo, sendo ratificada essa candidatura pela Federação Internacional de Futebol (FIFA) em 2007. Nesse mesmo ano, o País apresentou mais duas candidaturas para sediar grandes eventos, ambas na cidade do Rio de Janeiro: a dos Jogos Olímpicos de 2016 e da Jornada Mundial da Juventude 2013, essa última formalizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) com apoio do governo brasileiro. Com isto, diversas medidas em áreas distintas foram definidas para viabilizar a realização desses eventos. Entre essas medidas, estavam as ações na área de segurança pública (VASCONCELOS, 2018).

Um dos principais argumentos em prol da realização de megaeventos esportivos é que este tipo de evento gera desenvolvimento econômico, social, político e esportivo para as cidades/países sede (COAKLEY e SOUZA, 2015). Segundo Silva e Rizzuti (2008), são cinco os legados que determinam os benefícios dos Jogos Olímpicos: (i) infraestrutura, (ii) saber e conhecimento; iii) imagem; iv) comunicações; v) cultura. Em relação a temática segurança pública Cardoso (2013) e Vasconcelos (2018) apontam que não existem grandes análises sobre este tema sendo um legado pós megaeventos, uma vez que, geralmente, os legados mais lembrados e analisados são em relação a infraestrutura, mobilidade e turismo. Na realidade, a temática segurança pública é entendida como um desafio e não, como um gerador de legados.

O fato de o Rio de Janeiro ter sediado os grandes eventos com repercussão nacional e internacional contribuiu para a imagem de um destino com características de entretenimento que vão além da praia e sol, em decorrência da melhoria e reestruturação da infraestrutura urbana, rodoviária, hoteleira e espaços turísticos. Recebendo o nível mais alto de competitividade segundo o índice de competitividade turística nacional elaborado pelo Ministério do Turismo (2015). Apesar de o setor de turismo ter apresentado bons resultados como uma atividade produtiva bastante competitiva e da grande expectativa criada pós-megaeventos, a atratividade internacional do turismo do estado do Rio de Janeiro não se mostrou consolidada. O Ministério do Turismo (2015) indica que uma das principais fragilidades da imagem turística fluminense é a segurança pública.

Por meio da inspeção visual da Figura 3, pode-se observar, que o desembarque de turistas internacionais não exibiu trajetória de crescimento nos últimos anos no estado do Rio de Janeiro, inclusive, o desembarque de turistas no ERJ tem diminuído a partir de 2014. Os picos observados em 2014 e em 2016 são devidos, respectivamente, à Copa do Mundo FIFA 2014 e ao Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Os dados apresentados na Figura 3 são referentes ao número de desembarques internacionais. Esta série foi construída a partir dos dados do Anuário Estatístico do Turismo para o período de 2005 a 2018. Enquanto que os dados referentes a homicídios foram extraídos da base de dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP). A série histórica de homicídios é referente a dados sobre criminalidade violenta, que corresponde ao somatório dos seguintes títulos: homicídio doloso, roubo seguido de morte (latrocínio), lesão corporal seguida de morte e morte por intervenção de agente do Estado.



**Figura 3:** Evolução do desembarque de turistas e criminalidade letal no estado do Rio de Janeiro, 2005-2018.

**Fonte:** Elaboração Própria.

A partir de uma análise da Figura 3, é possível apontar para uma possível relação entre número de desembarques internacionais e crime no estado do Rio de Janeiro. Ainda é possível verificar que durante o período de realização dos megaeventos esportivos, isto é, 2014 e 2016, o estado do Rio de Janeiro tem seu maior fluxo de desembarque internacional. Cabe ressaltar que no período de realização dos megaeventos esportivos, as estatísticas de criminalidade estavam baixas, visto que, a área de segurança pública recebeu elevado montante de investimentos (VASCONCELOS, 2018). Entretanto, já em 2015, período anterior a realização das Olimpíadas, ocorre uma elevação nas taxas de violência, que pode ser resultado da deterioração da política de segurança pública do Rio de Janeiro e da crise financeira e política pela qual o estado vive. Após 2016, observa-se uma queda no número de desembarques internacionais no estado não se concretizando o esperado pelos *policy makers* no período pós-megaeventos.

Esperava-se que os megaeventos esportivos poderiam ter sido capazes de deixar como legado positivo o crescimento contínuo da demanda por turismo para a cidade do Rio de Janeiro, para o estado fluminense como um todo e por fim, para o País. Considerando a experiência exitosa dos Jogos Olímpicos de Barcelona 1992, a ampla reurbanização para sediar o megaevento reinseriu Barcelona na rede de grandes destinos turísticos, além de construir legados físicos que impactaram na qualidade de vida da população. Como resultado, a cidade foi conduzida à condição de um dos principais destinos turísticos e comerciais da Europa, uma vez que ampliou o centro de negócios atraindo grandes empresas como também impulsionou o desenvolvimento do turismo internacional (PRONI et al., 2008).

Inspirada no “modelo Barcelona”, a cidade do Rio de Janeiro além de implementar os equipamentos olímpicos, buscou ampliar e modernizar a infraestrutura de transportes e transformar a zona portuária em um grande bairro residencial, de entretenimento, de negócios e de turismo. Segundo o Comitê Olímpico do Brasil (COB, 2009), o objetivo seria transformar o Rio de Janeiro em uma cidade global, utilizando o evento como acelerador de transformações

para garantir um legado sustentável para a cidade. Assim, as melhorias na infraestrutura urbana aliada à grande visibilidade internacional decorrentes dos megaeventos aumentariam as potencialidades turísticas no Rio de Janeiro, uma vez que, além dos atrativos turísticos, haveria condições para alavancar o turismo de negócios na cidade e no estado como um todo.

Dessa maneira, já durante a década de 1990, o Rio de Janeiro, baseado no modelo catalão candidatou-se como cidade sede dos Jogos Olímpicos de 2004 e 2012, entretanto, tais tentativas foram frustradas. Fatores como infraestrutura urbana e segurança pública foram pontos primordiais para determinar que o Rio não alcançasse o título de cidade sede dos Jogos Olímpicos nos respectivos anos. Apesar de não conseguir, até então, sediar as Olimpíadas, no ano de 2003, o Rio de Janeiro foi nomeado como cidade sede dos XV Jogos Pan -Americanos, realizado em 2007. A partir dos Jogos Pan-Americanos houve uma evolução dos investimentos em segurança pública ao longo dos anos que se sucederem os megaeventos realizados no Brasil (GAFFNEY, 2015).

No entanto, conforme apontado por Vasconcelos (2018), a partir de 2010, a conjuntura econômica e política brasileira sofreu um processo de deterioração, o que prejudicou na capacidade de atender as demandas por investimentos necessárias a realização dos megaeventos, comprometendo a segurança pública. Para a realização da Copa do Mundo de 2014 não houve grandes dificuldades com questões ligadas a segurança. Entretanto, para a realização das Olimpíadas em 2016 ocorreu uma queda de investimentos em segurança, devido a fatores que passam por corte do orçamento federal a problemas de gestão do Comitê Organizador Rio 2016.

Tal cenário político e econômico, somados a uma crise no estado do Rio de Janeiro, devido a problemas de corrupção e má gestão pública são fatores que explicam o recrudescimento da violência no estado a partir de 2015. O contexto de crise econômica e política juntamente com o aumento da criminalidade no estado, faz com que o Governo declare estado de calamidade pública poucos dias antes dos Jogos Olímpicos, levando a um aporte financeiro do Governo Federal para a garantia da segurança na Rio 2016 (VASCONCELOS, 2018).

Nesse sentido, a “antipropaganda”, entendida como o aumento generalizado da sensação de insegurança no estado, somada com inúmeros episódios de violência contra turistas e a própria população local, pode ter levado a um desinteresse dos turistas pelo destino ‘Rio de Janeiro’ devido à imagem negativa da cidade no exterior. De acordo com estudo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC, 2018), embora outros fatores diretamente relacionados à conjuntura – crise econômica e instabilidade política – tenham contribuído para a queda da atividade turística fluminense, o aumento da criminalidade no Rio de Janeiro é um dos aspectos que impactaram de forma negativa o setor. Segundo Machado (2012), o temor em vivenciar experiências indesejadas é fator limitante na escolha de um destino turístico. A preocupação com a questão da violência urbana, portanto, é fator crucial para escolha dos destinos turísticos. Com base no exposto, torna-se possível indagar que o aumento da criminalidade pode ser um fator determinante da queda observada no desembarque de turistas estrangeiros a partir de 2014, apesar da melhoria e modernização urbana ocorrida recentemente no Rio de Janeiro.

Segundo Brás e Rodrigues (2010), a segurança nos destinos turísticos e o crime em geral podem afetar o processo de tomada de decisão e influenciar a demanda turística. Assim, diante do recrudescimento dos índices de criminalidade no estado do Rio de Janeiro e da redução da demanda turística observada, este trabalho possui como objetivo realizar um exercício empírico buscando mensurar o custo de oportunidade existente no setor de turismo decorrente da criminalidade. Posto de outra forma, será realizada uma simulação do impacto no setor de turismo e seus transbordamentos para os demais setores da economia fluminense da manutenção da demanda turística nos níveis observados no período dos megaeventos

esportivos. Tal análise torna-se factível, visto que existe uma relação entre turismo e o crime além da demanda turística diminuir ao mesmo tempo em que a criminalidade aumenta no estado. Neste sentido, o gap de desembarque será entendido como o impacto do crime na demanda do setor de turismo fluminense. A premissa que sustenta a análise, recai no fato que a demanda turística do estado do Rio de Janeiro deveria apresentar, pelo menos, os mesmos níveis do período dos megaeventos como foi experimentado por outras cidades, como por exemplo, Barcelona. Para alcançar os resultados, assim como no capítulo anterior, será utilizada a metodologia de insumo-produto.

A escolha de utilizar dados referentes ao turismo em um ano como 2014, marcado por um evento de grande porte, com repercussões internacionais, se dá devido a uma série de políticas e um planejamento elaborado a longo prazo para tornar o destino Rio como atrativo e competitivo frente a outros destinos. Uma vez que, sediar megaeventos tem sido utilizado pelos gestores públicos como um instrumento competitivo no mercado econômico mundial. Nesse sentido, a “[...] capacidade que um destino turístico tem para concorrer com outros destinos do mundo, gerando um nível de renda superior à média e mantendo essa situação a longo prazo” (VIGNATI, 2008, p. 113).

Ressalta-se que a análise empreendida contribui para a literatura ao buscar mensurar, de forma pioneira, os impactos do crime sobre o setor de turismo por meio da metodologia de insumo-produto. A análise possibilitará mensurar os custos diretos e indiretos do aumento da percepção de violência sobre o setor de turismo do estado do Rio de Janeiro e seus transbordamentos para os demais setores da economia fluminense.

Além desta seção introdutória, a próxima seção apresenta uma revisão da literatura a respeito de demais estudos que relacionam os efeitos da criminalidade sobre a atividade turística. Em seguida, será apresentada a metodologia de insumo-produto, que foi utilizada como ferramenta para mensurar os benefícios econômicos que a economia fluminense vem deixando de receber em função do aumento dos índices de criminalidade no estado, além de também descrever a base de dados utilizada. Por fim, são analisados e discutidos os resultados e, em seguida, as considerações finais e implicações políticas são tecidas.

#### **4.1. Turismo x Crime**

Baseado na teoria da demanda do consumidor de Lancaster (1966), o turista consome certas características de seu destino, e não um único bem. Conforme argumentado por Lorde e Jackman (2013), os turistas podem se deslocar para outro destino quando confrontados com ameaças à sua segurança, exceto no caso em que as características sejam exclusivas do destino turístico desejado. Assim, o turismo é uma atividade vulnerável a ameaças, como a criminalidade, tendo em vista que os turistas podem visitar outros destinos com características semelhantes, porém mais seguras.

Águas e Brás (2007) apontam que a escolha de um destino turístico além de estar relacionado a conhecer novas pessoas, culturas e locais, também deve oferecer segurança a seus turistas a nível físico, psicológico e material. Os autores apontam que atos criminosos não afetam diretamente a imagem do destino turístico quando não há o contato direto entre o assaltante e o turista. Entretanto, independentemente do tipo de crime, o aumento de insegurança tem como resultado a “não escolha” de um determinado destino turístico ou até mesmo a falta de interesse do turista em regressar ao local visitado. Nessa mesma linha, Soares Junior (2007) argumenta que o turismo é afetado pelas práticas criminosas que afastam o visitante que procura um ambiente seguro como destino de sua viagem.

Nessa perspectiva, Brás e Rodrigues (2010) apontam que a relação entre crime e demanda turística pode ser entendida de três maneiras: i) intensidade do crime, no qual pode ter efeito nulo ou reduzir totalmente a procura turística; ii) aumento do crime em áreas

geográficas, de tal modo que o crime cometido em um município pode impactar negativamente a demanda turística do país; iii) duração do efeito do crime, algo indeterminado, visto que pode ter uma duração pequena, média ou longa.

Embora reconhecido que a criminalidade seja um determinante negativo para o processo de escolha de destinos turísticos, Levantis e Gani (2000) afirmam que estudos acadêmicos estabelecendo esta relação começaram a ser desenvolvidos a partir da década de 1970. Entretanto, apesar de estabelecido este nexos teórico negativo entre crime e turismo, os resultados da literatura empírica do impacto do crime sobre a demanda turística são variados. Para Levantis e Gani (2000), a explicação estaria na existência de grau de assimetria de informação acerca dos níveis de segurança dos destinos turísticos decorrente da divulgação imprecisa de estatísticas sobre violência e criminalidade. Para os autores, regiões nas quais os índices criminais são divulgados, a relação negativa entre turismo e crime tende a ser evidenciada.

A literatura empírica utiliza diferentes metodologias para mensurar os impactos da criminalidade para o desenvolvimento turístico. Trabalhos como de Levantis e Gani (2000) promoveram um estudo no qual discutem o efeito dissuasor do crime em relação ao turismo nas economias em desenvolvimento do Sul do Pacífico e Caribe. A partir de modelo de séries temporais, os resultados confirmaram o impacto negativo da criminalidade sobre a demanda turística destas economias. Segundo os autores, informações divulgadas acerca da deterioração da lei e da ordem nestes destinos impactaram negativamente os potenciais turistas, ainda que as estatísticas sobre crime não fossem divulgadas.

Enquanto Alleyne e Boxill (2003), analisaram a relação entre desembarque de turistas e os índices de criminalidade na Jamaica e na Europa no período de 1962 e 1999. Por meio de uma função de transferência, os resultados do estudo mostraram que, embora a criminalidade impacte negativamente o desembarque de turistas nos dois destinos, o impacto maior se dá sobre o mercado europeu. Os autores concluíram que seria necessário diminuir, principalmente, o índice de criminalidade violenta, uma vez que este aumenta as preocupações dos turistas na busca de destinos turísticos

Nessa linha, Neumayer (2004) estimou os efeitos de violência política, violação de direitos humanos entre outras variáveis sobre a demanda de turismo. Por meio de um painel de dados utilizando estimadores de efeitos fixos e GMM, ambos resultados evidenciaram que violação de direitos humanos, conflitos e outras formas de violência motivada politicamente afetam negativamente a demanda de turismo.

Expandindo a análise, Altindag (2014) utilizou dados de painel para países europeus com o intuito de analisar o efeito da criminalidade sobre o turismo internacional. A hipótese do trabalho consistiu em avaliar se os crimes violentos impactaram a quantidade de turistas internacionais e a receita advinda do turismo internacional. Os resultados sugerem que os turistas avaliam o risco de se tornarem vítimas da criminalidade. Pelas estimativas do autor, um país médio com uma população de 25 milhões perderia US\$140 milhões de receita advinda do turismo internacional. Além disso, o estudo apontou que o efeito de crimes violentos sobre número de turistas e da receita advinda do turismo internacional é parcialmente mitigado, caso o país seja atraente. Sendo assim, o risco de se tornar vítima da criminalidade seria parcialmente compensado pela qualidade do atrativo turístico do país.

Saridakis et al. (2013) analisaram os efeitos da criminalidade para o turismo de Trinidad e Tobago entre os anos de 1976 e 2007. A pesquisa utilizou dados oficiais de crimes ao longo de três décadas e utilizou técnicas de séries temporais para examinar se as altas taxas de criminalidade têm um impacto negativo nas chegadas de turistas vindos do Reino Unido. O estudo chegou ao resultado de que tanto o crime violento quanto o crime contra a propriedade têm impactos negativos profundos sobre as chegadas de turistas em Trinidad e Tobago.



Já Hua e Yang (2017) examinaram os efeitos sistemáticos da criminalidade no desempenho de hotéis. Utilizando uma amostra de 404 hotéis de Houston no período compreendido de janeiro de 2009 até dezembro de 2014, os autores concluíram que crimes violentos e de propriedade afetam o desempenho operacional dos hotéis. Além disso, independente do horário de ocorrência, há impacto negativo do crime sobre o desempenho dos hotéis, com destaque para os crimes violentos. Assim, medidas de segurança e prevenção de ocorrência realizadas pelos hotéis são efetivas.

Yang e Hua (2020), continuando sua análise para o desempenho de hotéis em Houston, analisaram 352 hotéis da cidade no período de 2010 a 2014, utilizando-se da variável crime como um dos determinantes de vulnerabilidade do desempenho da atividade hoteleira. Além deste fator, também foram analisadas as diferentes classes de hotéis, divididos em grupos de hotéis econômicos, classe média e hotéis de luxo. Para empreender este estudo, foi aplicado o método de dados em painel com efeitos fixos. Os resultados observados confirmam que, o aumento da criminalidade reduz o desempenho operacional da atividade hoteleira. No entanto, a diferenciação do nível do hotel pode atenuar os efeitos da criminalidade no desempenho operacional, dado que, hotéis de alto padrão são menos afetados por incidentes de crime em comparação com outras classes de hotéis.

No contexto nacional, Gollo (2004) enfatiza que a globalização e o avanço da informação promovem rápida visibilidade dos atos criminosos e ação dos agentes de segurança pública em casos relacionados a turistas. Com isso, a criação de uma imagem negativa referente a questões de segurança tem um impacto expressivo sobre a atividade turística. Segundo o autor, atos criminosos contra turistas no Brasil estão relacionados a crimes de furtos e assaltos, enquanto casos de assassinato contra turistas estão mais concentrados em destinos tradicionais.

Já Santos e Silva (2006) analisam a influência da violência e criminalidade da demanda turística da cidade do Rio de Janeiro baseando-se em autores das mais diversas áreas. O estudo consiste em dois métodos: (i) entrevistas com órgãos competentes e (ii) simulação de previsão a partir de séries temporais. Contrariamente aos achados prévios, Santos e Silva (2006) identificaram que não há uma relação inversa entre violência e criminalidade e a demanda turística no Rio de Janeiro, de tal modo que as variações nos índices de crime não seriam determinantes da demanda turística e vice-versa.

Numa abordagem mais teórica, Silva e Silva (2016) discutem sobre a possível relação entre segurança pública e a motivação do deslocamento do turista. Para tanto, as autoras analisaram o turismo urbano de praia e sol, especialmente no Rio de Janeiro, principal destino de lazer do país. O trabalho suscitou a importância da segurança pública para o planejamento turístico, mais especificamente da importância da qualidade da segurança pública ao segmento específico de Turismo Urbano e Turismo de Praia e Sol.

Através da pesquisa prévia de trabalhos que utilizam de diferentes métodos para analisar os impactos da criminalidade sobre o setor turístico, observa-se a ausência de estudos que investigue os impactos da criminalidade sobre a atividade turística e seus transbordamentos para outros setores produtivos. Dessa maneira, este trabalho é pioneiro nesse tipo de análise, contribuindo para a literatura da economia regional, a partir da observação das implicações da criminalidade sobre o setor de turismo do estado do Rio de Janeiro, possibilitando a identificação dos encadeamentos para os demais setores produtivos fluminenses. conforme destacado por Fletcher (1989), existem diversos métodos que podem ser aplicados para analisar o impacto do turismo, no entanto, a escolha de tais métodos se dará devido ao objetivo da pesquisa, recursos disponíveis, limitações temporais e a estrutura da economia analisada.

#### **4.2. Metodologia e banco de dados**

Esta seção objetiva descrever a metodologia e a base de dados que serão utilizadas no

presente trabalho com o intuito de alcançar os objetivos propostos anteriormente e gerar informações que facilitem a interpretação dos resultados.

#### 4.2.1. Metodologia

Este trabalho utilizará o modelo de insumo-produto que por meio de simulações na redução da demanda turística do estado do Rio de Janeiro possibilitará inferir os impactos da criminalidade sobre o turismo. O modelo de insumo-produto possui aderência ao estudar as interdependências ou interações entre setores da economia de uma região ou país. O grau de interdependência pode ser avaliado por meio de medidas conhecidas como coeficientes de requerimento interdependência setorial. Desta forma, estes coeficientes vão permitir avaliar o impacto da redução da demanda turística decorrente do aumento da violência no estado do Rio de Janeiro. A equação chave do modelo de insumo-produto é descrita como segue<sup>4</sup>:

$$X = (I - A)^{-1}Y \quad (1)$$

Todos os termos da Equação 1 são os mesmos definidos no Capítulo 1. Desta forma, a Equação (1) é baseada na tecnologia de produção setor x setor resultando em análises setoriais.

Como a demanda final do setor de turismo é um componente da demanda final ( $Y$ ), é possível mensurar o impacto direto e indireto da redução da demanda turística no PIB de uma determinada economia a partir abertura da Equação 1, como segue:

$$\begin{bmatrix} x_1 \\ \vdots \\ x_n \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} b_{11} & \cdots & b_{1n} \\ \vdots & \ddots & \vdots \\ b_{n1} & \cdots & b_{nn} \end{bmatrix} \cdot \begin{bmatrix} y_1 \\ \vdots \\ y_n \end{bmatrix} \quad (12)$$

$$\begin{bmatrix} y_1 \\ \vdots \\ y_n \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} FBKF_1 E_1 G_1 C_1 \\ \vdots & \vdots & \vdots & \vdots \\ FBKF_n E_n G_n C_n \end{bmatrix} \quad (13)$$

Reescrevendo a Equação 12 utilizando a transformação contida na Equação 13 tem-se:

$$\begin{bmatrix} x_1 \\ \vdots \\ x_n \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} b_{11} & \cdots & b_{1n} \\ \vdots & \ddots & \vdots \\ b_{n1} & \cdots & b_{nn} \end{bmatrix} \cdot \begin{bmatrix} FBKF_1 E_1 G_1 C_1 \\ \vdots & \vdots & \vdots & \vdots \\ FBKF_n E_n G_n C_n \end{bmatrix} \quad (14)$$

A partir da Equação 14, é possível verificar como se distribui direta e indiretamente entre os setores de uma economia o impacto de uma redução da demanda do setor de turismo. A Equação 15 sistematiza o apontado.

$$\begin{bmatrix} \Delta x_1 \\ \vdots \\ \Delta x_n \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} b_{11} & \cdots & b_{1n} \\ \vdots & \ddots & \vdots \\ b_{n1} & \cdots & b_{nn} \end{bmatrix} \cdot \begin{bmatrix} FBKF_1 E_1 G_1 \Delta C_1 \\ \vdots & \vdots & \vdots & \vdots \\ FBKF_n E_n G_n C_n \end{bmatrix} \quad (15)$$

Na Equação 15, o setor 1 denota o setor de turismo. Desta forma, uma variação (redução) na demanda final do setor de turismo ( $\Delta C_1$ ) *coeteris paribus*, causa uma variação direta e indireta no VBP setorial da economia analisada. O valor monetário médio decorrente da

<sup>4</sup> Uma análise pormenorizada da metodologia de insumo-produto pode ser encontrada em Miller e Blair (2009).

redução da demanda do setor de turismo ocasionado pelo aumento da violência do estado do Rio de Janeiro será computado da seguinte forma<sup>5</sup>:

$$VMeG = GM_{pc} * PMe * NT \quad (16)$$

Onde:  $VMeG$  é o valor monetário médio;  $GM_{pc}$  refere-se aos gastos médios *per capita*;  $PMe$  e  $NT$  referem-se ao período médio de permanência do turista e o número total de turistas, respectivamente. De posse do  $VMeG$ , é possível computar  $\Delta C_1$  da seguinte forma:

$$\Delta C_1 = C_1 - VMeG \quad (17)$$

De posse de  $\Delta C_1$ , a Equação 15 é possível verificar quais setores foram mais impactados pela redução da atividade turística do Rio de Janeiro ocasionada pelo aumento da violência no estado. Assim como a Equação 1 a Equação 15 pode ser escrita da forma matricial como segue:

$$\Delta X = B \Delta Y \quad (18)$$

Para que os resultados obtidos pela aplicação da Equação 18 tenham fácil interpretação, será computado a variação percentual do VBP setorial da seguinte forma:

$$\begin{bmatrix} \Delta x_1 / x_{1inicial} \\ \vdots \\ \Delta x_n / x_{ninicial} \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} \Delta \% x_1 \\ \vdots \\ \Delta \% x_n \end{bmatrix} \quad (19)$$

Cabe ressaltar que como a Equação 19 fornece uma medida adimensional, esta metodologia pode ser utilizada para comparar a importância da variação da atividade turística para diferentes economias.

#### 4.2.2. Banco de dados

Para alcançar o objetivo proposto, este trabalho utilizou como base de dados uma matriz regionalizada de insumo-produto para o estado Rio de Janeiro para o ano de 2015 com tecnologia setor x setor disposta para dezessete setores produtivos disponibilizada por Cabral e Oliveira (2020). Como a base de dados utiliza no Capítulo em tela é a mesma do Capítulo anterior, maiores detalhes em relação a construção da base de dados, consultar a seção 3.3 do Capítulo 1.

Todas as informações necessárias para calcular a equação 16 para a construção do choque no setor de turismo fluminense foram obtidas no Relatório da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014. A Tabela 4 apresenta a estimativa da renda média gerada durante a Copa FIFA 2014.

**Tabela 4:** Estimativa Renda Média gerada Copa FIFA 2014

|   | Copa do Mundo FIFA 2014 |
|---|-------------------------|
| Valor monetário médio ( $VMeG$ )              | R\$ 4.929,55            |
| Gastos médios <i>per capita</i> ( $GM_{pc}$ ) | R\$ 639,52              |
| Período médio de permanência ( $PMe$ )        | 8,7                     |
| Número total de turistas ( $NT$ )             | 886.000                 |

**Fonte:** Elaboração própria.

Nota:  $VMeG$  está em milhões de reais.

<sup>5</sup> O cálculo da renda média gerada pela Copa FIFA 2014 pode ser visualizado em Cabral et al. (2018)

### 4.3. Discussão dos resultados

O *case* de sucesso da cidade de Barcelona após os Jogos Olímpicos de 1992 que, ainda hoje consegue se beneficiar da infraestrutura urbana e uma demanda turística perene, serve como modelo para outras cidades e países (QUEIRÓZ, 2010). Levando em consideração que, cada país possui estruturas produtivas, econômicas e sociais distintas, Oliveira e Gaffney (2010) argumentam que, mesmo o Rio de Janeiro tendo adotado um planejamento estratégico baseado no modelo catalão com flexibilidade regulatória, parcerias público-privadas, intervenções urbanas pontuais em áreas com alto potencial de valorização, projetos de revitalização de áreas centrais e portuárias e construção de um pacto consensual em torno da busca do desenvolvimento econômico, houve um elevado grau de otimismo em relação aos ganhos que seriam conquistados com a realização dos megaeventos, principalmente no que se refere à promoção do turismo.

Dessa maneira, Oliveira e Gaffney (2010), enfatizam que há diferenças estruturais entre as duas cidades, que passam desde a sua extensão territorial, a localização geográfica, o tamanho da sua população, o cenário econômico, estrutura produtiva e também a questão de segurança pública e nível de criminalidade existente nas cidades. Diante disso, a dificuldade de manutenção do crescimento do setor de turismo do Rio de Janeiro após os megaeventos esportivos pode ser entendida no contexto da ausência de uma estrutura de segurança pública eficiente.

Ao estabelecer a relação teórica negativa entre turismo e criminalidade, é plausível argumentar que o recrudescimento recente dos índices de criminalidade no Rio de Janeiro impactou negativamente a escolha do estado como possível destino turístico, gerando impactos negativos para o setor de turismo e para as demais atividades produtivas relacionadas. Como consequência, haveria um custo de oportunidade para a economia fluminense no que se refere ao potencial turístico reprimido por ocasião da elevação dos índices criminais observada nos anos recentes. Entende-se por custo de oportunidade, como, o custo pela não escolha do agente econômico, assim como, os benefícios que poderiam ser obtidos a partir desta escolha renunciada. Portanto, caso o Rio de Janeiro, tivesse mantido os mesmos níveis de turistas do período dos megaeventos, poderia, pelo menos, gerar o mesmo montante de renda daquele ano para a atividade turística e evitar problemas com capacidade ociosa em sua economia.

Para mensurar o impacto do aumento da criminalidade sobre o potencial reprimido do setor de turismo, foi estimada a diferença de renda média gasta pelos turistas em 2015 e 2014, ano em que foi verificado o ápice de desembarque internacional de turistas no Rio de Janeiro (Figura 3) durante a Copa do Mundo no Brasil. Este diferencial de renda, pode ser entendido como o custo de oportunidade da criminalidade sobre o turismo, uma vez que se esperava, assim como ocorrido em Barcelona ou Sidney, que a demanda turística seria, pelo menos, igual a observada no período do megaevento. Cidades como Barcelona e Sidney são exemplos de cidades sede, na qual ter a função de promover um megaevento foi um catalisador para inseri-las como destinos competitivos na rota turística internacional. Fernandes (2019) argumenta que a renovação nestas cidades trouxe a consolidação turística destas cidades, da qual, desfrutam até hoje, de um grande fluxo turístico. As Olimpíadas de Sidney, levou para a Austrália um aumento de 1,7 milhão de visitantes (Ministério do Turismo, 2011), assim como Barcelona que se tornou um dos destinos mais visitados da Europa (BARCELONA TURISME, 2015).

Diante do exposto, de posse do diferencial de renda média gasta pelos turistas, foi possível definir o montante do choque negativo aplicado à atividade turística para mensurar os impactos sobre o próprio setor além dos efeitos encadeados sobre os demais setores da economia fluminense. Assim, os resultados deste choque podem ser entendidos como o quanto a economia do estado do Rio de Janeiro vem deixando de ganhar, isto é, o custo de oportunidade

decorrente da capacidade ociosa turística gerada com a subjacente não percepção de arrecadação advinda do turismo em função do aumento dos índices de violência no estado.

Os resultados da análise podem ser visualizados na Tabela 5. De forma geral, é perceptível que a maior perda econômica do choque negativo sobre o setor de turismo recai sobre a própria atividade turística, seguidas pelas atividades intrinsecamente relacionadas a ela, entre as quais, o setor de Indústria de transformação; Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação; Indústria extrativa e Transportes.

**Tabela 5:** Custo de oportunidade dos setores produtivos da economia fluminense decorrente do recrudescimento da criminalidade.

| Setor   | VBP              |                  |                |
|---|------------------|------------------|----------------|
|   | Final            | Original         | Variação (%)   |
| Agropecuária  | 4186,72          | 4202,8           | -0,38%         |
| <b>Indústria Extrativa</b>  | <b>114090,84</b> | <b>114574,76</b> | <b>-0,42%</b>  |
| <b>Indústria de Transformação</b>   | <b>183015,86</b> | <b>184876,90</b> | <b>-1,01%</b>  |
| <b>Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação</b> | <b>37365,23</b>  | <b>37556,06</b>  | <b>-0,51%</b>  |
| Construção  | 67991,63         | 68100,66         | -0,16%         |
| Comércio  | 82257,86         | 82559,24         | -0,37%         |
| <b>Transporte</b>   | <b>58317,94</b>  | <b>58549,42</b>  | <b>-0,40%</b>  |
| Alojamento e Alimentação  | 11787,00         | 11809,65         | -0,19%         |
| <b>Turismo</b>  | <b>32269,63</b>  | <b>37298,30</b>  | <b>-13,48%</b> |
| Informação e Comunicação  | 54354,21         | 54460,83         | -0,20%         |
| Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados                                  | 45421,60         | 45513,61         | -0,20%         |
| Atividades Imobiliárias   | 57319,23         | 57383,71         | -0,11%         |
| Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares | 97954,31         | 98225,66         | -0,28%         |
| Administração pública, defesa e seguridade social   | 150099,54        | 150368,75        | -0,18%         |
| Educação e saúde privadas   | 38767,59         | 38828,07         | -0,16%         |
| Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços                         | 23990,40         | 24056,33         | -0,27%         |
| Serviços domésticos   | 7391,14          | 7391,14          | 0,00%          |
| Total VBP   | 1066580,73       | 1075755,92       | -0,85%         |

**Fonte:** Elaboração Própria.

Como resultado da aplicação do choque negativo na demanda final do setor de turismo, observa-se uma redução deste setor em 13% e, por consequência, culminou na redução dos demais setores, especialmente aqueles ligados à atividade turística. Ao calcular o montante da renda que o setor de turismo poderia gerar para a economia do ERJ, caso a demanda turística se mantivesse, pelo menos, no patamar de 2014, é possível verificar uma receita adicional de 23%, que deixou de ser arrecadada pelo estado fluminense em decorrência da redução da atividade turística. Por conta desta perda de dinamismo da atividade turística, alguns setores com maior ligação ao turismo também obtiveram reduções no seu valor adicionado. Ao que tudo indica, o potencial subutilizado do setor de turismo aliado aos desdobramentos sobre os demais setores resultou no aumento da capacidade ociosa da economia como um todo.

Resultado que cabe destaque é o impacto na indústria de transformação que apresentou o maior percentual intersetorial. Este impacto pode ser entendido a luz da estrutura de compras

do setor de turismo apresentada no Capítulo 1. Como evidenciado, o setor da indústria de transformação é um importante ofertante de insumos para o setor de turismo. Desta forma, uma redução de dinamismo do setor de turismo, gera impactos deletérios à indústria de transformação. Outro setor bastante impactado pela queda da demanda turística é o setor de energia elétrica, gás e tratamento de água e esgoto. Ao reduzir a demanda turística gera-se capacidade ociosa adicional nos serviços relacionados à hospedagem, alimentação, atividades culturais e de recreação que dependem tanto do fornecimento de energia elétrica, quanto do tratamento de água para o pleno desenvolvimento de suas atividades. A vista disto, pode-se observar a relação de impacto entre a atividade turística e um setor primordial para a infraestrutura de atendimento turístico.

Com os resultados apresentados na Tabela 4, também é possível observar uma redução nos VBPs do setor de transporte e o setor de indústria extrativa devido ao choque na demanda turística. Sabendo que 26,5% dos gastos dos turistas concentra-se em transportes (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2009), a perda de dinamismo da atividade turística implica em menor demanda por serviços de transportes, e como consequência, reduz a demanda por derivados de petróleo. Além disso, considerando que o Rio de Janeiro é responsável por cerca de 80% da produção de óleo e gás no Brasil (ANP, 2016), as práticas inerentes às atividades petrolíferas demandam de forma expressiva o turismo de negócios. Diante disso, a redução do turismo de negócios implica em perdas para a economia fluminense, pelo fato de reduzir a demanda por hospedagem, alimentação, entretenimento, serviços de um modo geral, além restringir a geração de emprego e renda.

Em termos numéricos, o turismo representa cerca de 3,57% de participação no PIB do estado do Rio de Janeiro e, dado o custo de oportunidade da atividade turística ocasionado pela criminalidade, o setor deixou de receber 23% de receitas adicionais, restringindo o crescimento do seu próprio PIB em 24,6%. Portanto, ainda que o estado do Rio de Janeiro detenha reconhecidos atrativos turísticos naturais e/ou arquitetônicos, o número de desembarques mostra uma redução da demanda turística do estado do Rio de Janeiro, de tal modo que pode-se inferir que os turistas não estão propensos ao risco da exposição à criminalidade, conforme argumento de Altindag (2014).

Apesar da pequena participação do setor de turismo no PIB do estado (3,57%), o choque negativo sobre o setor inibiu o crescimento do PIB fluminense em 0,85%. A redução das atividades turísticas, além de inibir o crescimento do PIB, resulta em menor geração de empregos para a economia fluminense, visto que o setor possui alta capacidade de geração de empregos. Segundo Relatório de Inteligência do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2017), o estado do Rio de Janeiro possui cerca de 350.429 empresas distribuídas nos setores de alimentação, alojamento, transporte, agências de viagem, cultura e lazer, contando com 10.888 prestadores de serviços formais e recebe, em média, 1,5 a 2 milhões de turistas por ano. À vista disto, a atividade turística desempenha um importante papel para promover o crescimento econômico, via geração de emprego e renda. Para a CNC (2018), o setor de turismo é uma atividade econômica que gera emprego em larga escala: 255 milhões de pessoas trabalhavam no setor, cerca 8,7% dos empregos diretos e indiretos, no mundo até 2011.

Contudo, deve-se destacar que devido a uma crise vivida no estado ocasionada por fatores como a corrupção e problemas com uma gestão pública ineficiente, levou o Rio de Janeiro a decretar estado de calamidade pública, o que também torna a gestão do turismo ser bastante fragilizada (FERNANDES, 2019). Somado a esses fatores, em julho de 2016, o Palácio do Planalto decidiu que não divulgaria mais o Brasil no exterior, devido a troca de presidentes na Embratur somada à falta de verba e às incertezas políticas causadas pelo afastamento da então presidente Dilma Rousseff em maio do mesmo ano (AMADO, 2016).

Dessa maneira, os efeitos de uma crise a nível estadual e a nível nacional, levou a um

desgaste tanto nos planejamentos para o desenvolvimento do turismo fluminense, como também, evidenciou um cenário crítico para a segurança pública do estado. Conforme apontado por Renata Neder, coordenadora de pesquisa da Anistia Internacional: “não só a promessa de uma cidade segura não foi cumprida, como a situação no Rio de Janeiro se deteriorou dramaticamente”. Portanto, o contexto político e econômico, explicam a fragilidade do desenvolvimento de políticas tanto para a segurança pública quanto para alcançar as metas propostas nos Planos Estratégicos para o turismo (PESTRE, 2017).

Dessa maneira, fica constatado que a economia fluminense deixou de receber receitas advindas da atividade turística motivada pelo aumento da violência no estado. Uma melhoria no desempenho desta atividade poderia minimizar os níveis de desemprego no estado, visto a potencialidade do setor em geração de empregos, uma vez, que esta atividade, classificada como serviços, é considerada intensiva em mão de obra.

#### **4.4. Considerações finais e implicações políticas**

Entender a estrutura produtiva do setor de turismo do Rio de Janeiro e suas interdependências com os demais setores da economia torna-se relevante para a formulação e implementação de políticas públicas que visem o adensamento do setor de turismo, tendo em vista que corresponde cerca de 3,57% do PIB do estado, com capacidade e potencial para participação ainda mais expressiva na economia fluminense. Dessa maneira, mensurar o impacto da criminalidade sobre o turismo é fundamental no contexto de grande visibilidade internacional do Rio de Janeiro advinda com os megaeventos, uma vez que prováveis políticas públicas voltadas para a atividade turística podem não alcançar os resultados esperados em termos de geração de emprego e renda devido à sensação de insegurança do estado.

Sendo o aumento da criminalidade, entendido como uma “antipropaganda” para o turismo, torna menos atrativa a visita ou retorno de turistas internacionais para o estado do Rio de Janeiro, tendo como resultado impactos negativos para o desempenho da atividade turística, afetando demasiadamente atividades que possuem inter-relações produtivas com o setor. Mesmo com a realização dos megaeventos esportivos nos anos de 2014 e 2016, anos em que houve maior fluxo de entrada de turistas internacionais no estado, além da criação e melhoria da infraestrutura urbana, logística e turística, estes fatores não foram suficientes para que a atratividade do Rio de Janeiro se mantivesse após tais megaeventos. Conforme salientado por Carvelhedo (2008), o turismo em cidades-sede de eventos deste porte não poderá ser sustentado a longo prazo, caso não ocorra uma estratégia de fomento as atividades turísticas. Portanto, apenas a infraestrutura criada para atender tais eventos não é suficiente para dar continuidade ao progresso turístico. É preciso elaborar um planejamento além das demandas de tais eventos com vistas à continuidade da atratividade turística.

No caso do Rio de Janeiro, o setor de turismo tem constantemente reduzido sua demanda potencial nos anos seguintes aos megaeventos, o que resultou em aumento da capacidade ociosa da economia fluminense. O efeito dessa perda do setor turístico teve impactos no crescimento do PIB do estado na ordem de 0,85%. Em um cenário de crise e altas taxas de desemprego, a atividade turística e demais atividades ligadas ao setor deixaram de contribuir para geração de empregos e renda, o que contribuiu para a piora dos números de desemprego na economia fluminense. Apesar de todo potencial existente no setor de turismo, o aumento dos índices de criminalidade observados recentemente no estado fluminense tornou o estado menos atrativo do ponto de vista turístico.

Nesse cenário de altas taxas de desemprego, altas taxas de criminalidade e redução de turistas internacionais no estado do Rio de Janeiro é importante fomentar políticas que passem pela construção de uma imagem positiva do Rio de Janeiro, portanto, através de sólidas campanhas de marketing, que tenham o objetivo de distanciar a imagem negativa advinda da

falta segurança, podem ser instrumentos utilizados para movimentar a demanda turística para o estado fluminense. No entanto, apenas investimentos em uma campanha de imagem para o estado não será suficiente se não estiver atrelada a ações de melhoria para reduzir os índices de criminalidade do Rio de Janeiro.

Desta maneira, pensar o desenvolvimento do setor de turismo para o ERJ também é pensar em como garantir a segurança dos turistas bem como, a segurança de seus cidadãos (PIZAM, 1999). Portanto, tanto o setor público quanto o setor privado devem se unir para discutir medidas de segurança e manutenção desta atividade. Compartilhando seus recursos para solucionar possíveis problemas dos turistas, aprimorando a comunicação com a estrutura de atendimento turístico, como por exemplo, informar ao turista as conhecidas zonas de hot spot.

A formulação de uma política com estas características é capaz de promover o estado do Rio de Janeiro a destino turístico a nível internacional. Um setor de turismo com uma imagem positiva a nível internacional é capaz de atrair novos turistas e propiciar o retorno dos que já conhecem o atrativo o que, por conseguinte, dinamiza o crescimento intra e inter setorial. A dinamização do setor de turismo contribuirá para a atração de elos faltantes na cadeia produtiva do setor gerando emprego e renda e, com isso, o turismo poderá se concretizar como um importante setor para a economia fluminense.

Por último, o desenvolvimento deste trabalho encontrou algumas limitações pelo uso do método de análise realizado pelo modelo de insumo-produto, este instrumento possibilita alguns resultados do impacto da demanda de um dado setor e seus transbordamentos para os demais setores da economia. No entanto, o modelo não permite o cálculo dos determinantes do fluxo de demanda turística no estado, isto é, por não se tratar de um modelo econométrico, não podemos afirmar que o fator crime seja a única variável que esteja afetando a redução do fluxo turístico para o ERJ. Todavia, o objetivo desta pesquisa não é tratar dessas possíveis variáveis, mas sim, fazer um exercício empírico de verificação das perdas econômicas do setor de turismo e suas implicações para a cadeia produtiva fluminense, devido ao fator, específico, de recrudescimento dos índices de violência do estado, implicando em uma imagem negativa para o desenvolvimento do turismo no Rio de Janeiro.

#### 4.5. Referências bibliográficas

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP. **Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis: 2016**. Rio de Janeiro: ANP, 2008.

ÁGUAS, P.; BRÁS, M. Percepção de Segurança Pública dos Turistas Estrangeiros no Algarve. **Tourism & Management Studies**, v. 3, p. 97-108, 2007.

ALLEYNE, D.; BOXILL, I. The impact of crime on tourist arrivals in Jamaica. **International Journal of Tourism Research**, v. 5, n. 5, p. 381-391, 2003.

ALTINDAG, D. T. Crime and international tourism. **Journal of Labor Research**, v. 35, n. 1, p. 1-14, 2014.

AMADO, G. Brasil não terá mais campanha para atrair turistas durante Olimpíada. **O Globo**. 10 julho 2016. ASSOCIAÇÃO DOS EMBAIXADORES DE TURISMO DO RIO DE JANEIRO. 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Associacao-Dos-embaxadores-de-turismo-do-Rio-de-JaneiroAbemtur-RJ-827314160666263>> Acesso em: 20 de julho de 2020.



- BARCELONA TURISME. **Estadístiques de turisme a Barcelona i comarques**. Ayuntamiento de Barcelona, 2015.
- BRÁS, M.; RODRIGUES, V. Turismo e crime: Efeitos da criminalidade na procura turística. **Tourism & Management Studies**, n. 6, p. 59-68, 2010.
- CABRAL, J.A.; CABRAL, M.V.F.; MONTIBELER, E.E.; SILVA, T.M.K. La importancia de los mega eventos deportivos para la generación de empleo el caso de Rio de Janeiro (Brasil). **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 27, pp. 679 – 698, 2018.
- CABRAL, J. A.; OLIVEIRA, D.G.B. Uma Análise da Estrutura Produtiva Fluminense sob a abordagem de Insumo-Produto. Working paper, **PPGER/UFRRJ**, 2020.
- CARDOSO, B. V. Megaeventos esportivos e modernização tecnológica: Planos e discursos sobre os legados em segurança pública. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 19, n. 40, p. 119-148, jul./dez. 2013.
- CARVALHEDO, A. Megaeventos e turismo: Uma breve revisão. *In*: RODRIGUES, R.; PINTO, L.; TERRA, R.; DA COSTA, L. (Orgs). **Legados dos Megaeventos Esportivos**, Brasília: Ministério do Esporte, 2008.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO – CNC. **Turismo: mais desenvolvimento mais emprego mais sustentabilidade**, 2018. Disponível em: < <http://www.cnc.org.br/editorias/turismo/livros/turismo-mais-desenvolvimento-mais-emprego-mais-sustentabilidade>> Acesso em 02 de setembro de 2019.
- COAKLEY, J.; SOUZA, D. L. Legados de megaeventos esportivos: considerações a partir de uma perspectiva crítica. **Rev Bras Educ Fís Esporte**, v. 29, n. 4, p. 675-686, 2015.
- COMITÊ OLIMPÍCO DO BRASIL – COB. Comitê de Candidatura Rio 2016 - **Dossiê de candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016**. Rio de Janeiro: COB, (3 vols.), 2009.
- EMPRESA DE TURISMO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO S.A. – RIOTUR. **Relatório da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: < <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/7145888/4196121/RELATORIODACOPADOMUND02014PESQUISADERECEPTIVOTURISTICO.pdf>> Acesso em 30 junho de 2020.
- FLETCHER, J. E. Input-Output Analysis and Tourism Impact Studies. **Annals of Tourism Research**, v. 16, n.4, p.514-529, 1989.
- FERNANDES, A. M. V. Megaeventos e turismo no Rio de Janeiro: um olhar sobre o planejamento estratégico e promoção da imagem da cidade. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 19, n. 1, 2019.
- GAFFNEY, C. Segurança Pública e os Megaeventos no Brasil. *In*: JUNIOR, O. A. S; GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L. C. Q. (Eds.). **Brasil: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**. Rio de Janeiro: e-papers e Observatório das Metrôpoles, p. 165–184, 2015.
- GOLLO, G. G. **Segurança e Turismo: Perspectivas quanto ao aspecto “segurança” de um destino, como forma de mantê-lo atrativo e competitivo**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Caxias do Sul, 2004.
- HUA, N.; YANG, Y. Systematic effects of crime on hotel operating performance. **Tourism Management**, v. 60, p. 257-269, 2017.
- LANCASTER, K. A new approach to consumer theory. **Journal of Political Economy**, v.74, p. 132-157, 1966.

- LEONTIEF, W. **The Structure of American Economy, 1919–1929**. Cambridge: Harvard University Press, MA, 1941.
- LEONTIEF, W. “**A Análise de Insumo-Produto**”. **A Economia do Insumo-Produto**. São Paulo: Abril Cultural, 1965.
- LEONTIEF, W. **A economia do insumo-produto**. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 226p., 1986.
- LEVANTIS, T; GANI, A. Tourism demand and the nuisance of crime. **International Journal of Social Economics**, v. 27, n. 7/8/9/10, p. 959-967, 2000.
- LORDE, T.; JACKMAN, M. Evaluating the Impact of Crime on Tourism in Barbados: A Transfer Function Approach. **Tourism Analysis**. v. 18, p.193-191, 2013.
- MACHADO, M. B. T. Medo social e turismo no Rio de Janeiro. **Tourism & Management Studies**, n. 8, p. 48-54, 2012.
- MILLER, R. E.; BLAIR, P. D. **Input-output analysis: foundations and extensions**. Cambridge: Cambridge University Press, 2ed, 750 p., 2009.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. Anuário Estatístico de Turismo - 2010 - Ano Base 2009. Brasília: **Ministério do Turismo/Departamento de Estudos e Pesquisas**, 2010. v.37 225p. Dados de 2009. 2010.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. **Índice de Competitividade do Turismo Nacional**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em < <http://www.turismo.gov.br/assuntos/6038-relat%C3%B3rio-individual-por-destino-tur%C3%ADstico-2015.html>> Acesso em 10 de maio de 2020.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. **Dados e fatos. Estatísticas e Indicadores**. Disponível em: < <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/estat%C3%ADsticas-e-indicadores.html> > Acesso em: 20 março de 2019.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. **Relatório Eventos Internacionais no Brasil (2003-2009)**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2011.
- NEUMAYER, Eric. The impact of political violence on tourism: Dynamic cross-national estimation. **Journal of conflict resolution**, v. 48, n. 2, p. 259-281, 2004.
- OLIVEIRA, N.; GAFFNEY, C. Rio de Janeiro e Barcelona: Os limites do paradigma olímpico. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, v. XV, n. 895 (17), 2010.
- QUEIRÓS, M. Barcelona(s) cidade dos projectos ou projectos das cidades? **Finisterra**, n. 90, 2010.
- PESTRE, M. C. Um ano após Olimpíada, Rio encara retorno da violência e promessas não cumprida. **Extra**, 2017. Disponível em < <https://extra.globo.com/economia/um-ano-apos-olimpiada-rio-encara-retorno-da-violencia-promessas-nao-cumpridas-21668959.html>> Acesso em: 20 de julho de 2020.
- PIZAM, A. A comprehensive approach to classifying acts of crime and violence at tourism destinations. **Journal of Travel Research**, v. 8, p. 5–12, 1999.
- PRONI, M. W.; ARAUJO, L. S.; AMORIM, R. L. C. Leitura Econômica dos Jogos Olímpicos: Financiamento, Organização e Resultados. **IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)** Texto Para Discussão N° 1356. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em < [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1533/1/TD\\_1356.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1533/1/TD_1356.pdf) > Acesso em 20 de julho de 2020.
- RICKLY, A. ‘Turismo é o nosso novo petróleo’, diz Witzel durante visita a Bauernfest, em Petrópolis. **G1 - Petrópolis**, 2019. Disponível em: < <https://g1.globo.com/rj/regiao->

serrana/noticia/2019/06/21/turismo-e-o-nosso-novo-petroleo-diz-witzel-durante-visita-a-bauernfest-em-petropolis.ghhtml> Acesso em: 20 de julho de 2020.

SANTOS, V.; SILVA, J. A Influência da Violência e Criminalidade na Demanda Turística na Cidade do Rio de Janeiro. **IV Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul (Coord.) Segurança e Riscos Turísticos como Responsabilidade Social e Coletiva, Caxias do Sul**, v. 7, 2006.

SARIDAKIS, G.; SOOKRAM, S.; MOHAMMED, A-M. Research Note: Does Crime Deter UK Tourists from Visiting Trinidad and Tobago? **Tourism Economics**, v. 19, n. 4, 2013.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Geração de emprego e renda com o turismo no Rio de Janeiro**, 2017. Disponível em: <<https://sebraeinteligenciasetorial.com.br/setores/turismo/relatorios-de-inteligencia>> Acesso em 02 de setembro de 2019.

SILVA, D. M. C.; RIZZUTI, E. Tendências atuais e conhecimento sobre gestão e economia de megaeventos e legados esportivos segundo Holger Preuss da Universidade de Mainz, Alemanha. *In*: RODRIGUES, R. P.; PINTO, L. M. M.; TERRA, R.; COSTA, L. P. (Orgs.) **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.

SILVA, L. B.; SILVA, F. C. Influência da segurança pública na motivação turística em destinos urbanos e de sol e praia: uma abordagem teórica. **Fólio-Revista Científica Digital-Jornalismo, Publicidade e Turismo**, v. 17, n. 1, p. 83-94, 2016.

SILVA, T. M. K.; CABRAL, J. A.; CABRAL, M. V. F. Estrutura Produtiva da Economia do Estado do Rio de Janeiro: Uma Análise de Insumo-Produto. **Revista Econômica**, v. 18 n. 1, 2016.

SOARES JUNIOR, N. A. **Turismo urbano e criminalidade: uma correlação curitibana no século XXI**. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2007.

VASCONCELOS, A. C. D. A. **O legado dos grandes eventos para a segurança pública no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2018.

VIGNATI, F. **Gestão de destinos turísticos: como atrair pessoas para polos, cidades e países**. Rio de Janeiro: Ed. Senac Rio, 2008.

YANG, Y.; HUA, N. Does hotel class moderate the impact of crime on operating performance? **Tourism Economics**, 2020.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo pode ser compreendido como uma importante atividade econômica para o país ou região que detenha os atrativos e infraestrutura suficientes para atender a uma demanda que procura por serviços relacionados a esta atividade. A capacidade econômica do desenvolvimento turístico é relacionada com geração de renda e empregos, atração de divisas e receitas para o Governo. Os efeitos desta atividade, podem-se multiplicar por toda uma estrutura econômica, de forma a potencializar demais atividades produtivas, uma vez que, o turismo tende a ser altamente dependente de produtos elaborados por outros setores. Desta maneira, o desenvolvimento do setor turístico pode ser um catalisador econômico para uma determinada região, destacando suas potencialidades e atrativos, atraindo recursos e gerando desenvolvimento.

O setor turístico tem apresentado um expressivo crescimento global e nesse sentido, o Brasil também vem se destacando, dada as suas características e belezas naturais, resultando no crescimento da atratividade do País, inserindo o Brasil em posições favoráveis em sua capacidade de competir frente outros destinos. Dada as potencialidades da atividade turística, um dos destinos reconhecidamente, como porta de entrada do País, o Rio de Janeiro, nos últimos anos adquiriu grande visibilidade internacional, por sediar grandes eventos esportivos. Tal fato, atrelado a intenções de desenvolver e aprimorar as potencialidades existentes no estado, colocou o setor de turismo em grande evidência, o que gerou grandes expectativas em torno da real capacidade desta atividade dinamizar a economia fluminense. Até mesmo, na crença que o turismo poderia ser uma atividade econômica com capacidades de substituir a dependência da economia fluminense em torno do setor de óleo e gás, tendo por assim, uma grande capacidade de recuperação da economia fluminense, visto que nos últimos anos, o Rio de Janeiro enfrentou uma conjuntura de crise política e econômica.

De fato, o Rio de Janeiro é um destino com grandes atrativos turísticos, no sentido de expressiva oferta de belezas naturais existentes por todo seu território. E por assim, sendo o destino preferido conforme constatado pelos dados, como o número um no País para o turismo do tipo lazer. Somado a suas características que beneficiam o desenvolvimento do turismo no estado, houve também ao longo dos últimos anos uma série de políticas e planejamentos que inseririam o Rio de Janeiro numa agenda global, de promoção tanto do Brasil como também do Rio, através dos legados que seriam deixados pela realização de grandes eventos esportivos. Todavia, como constatado ao longo desta pesquisa, parece que os efeitos não foram os esperados, apesar de tantos investimentos e geração de infraestruturas para receber tais eventos.

Com a consolidação dos megaeventos, diversos países passaram a se interessar na realização de sediar este tipo de evento, visto sua ampla divulgação pela mídia internacional, mobilizando instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais. Além disto, os elevados investimentos em que as cidades e países anfitriões devem realizar, investimentos em infraestrutura, como: transporte, telecomunicações, energia, saneamento e demais serviços de utilidade pública. Tais investimentos podem gerar implicações econômicas, demográficas e sociais duradouras para a região inteira. A forma como um governo nacional, regional ou municipal planeja o legado da infraestrutura de apoio pode repercutir no desenvolvimento de uma região por décadas. E nesse sentido, que existem discussões a respeito do Momento de Legado, que mede justamente à capacidade da cidade e da economia regional seguir seu crescente caminho após o imediato e natural decréscimo da atividade econômica ao término dos Jogos (RIBEIRO, 2008). Um dos maiores exemplos de capacidade de manutenção dos legados pós-megaeventos é a cidade de Barcelona, que sediou os Jogos Olímpicos de 1992.

Exposto isto, as cidades iniciam uma corrida em busca de atratividade através dos megaeventos como instrumento de projeção internacional, a fim de capitalizar investimentos, geração de infraestrutura, bem como, o desenvolvimento do turismo. E nesse contexto, as cidades-sede de megaeventos sofrem com a espetacularização das obras de renovação urbana que as transformam em espaços de lazer e de consumo voltadas para uma demanda solvente (VAINER, 2002). O Rio de Janeiro, desde a década de 1990 iniciou um processo de elaboração de Planos Estratégicos, onde um dos principais objetivos seria promover megaeventos na cidade, o que de fato, se realizou.

Compreendido o contexto de grandes expectativas, principalmente para o desenvolvimento do turismo no Rio de Janeiro, pós realização dos megaeventos, visto os processos de planejamento e investimentos necessários para sediar tais eventos, fato é que, sempre houve elevadas aspirações em torno das potencialidades turísticas existentes no ERJ. Todavia, ao longo desta pesquisa, observou-se, poucos trabalhos e estudos capazes de mostrar as reais capacidades do setor de turismo para a economia fluminense. Portanto, trabalhos como

este, são importantes para análise do setor de turismo, assim como, um instrumento para o desenvolvimento de futuras políticas e planejamento para o setor de turismo fluminense.

Assim, a partir da aplicação da matriz insumo-produto, sendo ela, um instrumento que permitiu a análise das inter-relações entre os diversos setores da economia, bem como a possibilidade de medir as mudanças causadas por fatores externos, ou seja, os efeitos ocorridos na produção e no consumo em determinado setor/atividade. Nesse sentido, inicialmente, de modo a se analisar as potencialidades e impactos da atividade turística para o estado do Rio de Janeiro, foram aplicados ao setor de turismo da MIP-RJ, os indicadores básicos da matriz insumo-produto. Em seguida, tendo o conhecimento das inter-relações setoriais do setor de turismo com as demais atividades produtivas fluminense, foram analisadas as implicações do recrudescimento dos índices de violência no estado para o setor de turismo e seus impactos para o restante dos setores fluminenses.

De tal maneira, foi constatado, que o setor de turismo possui uma participação no PIB fluminense de 3,57%, de fato, a participação no PIB do estado ainda é pouco expressiva. Ademais, se verificou que o setor de turismo fluminense apresenta poucos encadeamentos produtivos e alta dependência de produtos importados de outras regiões. No entanto, o setor mostrou-se um importante demandante de insumos de outras atividades, e por assim, a preocupação de uma cadeia produtiva que evite vazamentos, uma vez, que o setor de turismo tem um poder de arrastar outros setores. Em relação aos multiplicadores, o maior destaque para esta atividade fica a cargo da potencialidade do setor em geração de postos de trabalho, portanto, dado investimento exógenos na demanda final, o turismo mostrou-se um importante setor para a economia do estado, no quesito empregos. Uma vez que, a atividade turística tende a ser intensiva em mão de obra.

A partir da MIP-RJ também foi possível empreender uma segunda análise, agora relacionada ao choque negativo no setor turístico, devido aos impactos do aumento da criminalidade no estado. Se constatou, que o Rio de Janeiro, antes mesmo dos Jogos Olímpicos enfrentava uma deterioração de suas finanças, o que prejudicou diversas áreas, inclusive na manutenção de políticas de segurança pública. Nesse sentido, para a realização sem maiores prejuízos para realizar as Olimpíadas, foi necessário maior aporte financeiro sendo transferido do Governo Federal para o estado fluminense. Por consequências desta fragilidade do Governo do Rio de Janeiro em manter seus recursos e assegurar suas políticas de segurança, os números de violência no estado apresentaram uma elevação, mesmo no ano dos Jogos.

Posto isto, o fator insegurança pode ser um dos determinantes na escolha do visitante, implicando numa “antipropaganda” para o destino, o que em tese, causaria perdas de receitas vindas desta atividade, causando assim, grandes prejuízos para economias dependentes deste setor. Assim, compreende-se que o fator risco, tende a impactar a indústria de turismo de forma negativa, visto que será a partir da percepção de segurança que influenciará na tomada de decisão dos turistas. Desse modo, observou-se a partir da diminuição dos turistas internacionais no estado, o que resultou em diminuição de renda para economia fluminense, impactando o PIB e diminuindo, as receitas do setor turístico. Entendendo tal fato como o custo de oportunidade para a economia fluminense, analisando pela ótica da renúncia do turista, isto é, caso o Rio tivesse mantido o número de turistas que visitaram o estado durante os megaeventos, pelo menos, poderia gerar o mesmo montante de renda daquele ano para a atividade turística e evitar problemas com capacidade ociosa em sua economia. E por fim, usufruir do momento do legado, da infraestrutura, reputação e crescimento do turismo tanto nacional como também internacional que tal evento proporcionaria para o destino Rio.

Em síntese, não se pode negar que o estado fluminense tem reais potencialidades para o desenvolvimento do turismo, todavia, não se pode afirmar que o turismo tenha o poder de impulsionar a recuperação do estado. Na realidade, isto não retira o mérito do turismo, se bem planejado e com ações coordenadas para elaboração e implementação de políticas públicas que

visem o real desenvolvimento deste setor, podendo-se tornar influente na cadeia produtiva fluminense. Posto que, o turismo é uma atividade com capacidade de geração de renda em diversos setores econômicos, isto é, um setor com capacidade de beneficiar toda uma rede de indústrias e serviços relacionados. Assim, torna-se imprescindível uma ação coletiva entre órgãos públicos e instituições que possuam algum tipo de relação com o setor, a fim de promover o turismo fluminense, podendo o Rio de Janeiro e seus municípios desenvolver esta atividade localmente, em busca de dinamismo econômico e geração de renda e empregos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, J. R. L. Comportamento do consumidor e escolha do produto turístico. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 12, p. 07-19, 2001.

BAKER, D. STOCKTON, S. Tourism and Crime in America: A preliminar assessment of the relationship between the number of tourists and crime, two major American tourist cities. **International Journal of Safety and Security in Tourism**, p. 1-25, 2014.

BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; FRATUCCI, A. C.; ASSAD, L.T. 2016 o ano dos megaeventos esportivos e das grandes incertezas. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p.8-10, abr. 2017.

BECKER, B. K. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. **Caderno Virtual de Turismo**, v.1, n. 1, 2001.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Editora SENAC, 2007.

BRÁS, M.; RODRIGUES, V. Turismo e crime: efeitos da criminalidade na procura turística. **Encontros Científicos**, n. 6, 2010.

BRUNT, P; HAMBLY, Z. Tourism and crime: A research agenda. **Crime Prevention and Community Safety: An International**, 1999.

BURTON, C. E. ; CROTTS, J. C. Theoretical Perspectives on Crimes Against Tourists. *In* Ritchie, B.W.; Compiranon K. (Orgs.), **Tourism crisis and disaster management in the Asia-Pacific**, CABI, p.33-43, 2015.

COHEN, E. Towards a Sociology of International Tourism. **Sociological Research**, p.64–182, 1972.

COHEN, E. A phenomenology of tourist experiences. **Sociology**, p.179-201, 1979.

COHEN, E.; FELSON, M. Social change and crime rate trends: a routine activity approach. **American Sociological Review**, v. 44, p. 588-608, 1979.

COHEN, E. Tourism-related crime: towards a sociology of crime and tourism. **Visions in leisure and business**, v.16, p. 4–14, 1997.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO – CNC. **Turismo: mais desenvolvimento mais emprego mais sustentabilidade**, 2018. Disponível em: < <http://www.cnc.org.br/editorias/turismo/livros/turismo-mais-desenvolvimento-mais-emprego-mais-sustentabilidade>> Acesso em 02 de setembro de 2019.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO – CNC, **Turismo do RJ já perdeu R\$ 320 milhões com aumento da violência em 2017**. Disponível em: < <http://cnc.org.br/editorias/economia/noticias/violencia-provoca-queda-de-r-320-milhoes-no-turismo-do-rio-de-janeiro>>. Acesso em 10 de maio de 2020.

COMITÊ OLIMPÍCO DO BRASIL – COB. Comitê de Candidatura Rio 2016 - **Dossiê de candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016**. Rio



de Janeiro: COB, (3 vols.), 2009.

COOPER, C.; FLETCHER, J.; WANHILL, S; GILBERT, D.; SHEPHERD, R. **Turismo: princípios e práticas**. Porto Alegre: Bookman, 2007.

CROMPTON, J. L. Motivations for Pleasure Vacations, **Annals of Tourism Research**, v. 6, p. 408-424, 1979.

CROTTS, J. C. Theoretical Perspectives on Tourist Criminal Victimization. **The Journal of Tourism Studies**, v.7, p. 2–9, 1996.

FRATUCCI, C. A.; SPOLON, A. P. G.; MACHADO, M. B. T. O turismo no Rio de Janeiro: da tríade praia – futebol – carnaval à complexidade da experiência turística contemporânea. *In*. NETTO, P. A.; TRIGO, L. G. G. (Orgs.), **Turismo na América Latina: casos de sucesso**, Assis: Triunfal Gráfica e Editora, 2016.

GNOTH, J. Tourism motivation and expectation formation. **Annals of Tourism Research**, v. 24, p. 283–304, 1997.

HALL, M. C.; DUVAL, D.; T., TIMOTHY, D. Security and tourism: Towards a new understanding? **Journal of Travel and Tourism Marketing**, v.15, p.1-18, 2004.

KORSTANJE, M. Re-visiting risk perception theory in the context of travel. **e-Review of Tourism Research (eRTR)**, v. 7, n.4, 2009.

KOZAK, M.; CROTTS, J.; LAW, R. The Impact of the perception of risk on international Travellers. **International Journal of Tourism Research**. v. 9, p. 233-242, 2007.

LANCASTER, K. A new approach to consumer theory. **Journal of Political Economy**, v.74, p. 132-157, 1966.

LEPP, A.; GIBSON, H. Tourist roles, perceived risk and international tourism. **Annals of Tourism Research**, v. 30, n. 3, p. 606–624, 2003.

LISOWSKA, A. Crime in tourism destinations: research review. **Turyzm / Tourism**, v. 27, p. 31–39, 2017.

MANSFELD, Y. From motivation to actual travel. **Annals of Tourism Research**, v.19, p. 399–419, 1992.

MARTINS, A. A. C. **Motivação, expectativa, experiência, satisfação ou dissatisfação dos turistas com o produto turístico destinação: estudo sobre a área da grande Maceió – Alagoas – BR**. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2006.

MATAKOVIĆ, H.; MATAKOVIĆ, I. C. The impact of crime on security in tourism. **Security and Defence Quarterly**, v. 27, n. 5, 2019.

MEDEIROS, B. F.; CASTRO, C. O turismo no Rio de Janeiro. *In*. CASTRO, C.; GUIMARÃES, V. L.; MAGALHÃES, A. M. (Orgs.), **História do turismo no Brasil**, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

MAWBY, R.I. Tourists perceptions of security: the risk–fear paradox. **Tourism Economics**, v.6, p. 109–121, 2000.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo 2018 – 2022**. Disponível em: < <http://www.turismo.gov.br/plano-nacional-do-turismo.html>> Acesso em 10 de maio de 2020.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Estudo da Demanda Turística Internacional 2018**. Brasília, 2018. Disponível em: < <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-54-03/demanda-tur%C3%ADstica-internacional.html>> Acesso em 10 de maio de 2020.

MOORE, K; BERNO, T. Relationships Between Crime and Tourism, **Visions in Leisure and Business**, v. 14, 1995.

Organização Mundial do Turismo – OMT. **Tendências do Turismo Internacional**, OMT, Madrid, 2008

PANAZZOLO, F.B. Turismo em massa: um breve resgate histórico e a sua importância no contexto atual. **III Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**, Universidade de Caxias do Sul, 2005.

PIZAM, A.; TARLOW, P. E.; Bloom, J. Making tourists feel safe: Whose responsibility is it? **Journal of Travel Research**, Summer, p. 23-28, 1997.

PIZAM, A. A comprehensive approach to classifying acts of crime and violence at tourism destinations. **Journal of Travel Research**, v. 8, p. 5–12, 1999.

PIZAM, A.; MANSFELD, Y. Toward a Theory of Tourism Security. *In* Mansfeld, Y.; Pizam, A. (Orgs.), **Tourism, Security and Safety: From Theory to Practice**. New York: Butterworth – Heinemann, p. 1–27, 2006.

PLOG, S. Why Destination Areas Rise and Fall in Popularity. **The Cornell Hotel and Restaurant Administration Quarterly**, v. 14, p. 55–58, 1974.

REJOWSKI, M. **Turismo no Percurso do Tempo**. São Paulo. Ed. Aleph, 2002.

RIBEIRO, F. T. Legado de megaeventos esportivos sustentáveis: à importância das instalações esportivas. *In*: RODRIGUES, R.; PINTO, L.; TERRA, R.; DA COSTA, L. (Orgs). **Legados dos Megaeventos Esportivos**, Brasília: Ministério do Esporte, 2008

ROEHL, W. S.; FESENMAIER, D. R. Risk Perceptions and Pleasure Travel: An Exploratory Analysis. **Journal of Travel Research**, v.30, p. 17-26, 1992.

RYAN, C. Crime, Violence, Terrorism and Tourism: An Accidental or Intrinsic Relationship? **Tourism Management**, v. 14, p. 173-183, 1993.

RYAN, C.; KINDER, R. The deviant tourist and the criminogenic place – the case of tourist and the New Zealand prostitute. *In* A. Pizam & Y. Mansfeld (Eds), **Tourism, Crime and International Security Issues**. England: Wiley, 1996.

SANTOS, G. E. O; SILVEIRA, C. E; LOBO, H. A. S. Estudos da Demanda Turística: métodos análises e casos. **Turismo em Análise**, v. 25, n.1, 2014.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SENASP. **Diagnóstico dos homicídios no Brasil**. Brasília, 2015. Disponível em: < <https://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/acervo/estudos/estudos-diversos>> Acesso em 10 de maio de 2020.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. *In*: ARANTES, O.; MARICATO, E.; VAINER, C. (Orgs.) **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 75-104.

UNITED NATIONS, WORLD TOURISM ORGANIZATION – UNWTO. **Recommendations on Tourism Statistics 2008**, Series M, n° 83, New York: United Nations, 2010.

WORLD TOURISM ORGANIZATION - WTO. **Concepts, Definitions and Classifications for Tourism Statistics**. Madrid: Espanha, 1995.